

CENSURA

UM DEPOIMENTO DE
LUIS MENDONÇA,
OTAVIO AUGUSTO,
TEREZA RAQUEL E
FERNANDA MONTENEGRO

CRÍTICA

Ano 1/Nº 54

18/24 de agosto de 1975

Cr\$ 4,00

PROTERRA PROTEÇÃO AO LATIFÚNDIO

O GRITO DE ULISSES

ATUALIDADE
DE
HEGEL

AS IMORALIDADES DA MARCONA

IMPOTÊNCIA
DO
CADE



**já nas livrarias - lançamento da
CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA**



CARTÊIS E DESNACIONALIZAÇÃO

(A experiência brasileira: 1964-1974)

novos livros de MONIZ BANDEIRA

- As corporações internacionais e a compressão dos salários
- Queda do nível de vida do trabalhador brasileiro
- Questão do leite, especulação com a soja e desnacionalização da avicultura
- Capital estrangeiro no setor bancário
- Especulação com as Bolsas de Valores
- Expropriação das indústrias brasileiras pelos cartéis internacionais
- Dumping, boicote e sabotagem industrial
- A resistência da Codima e de Herberito Ramos
- Concorrências públicas e exigências de know-how estrangeiro
- Remessas de lucros, subfaturamento e sobrefaturamento
- Cartéis e déficit do balanço de pagamentos
- Evolução da dívida externa brasileira
- Influência das corporações internacionais na política e no aparelho do Estado.

Pedidos à
Editora Civilização Brasileira S/A
Rua da Lapa, 120 - 12º andar
Tel: 222-5667
Rio de Janeiro - RJ - 20.000



CARTAS

Uma clareira nacionalista

Prezado amigo Gerardo: Venho agradecer suas expressões amigas sobre minha atuação parlamentar nos idos democráticos que já vigoraram e queira Deus voltem a vigorar no país. Sua revista é uma clareira no regime autocrático sob o qual vivemos, sobretudo pelo seu caráter nacionalista.

Com um abraço do companheiro e amigo

Oswaldo Lima Filho
Recife - PE

Um ano de Crítica

A Juventude do Movimento Democrático Brasileiro (JMDB-SC), sente-se na obrigação de registrar uma saudação bastante especial ao jornal Crítica, que em seu número 52 completa seu primeiro ano de luta e marca uma contribuição inapagável, na defesa dos direitos à liberdade, que tantos temos reafirmados como pressuposto fundamental de qualquer desenvolvimento.

Sabemos das dificuldades que um jornal dotado de uma fecunda consciência crítica, enfrenta hoje, em nosso país, sob o rótulo da exceção e da censura prévia, para conduzir a todo o povo brasileiro, mensagens de coragem e alerta, o meritório escopo de formar uma nova e viva mentalidade acerca dos que envolvem esta nação.

Somente os homens de coragem é que não se curvam, mesmo frente à circunstância adversas. E na luta incessante, no sacrifício persistente e na vontade indomável, que se consegue transformar aqueles que apresentam a energúmenidade de uma determinada nação, para que se batize um Estado voltado para todo povo, um Estado que não fomenta a contradição, mas que esteja unicamente a serviço da justiça social.

Externamos neste primeiro aniversário do jornal Crítica, toda nossa solidariedade e reiteramos a nossa colaboração.

José Carlos da Silveira
Secretário-geral da JMDB-SC
Florianópolis - SC

Devastação da Amazônia - 1

As denúncias do deputado

Mário Frota, na reportagem do número 50 do jornal Crítica, sobre os abusos que estão sendo cometidos na Amazônia, serviram, mais uma vez, para alertar os que tentam "ignorar" o grave problema que ameaça o Brasil: a devastação do meio ambiente. O fato de apenas 51 funcionários do IBDF fiscalizarem toda a Amazônia ocidental, já demonstra a negligência das autoridades para com uma das áreas mais importantes do planeta.

A essa irracionalidade, acrescento a frase de Alceo Magnani: "Nada que o homem faz contra a Natureza fica sem resposta". Mas já bem antes, em 1948, Fairfield Osborn, na sua obra clássica "Our Plundered Planet", nos prevenia: "A população da terra está aumentando, mas as reservas vitais do nosso planeta decresceram. Os tecnólogos podem esforçar-se criando substitutos artificiais para a subsistência natural, desbravando áreas novas nas regiões tropicais e subtropicais adaptáveis para o uso humano mas esses recursos e progressos são mero paliativo, incapaz de deter o devastador ataque aos elementos naturais geradores de vida na terra.

Mara Regina Krause
Curitiba - PR.

Devastação da Amazônia - 2

Um dos problemas que está tomando vulto é a devastação da Amazônia, segundo publicação do jornal Crítica de 21 a 27 de julho de 1975, tanto no setor de minérios como no desmatamento da floresta, tudo isto causando sérios problemas aos interesses nacionais pela multiplicada ação de empresas multinacionais. Sabemos que é importante o investimento de capitais estrangeiros no país, conquanto não haja excesso de interesses unilaterais notadamente no que se compõe a região da Amazônia. A conglomeração da presença de capitais multinacionais na Amazônia, dentro de pouco tempo, fará com que nossas potencialidades, outrora tidas como ilimitadas, não possam suprir nossas próprias reservas, ainda mais agora que entramos no campo das experiências nucleares.

Richard Zajackowski
Curitiba - PR.

BRAGA'S
cabeleireiro para homens
Ponha sua cabeça no lugar certo



Depois que o homem descobriu a importância do cabelo (que já virou até tema de peça de sucesso - Hair) todos levaram a embalagem da cabeça ao lugar adequado. Braga's onde sua cabeça recebe o melhor tratamento.

Av. Rio Branco 156 - 5/loja 240 e 246 - Ed. Av. Central
Telefone 231-0490 - Rio de Janeiro - RJ

**JÁ
NAS BANCAS!**



Neste número:
ELVIS: ROCK E NOSTALGIA
No jornal:
CAETANO VELOSO
MILTON NASCIMENTO

COMPLETE A SUA COLEÇÃO!

Já lançados: 1 - The Rolling Stones, 2 - Paul McCartney, 3 - Pink Floyd, 4 - Bob Dylan, 5 - Yes e Rick Wakeman, 6 - Jimi Hendrix, 7 - Elton John.

Do n.º 1 ao 3 (4,00 cada) Do n.º 4 ao 7 (5,00 cada) ou 30,00 pela coleção

onde vale postal no valor assinalado em nome de ROCK, A HISTÓRIA E A GLÓRIA, Rua da Lapa, 120, gr. 504, ZC 06 - CEP 20.000 - Rio de Janeiro, RJ

Para anunciar em
CRÍTICA
telefone para
(021) 242-7395

CRÍTICA

DIRETOR
GERARDO MELLO MOURÃO

DIRETOR-SUPERINTENDENTE
Erivan França

CHEFE DE REDAÇÃO
I.L. de Alencar

ADMINISTRAÇÃO
Gerente Administrativo
T. C. Santos

PAGINAÇÃO:
Maria José da Silva
CAPA: Wagner

PUBLICIDADE
Av. Rio Branco, 156 - 12º and.
sala 1222, tel. 242-7395

ASSINATURAS
- Brasil: um ano Cr\$ 200,00
6 meses Cr\$ 100,00
- Exterior: um ano US\$ 50,00
6 meses US\$ 30,00

- Artigos assinados são da responsabilidade de seus autores.
- A redação não se responsabiliza por manuscritos que lhe sejam enviados.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
Arca Editora e Gráfica S.A.
Rua Equador, 702, Rio (RJ)
Telefone: 223-1715

DISTRIBUIÇÃO:
Superbanca Distribuidora de Jornais, Revistas, Livros e Material de Propaganda Ltda.
Rua do Resende, 18 - Rio - RJ
Tel. 222-2316 e 222-8597

CRÍTICA

É propriedade da Editora Crítica Ltda.
Av. Rio Branco, 156, 12º andar,
sala 1222, telefone 242-7395

O GRITO DE ULISSES

OS POVOS precisam sempre, em seus momentos decisivos, de um grito de advertência. O grito é mesmo uma tradição histórica da América Latina, desde o famoso Grito de Dolores, com que Hidalgo fez a independência do México, ao Grito do Ipiranga, em que se proclamou a do Brasil. Mais recentemente, o grito de José Américo derrubou a censura à imprensa e a ditadura do Estado Novo. Ai dos povos cujos líderes se tornam afônicos e incapazes do grito, o grito claro, alto, patriótico, que dá corpo, numa hora culminante, aos clamores que se vinham sufocando na alma da nação.

Não é qualquer um que pode dar um grito em nome do povo, sob pena de pronunciar-se em nome da subversão a palavra que deve exprimir o consenso nacional da liberdade. Também não é qualquer um que pode julgar a legitimidade e a autenticidade cívica de um grito proferido na vida pública do país. Não há de ser o vago ex-governador do Piauí, o doutor Petrônio Portela Nunes, sempre apressado em rezar a ladainha de louvação do poder, quem pode aprovar ou contestar a validade de um grito político. Nem o coronel Dinarte Mariz, falando uma língua parecida com o português, e confundindo as alças com as calças, pode assumir o ar de conselheiro de um governo que felizmente vomita seus conselhos, para vilipendiar as mais sentidas aspirações do país e apedrejar suas mais representativas lideranças.

Pois a verdade é que o sr. Ulisses Guimarães, com a elegância e o cavalheirismo de seu corte de estadista, deu um grito de ressonância histórica, ao proclamar, com o respeito que de todos merece o chefe do governo, a inconformidade da nação diante dos aparelhos excepcionais que espartilham a lei e os direitos políticos do povo brasileiro.

É compreensível que o coronel Dinarte Mariz revele sua incapacidade de entender a boa língua vernácula do presidente da oposição. Essa incapacidade é resultante da escassez com que alisou os bancos da escola primária da pobre professora de Caicó, antes de amassar as poltronas do Senado da República. Mas se é perdoável a má interpretação de um homem intelectualmente "minus habens" sobre o pronunciamento político de um "scholar" da vida pública como o sr. Ulisses Guimarães, o mesmo não se pode dizer da ira tribunicia com que o recebeu, por exemplo, o senador Eurico Rezende, que é até um bacharel brilhante, com mais deveres para com a gramática e a consciência jurídica do que o rústico coronel de Serra do Doutor. O coronel Dinarte pode dar-se ao luxo de disparates e de tolices históricas, como esta em que está empenhado, de negar a tradição federativa do Brasil e pregar, subversivamente, a implantação do Estado unitário. Um homem medianamente instruído não pode fazê-lo, confundindo com a grosseria de uma injúria e límpida sustentação de princípios jurídicos e o exercício altivo,

mas cortês, do direito de oposição, que ainda não está proscrito de todo no Brasil.

AO QUE se sabe, os escalões responsáveis do governo, como deixou claro o lúcido secretário de Imprensa da Presidência da República, não se sentindo obviamente lisonjeados com a palavra do chefe da oposição, não a tomaram, entretanto, nem podiam fazê-lo, como uma injúria ao presidente da República, cujo mandato e cuja figura jamais foram desrespeitados pelos representantes da oposição legal.

Os que procuram turvar as águas para fazê-las parecer profundas, como na advertência de Nietzsche, chegaram a descobrir referências inexistentes na alusão de Ulisses Guimarães ao regime de Idi Amin Dada, quando quem sabe ler terá visto que ele não pretendeu comparar nenhum homem público brasileiro, nem mesmo o coronel Dinarte Mariz, ao pitoresco ditador de Uganda.

Afinal, que disse o sr. Ulisses Guimarães e em nome de quem falou? Disse apenas aquilo que o programa de seu partido e todos os seus líderes vêm dizendo, há onze anos, nas praças, na imprensa, na tribuna do Congresso. Disse aquilo que estava na própria carta de intenções do movimento de 64, quando anunciava o propósito de assegurar a estabilidade das práticas democráticas no país. Disse que não pode haver uma lei maior do que a Constituição da República e que não se pode negar ao povo brasileiro a pauta de garantias cívicas estabelecida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. E mais; manifestou o propósito de manter a esperança da nação na retomada da distensão política tão superiormente suscitada desde os primeiros passos do governo do presidente Ernesto Geisel.

Na verdade, o dirigente da oposição, com seu enérgico pronunciamento, prestou inestimável serviço não apenas ao país, mas também ao chefe do governo, defendendo sua prerrogativa de comando, que não pode ficar à mercê de pressões e contrapressões, para que se cumpra o programa de descompressão anunciado e esperado por todos. A par da afirmação de posições notórias da opinião democrática brasileira, este foi o grande sentido da palavra de Ulisses: dizer à nação e à história que o presidente não estará só, na defesa da restauração da normalidade democrática.

NINGUÉM, no país, tem condições de oferecer ao presidente uma solidariedade mais efetiva e um suporte mais eficaz às prerrogativas de comando do presidente da República, do que o presidente da oposição. E isto, porque seu grito foi dado em nome da esmagadora maioria do povo brasileiro. Falou em nome de dois terços do eleitorado nacional — que a tanto montam os sufrágios dados na última eleição ao MDB. Nenhuma outra liderança partidária no país poderá invocar esse tipo de representatividade, consagrada nas urnas do pleito majoritário.

MDB E A REALIDADE POLÍTICA

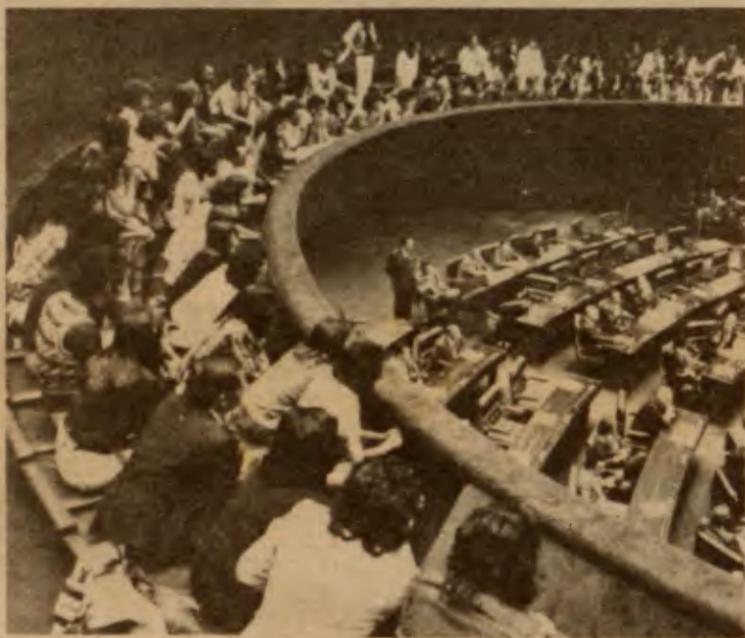
O pronunciamento de Ulisses Guimarães sobre a última fala presidencial, ofereceu à opinião pública, mais uma vez, o despreparo arenista para o debate e o diálogo substancialmente democráticos, pois que o líder opositor falou nessa qualidade, reportan-

do-se ao documento Reforma com Democracia, reafirmando posições de luta decorrentes do programa partidário, dentro dos limites que separam a sua organização política dos métodos e comportamento da Arena.

Procurou a Arena, numa tentativa que não faz justiça à convivência democrática, erguer uma bandeira demagógica, sem substância ideológica, numa interpretação distorcida do que enunciou o presidente do MDB. Assentada a poeira provocada pela Arena, claro é que o alvo principal a perseguir não estava no aprimoramento democrático, que se o faz pelo debate, pela crítica, pela vivência pública dos problemas nacionais e os métodos que levam a soluções acordes à vontade nacional. Chocada com o resultado de 15 de novembro, fugidia ao debate institucional, divorciada dos elementos básicos que informam o Estado moderno e saudosista no propósito de partido único que tudo podia, bastava querer, a agremiação arenista como que enxergou no pronunciamento Ulisses a motivação para explosão de um comportamento que não se ajusta às condições da vida pública brasileira. E procurou na fala do presidente do MDB o que nela não existe: o ataque pessoal ao presidente, como se fosse possível a um líder do quilate de Ulisses Guimarães minimizar o debate de modo a emprestar-lhe marcas de deseducação política, numa agressão sem lógica e sem sentido. E assim fazendo, desconhecendo a defesa de princípios democraticamente válidos, viúva dos propósitos de partido único, amargurada com a decisão majoritária das urnas, entregou-se, inteira, de norte a sul, no combate despropositado ao pronunciamento da oposição explorando o sentido de uma agressão que não existe, de um enfoque pessoal que não há, fugindo ao debate das idéias e repudiando o diálogo que leva a nação à tranquilidade social e política.

A opinião pública, cuja conscientização política foi evidenciada nas eleições de novembro, identificou, sem dúvida, nessa poeira arenista, o mesmo partido que se agarrava desastrosamente a privilégios que o faziam imaginar senhor absoluto da vida nacional e por isso mesmo divorciado dos anseios e aspirações nacionais.

O comportamento da Arena, no episódio, permite uma avaliação isenta e equilibrada da vida política brasileira e do ingente esforço dos homens públicos para o aprimoramento democrático, de que nos fala insistentemente o presidente



Geisel. Se a oposição, pela voz do MDB, ocupa de fato e de direito o espaço que lhe destinado na situação emergente brasileira, a Arena como que não se conscientizou do papel que lhe cabe desempenhar como legítimo partido político, preferindo o esposar de atitudes que, ultrapassadas, fazem-na distanciada a cada dia da vocação democrática do povo.

Um mundo em mudanças

Vivemos uma época de mudanças em todos os sentidos da vida social. Desde a célula familiar, com novos conceitos e normas de comportamento, às conquistas científicas e tecnológicas, queimando etapas, quer na produtividade, quer nos conceitos que informam a metodologia pedagógica, presidindo assim uma nova sociedade e, em consequência, conceitos políticos novos que renovam o Estado nos instrumentos sócio-jurídicos que o preservam para servir a comunidade.

A esse estágio emergente ofereceu o MDB a contribuição do seu pensamento, dos seus princípios, a temática que preside o programa partidário. Entregou-

se o MDB de corpo e alma a essa pregação cívica, numa campanha que lembra, guardadas as dimensões do tempo, outras tantas que inscritas na história deste país fazem justiça aos homens públicos.

A bandeira opositorista é prova evidente dessa campanha cívica, já aprovada pela soberania eleitoral. A dinamização partidária e a ação parlamentar do MDB responderam às responsabilidades que as urnas lhes delegaram. Não ficou aí, entretanto, a ação opositorista. Cioso das suas responsabilidades políticas como líder nacional, presidindo um partido da planície plena de contrastes, Ulisses Guimarães lançou o documento intitulado Reforma com Democracia, numa demonstração inequívoca de que a oposição se dispunha ao debate democrático, ao exame da problemática nacional, contribuindo, dessa forma, para o aprimoramento democrático e respondendo, por outro lado, ao apelo presidencial à imaginação criadora da classe política.

A Arena, entretanto, renegou a reforma, combatendo-a até, preferindo o jogo saudosista do partido único.

Basta que se analise o debate no Senado, no primeiro semestre, quando a voz de Teotônio Vilela se fazia ouvir sozinha na bancada arenista, entre o comportamento emocional do líder e presidente do partido.

É que, após a eleição de novembro, não remanejou a Arena o seu posicionamento, deixou-se imobilizar numa expectativa prejudicial não só ao regime como no governo a que serve, procurando caminhos que formaram seus hábitos e não condizem com o estágio da vida social e política do País.

Aqui, sem dúvida, a distorção maior da Arena, a visão global de uma sociedade em mudança, quando ela se imobiliza e se faz cega à realidade. Prova disso a manifestação arreada, dos termos políticos ao pronunciamento de Ulisses Guimarães.

O espaço político arenista, no sentido do aprimoramento democrático, ainda se encontra vazio, pelo desejo incoerente de continuar o monólogo do partido único e, jamais, o debate e o diálogo da vivência democrática.

O mundo em mudanças ainda não chegou aos arraiais arenistas. Os instrumentos sócio-jurídicos que preservam o Estado moderno para resguardo da soberania nacional do bem-estar da comunidade, não sensibilizaram ainda a Arena, embora renovadora no nome.

A explosão contra o pronunciamento do presidente do MDB, esposando a distorção, no fundo demagógica, e tentando ressuscitar comportamento político ultrapassado que desvie o caminho tranqüilo do país, é demonstração inequívoca de um erro político que ainda se faz tempo para corrigir em benefício da nacionalidade.

Posições definidas

O quadro enseja o demarcar de posições, claramente definidas. Se a Arena se deixa fixar no imobilismo frente a uma democracia que se renova, diante dos apelos emergenciais, o MDB reafirma o seu posicionamento no propósito de oferecer ao país a normalidade institucional imune ao radicalismo antidemocrático.

São posições definidas, marcantes, e que sensibilizam a opinião pública.

Nos pronunciamentos emeditistas não há conotação saudo-

sista, nem apego a fórmulas ultrapassadas de ação política. Em nenhuma ocasião sequer, a oposição se mostrou ligada ao passado, pois se assim o fizesse seria um partido destinado à marginalização pelo repúdio da nação.

O que defende, o que propaga o MDB é a normalização institucional, de acordo com as exigências do Estado de hoje, com os seus satisfatórios instrumentos de autodefesa conciliados à preservação do bem-estar da coletividade. E esta tese, justiça seja feita, não é somente do MDB. É de quantos, mesmo minoritários na Arena, enxergam e entendem os caminhos da prosperidade nacional, no sentido global da vida comunitária.

Da identificação desse posicionamento surge uma verdade de claridade solar: o apego saudosista é que envolve a Arena, imobilizando-a, emperrando-lhe os passos em busca dos caminhos que a façam enxergar o futuro e identificar os anseios nacionais.

Se o bipartidarismo ensinou ao MDB como que uma frente democrática contra o radicalismo e os retrocessos sociais e políticos e daí um denominador político comum que luta pela tranqüila prosperidade popular, abjurando a violência e o arbítrio, levando aos quatro cantos do país a temática do seu debate democrático, os ideais do seu programa partidário, cresce como movimento político que sensibiliza a opinião do país pela identificação de propósitos, de anseios, de aspirações.

Quem assiste a um encontro opositorista no país, das bases municipais à cúpula, há de constatar por via do debate de problemas administrativos o sentido de rumos políticos adequados à realidade. A política ultrapassada, o radicalismo antidemocrático, o mandonismo oligárquico, não têm vez nesses encontros. Vê-se, isso sim, o debate que leva ao diálogo e ao consenso, dentro das teses programáticas, oferecer o necessário respaldo às estruturas do partido opositorista. E é por isso que cresce o MDB: tem a sustentação nas bases e identifica o seu programa com a vocação democrática do país.

Já a Arena não se entrega a esse trabalho de educação política que, reconhecamos, é por demais penoso pelo que exige de suas lideranças em todos os níveis. E por se conservar assim é que luta pelo partido único que lhe traz saudades, distanciando-se das aspirações da comunidade.

Disse Ulisses Guimarães que o "MDB tem diagnósticos e até formulações precisas, em seu programa, na campanha que tem desenvolvido, com o endosso da maioria do povo brasileiro, após o testemunho de 15 de novembro." E lembrou o convite que fez, em nome do partido, "ao governo e a Arena para um diálogo franco e de boa-fé, oferecendo ao debate teses e sugestões concretas para a reforma política".

É esse debate que vive nos encontros do MDB o momento maior de vitalidade democrática.

Assentada a poeira levantada pela Arena diante das declarações de Ulisses Guimarães, resta ao MDB, após as convenções partidárias, reajustar a sua estratégia política, continuando a mostrar ao país a sua identificação democrática com as aspirações populares no perseguir a tranqüila prosperidade nacional.

HUMBERTO ALENCAR

MULTINACIONAIS ATACAM NO SUL

Os instrumentos econômico-financeiros e a legislação que os disciplina no tocante a incentivos e amparo à indústria nacional estão passando por uma prova de fogo diante da prática de estímulos ao macrocrescimento econômico, de um lado, as multinacionais, de outro, gerando absorções e conflito de interesses que oferecem a visão de um conjunto assimétrico, preocupando, em particular, os estados, como se depreende da entrevista que nos concedeu o deputado Murilo Canto, líder do MDB na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, sobre o empobrecimento do Estado.

C - O deputado, na qualidade de líder da bancada do MDB na Assembléia Legislativa, vem debatendo o problema da descapitalização do Estado.

MC - Constantemente temos denunciado o problema da descapitalização de Santa Catarina.

O número de indústrias de Santa Catarina que tem sido transferidas para outros Estados e para grupos estrangeiros (multinacionais) é impressionante.

Alguns anos uma mina de fluorita foi transferida para um grupo paulista. Uma série de outras indústrias foi transferida o seu controle para grupos paranaenses. E algumas outras empresas, como a Hering e a Garcia passaram para grupos estrangeiros; dois bancos foram transferidos para grupos paulistas.

C - O deputado enfocou, de maneira especial, o problema do carvão.

MC - De fato. Este ano a Schell entabulou negociações com uma mineração de propriedade do Secretário de Indústria e Comércio de Santa Catarina. Denunciamos em tempo, inclusive pela Crítica, e parece que a Schell recuou, ou está deixando baixar a poeira. No entanto, o problema não é só no setor de carvão. Agora é a Consul, que,



Murilo Canto:
Santa Catarina está se transformando num estado de filiais de empresas

da noite para o dia, foi vendida para a Philips.

A Consul era a grande empresa catarinense e o exemplo de capital nacional com sucesso. O Secretário de Indústria e Comércio de SC, colocou-se em defesa da Philips, causando constrangimento para todos nós.

Uma série de deputados catarinenses tem denunciado os efeitos maléficos das multinacionais na economia catarinense. O deputado Moacir Bértoli denunciou estes efeitos na comercialização do óleo de sassafrás. Denunciou também o mesmo deputado, os privilégios conseguidos pelas multinacionais na concorrência de terras

para armazéns, nas áreas do porto de São Francisco.

O deputado Waldir Buzzato denunciou igual procedimento das multinacionais na comercialização do trigo, como o deputado Casildo Maldaner denunciou a mesma situação na comercialização do soja.

C - O Estado já teve, entretanto, tecnologia e capital próprios?

MC - Sim. Santa Catarina já foi um Estado pioneiro em industrialização, adquirendo tecnologia e capital próprios.

Grandes indústrias cresceram e desenvolveram em nosso Estado. Hoje não são mais catarinenses, nem brasileiras. Santa Catarina está se transformando em um Estado de filiais das grandes empresas.

Um dos grandes problemas das nossas empresas, é que os empresários consideram os seus sucessos ou as suas dificuldades, como segredo de Estado. Ninguém pode discutir a situação das empresas e o povo não

sionaram a Petrobrás com o contrato de risco, o Parlamento, a imprensa, enfim o povo participou do debate e consolidou-se o monopólio da Petrobrás. Assim, deve ser discutida a situação de todas as empresas, que, sendo privadas, são também, e acima de tudo, patrimônio da nação e do povo.

C - E fundamental, assim, a defesa do capital nacional?

MC - Claro. Vamos continuar a defender as empresas catarinenses em especial e as brasileiras no geral.

A luta, na essência, é a defesa do capital nacional, porém, como catarinenses, não podemos deixar de focar a nossa situação específica. Somos defensores da intervenção do governo na economia, sempre que estiver em jogo os superiores interesses da nação brasileira.

Por isso, admitimos que é preferível que o Governo intervenha nos meios de produção, do que admitir a intervenção das empresas estrangeiras nestes mesmos meios de produção.

Proteção ao capital nacional

Preocupado, assim, com o quadro global da economia catarinense, com as fontes de produção em desamparo, numa desigualdade flagrante às demais, cujos centros de decisão estão fora do Estado, e nos limites da linha de pensamento exposto na entrevista acima, o líder da bancada do MDB na Assembléia estadual apresentou projeto de lei que visa, no âmbito do poder de compra do governo estadual, oferecer aos produtores locais benefícios que lhes seja possível competir e resguardar o mercado.

No seu art. 1º diz o projeto que "nas concorrências públicas, tomadas de preços e convites realizados pelo poder público estadual e por empresas públicas e de economia mista, inclusive as fundações e autarquias estaduais, para aquisição de materiais duráveis ou não duráveis e execução de serviços de qualquer natureza, será concedido um privilégio adicional de até 20%, desde que os materiais sejam produzidos e os serviços executados por estabelecimentos que tenham localização e sede de sua matriz no território catarinense e o capital da empresa seja totalmente nacional".

Os grupos estrangeiros pres-

FRACASSO

MUNICÍPIOS QUEREM AUTONOMIA

Os representantes do MDB no Congresso, apoiados em fatos incontestáveis, vêm defendendo a exclusão de vários municípios, do vasto número dos que se acham impedidos de eleger o chefe das comunas, ora por serem considerados de interesse da segurança nacional, ora estâncias hidrominerais. A entrevista que publicamos a seguir, do deputado Adhemar Santilo, MDB-GO, mostra claramente que essa posição não envolve uma atitude política, mas tão-somente um resguardo administrativo.

C - Há, na Câmara, vários projetos propondo a exclusão de municípios da área que os impede de eleger seus prefeitos, considerados que são do interesse da segurança nacional ou estâncias hidrominerais. Como entende o deputado o fato: simplesmente político ou de interesse administrativo?

AS - É verdade, na atual legislatura, até esta data, já fo-

ram apresentados na Câmara 20 projetos de lei excluindo municípios da relação daqueles que estão incluídos como de interesse da segurança nacional. Pelo menos 3 emendas constitucionais visando a devolver autonomia às capitais dos Estados, aos municípios considerados como de interesse da segurança nacional e às estâncias hidrominerais, já foram da mesma forma apresentadas no primeiro semestre.

O trabalho exercido por cada parlamentar em busca da devolução ao povo do direito de eleger o seu prefeito é fruto da insatisfação popular pelas fracassadas administrações municipais por interventores e pelo desejo ardente de todos em escolher livremente seus dirigentes. Até agora não se tem noti-

cia que um prefeito nomeado tenha realizado boa administração. As críticas são generalizadas e a própria Arena reconhece isso.

Para se ter uma idéia basta que citemos o que ocorre em Anápolis, no Estado de Goiás, onde o município foi considerado de interesse da segurança nacional, em agosto de 1973. Ao assumir o comando administrativo municipal, o sr. Irapuan Costa Júnior, designado Interventor, informou à Câmara de Vereadores local, que a dívida do município, por ele encontrada, era de 8 milhões de cruzeiros.

C - Diante disso quais foram as providências?

AS - Imediatamente a Assembléia Legislativa do Estado

aprovou projeto de lei oriundo do Executivo criando o fundo para assistência aos municípios enquadrados como estâncias hidrominerais e de interesse da segurança nacional. Dos 10 milhões de cruzeiros destinados ao referido fundo, 6 milhões foram entregues à Prefeitura de Anápolis.

Pelo ofício 441/75, de 18 de julho, o prefeito nomeado, Jamel Cecílio, respondendo solicitação da Câmara Municipal, informa que a dívida total do município é de 76 milhões 40 mil e 563 cruzeiros.

Ora, considerando que o orçamento municipal prevê a arrecadação de no máximo 18 milhões de cruzeiros por ano, isto significa que o município de Anápolis, quando transformado em área de interesse da segu-

rança nacional, devia menos da metade de sua receita anual e hoje deve mais de 4 receitas.

Além disso, é bom que se diga que nenhuma obra importante foi realizada neste período. Os grupos escolares do município continuam com as mesmas vagas deixadas em 1973; os postos de saúde dos distritos e bairros estão fechados; a cidade está com seus bairros e vilas sem iluminação pública, uma vez que a prefeitura deve mais de 1 milhão de cruzeiros à Celg.

Eis aí a razão pela qual já foram apresentados tantos projetos de lei com um mesmo objetivo e do porquê de 3 emendas constitucionais propondo a devolução da autonomia aos municípios administrados por prefeitos nomeados.

Já no art. 2º diz o projeto que "para os mesmos casos terão privilégio adicional de até 10%, os materiais duráveis ou não duráveis e os serviços executados por empresas de outros Estados, com filial em Santa Catarina, e de capital totalmente nacional".

Como se vê, a iniciativa do deputado Murilo Canto demonstra a preocupação em que se encontram homens públicos catarinenses quanto, não só ao processo de descapitalização que se desenvolve no Estado, quanto à absorção pelo capital estrangeiro das empresas estaduais. Já no art. 2º o projeto amplia os objetivos resguardando a empresa de capital nacional estabelecida no País. Persegue o projeto, desse modo, nos limites do poder de compra da administração estadual, estabelecer normas que beneficiem a produção catarinense, em primeiro lugar, para depois resguardar a produção nitidamente nacional.

A preocupação nessa área não é de Santa Catarina. Em todas as unidades da Federação sente-se o mesmo problema. Como lá, entretanto, esse processo vem se acelerando em proporções geométricas, dadas as peculiaridades locais, o fenômeno da descapitalização e do asfixiamento das unidades de produção assume proporções mais angustiantes, exigindo, por isso mesmo, não só medidas de emergência mas, de outro lado, estudos que levem a soluções a médio e a longo prazos, de maneira a sustentar a iniciativa local e a oferecer-lhe meios e condições para enfrentar a luta econômica de modo a solidificar a produção assegurando-lhe a faixa de mercado necessária.

ESTADO DO RIO

MDB DIGNO DA OPOSIÇÃO NACIONAL

O deputado Jorge Moura, um dos mais combativos representantes oposicionistas na Câmara Federal, fala à Crítica sobre a situação política nacional e também no novo Estado do Rio. Sua posição é clara: é plenamente favorável à completa restauração do estado de direito e ao restabelecimento absoluto das franquias democráticas.

C - Deputado qual a situação do MDB no novo Estado do Rio?

JM - Bem. Há duas posições, pois no Estado do Rio existem dois MDBs. Um é o MDB voltado para os interesses gerais do povo brasileiro e fluminense, dentro da orientação nacional do partido. Outro é o partido das torneirinhas de água em bairros pobres, da política de clientela e do tráfico de influência - que é o falso MDB de Chagas Freitas. O resultado das eleições partidárias aqui no Estado foram bem lógicas e normais para o quadro que existia e existe, em que nós somos permanentemente esmagados por uma máquina corrupta e interessada no uso do nome da oposição como meio de se permitir a participação em parcelas do poder, mas uma participação para gozo pessoal.

C - O resultado das eleições partidárias aqui no Estado podem alterar as atividades do MDB e influir na escolha dos futuros candidatos às câmaras municipais?

JM - Em certo sentido, devemos estar vigilantes, para que essas eleições não influam de maneira decisiva na escolha dos futuros vereadores, para que o poder que vai se instalar, não seja um poder antigo e viciado nas velhas práticas do passado. É preciso impedir o resurgimento da "gaiola de ouro" e dos vereadores das bicas d'água e pinturas de asfalto.

No que se refere a uma nova orientação para o partido, a coisa muda um pouco de figura, pois ainda temos um mandato e saberemos exercê-lo em total respeito aos anseios daqueles que nos votaram. Nós somos poucos mas, nossa disposição de luta é tão grande que podemos compensar a falta de quantidade. Assim, fora nossa luta,

há ainda o consenso geral do partido, que felizmente está imbuído dos mesmos ideais de lutar por uma nação mais próspera e livre.

C - A Câmara dos Deputados está cumprindo com a sua finalidade política nessa fase de distensões e contra-pressões?

JM - Dentro do que nos restou como prática política, a Câmara está cumprindo com sua finalidade, embora haja um certo desconhecimento sobre as intensas atividades da Casa por parte do povo. A Câmara não é só uma caixa de ressonância para os anseios populares, expressos pelo MDB. É um lugar em que se trabalha muito, nas comissões permanentes e nas comissões parlamentares de inquérito, como a importante CPI das Multinacionais. São trabalhos da máxima seriedade, seja na discussão de projetos de lei, seja na elaboração de novas leis e no cuidado pela preservação dos direitos populares e nacionalistas.

A CPI das Multinacionais, por seu caráter de denúncia e investigação das nefastas atividades desses trustes, pode muito bem servir de exemplo do quanto pode uma Câmara imbuída de altos propósitos nacionalistas e voltada para a defesa do povo. Saber e depois exigir uma legislação que cerceie as ações desses trustes será o próximo caminho. Um caminho natural, pois de há muito se sabe do imenso prejuízo que tais grupos estrangeiros trazem ao país. É preciso, inclusive, que se evitem manobras solertes, como aquelas que defendem a existência de "contratos de risco" em matéria petrolífera.

C - O deputado que foi eleito dentro de uma postulação nacionalista e liberal, o que aliás é muito coerente com o seu passado de líder estudantil, como vê a situação nas universidades brasileiras?

JM - É interessante a situação da universidade brasileira atual, pois quando ingressei no movimento universitário era muito intenso o debate sobre essa mesma universidade e sobre a importância de uma profunda reforma universitária, tanto que chegou a ser um dos mais importantes pontos de luta do movimento estudantil brasileiro da época e até uma das questões básicas das grandes reformas pretendidas. Pois bem, a situação não mudou muito ou melhor, mudou para pior.

Uma das críticas à universidade brasileira residia no seu caráter idealista e pouco voltado para os problemas reais do país, bem como o seu rígido aspecto classista. Era uma universidade das elites e para elas. Cultivava um humanismo falso, na maioria das vezes. Ou então estava voltada para o tecnicismo mais puro e burro, pois era tão alienante quanto a primeira posição. Nós desejávamos uma universidade que fosse capaz de dar resposta aos imensos desafios da nossa realidade, inclusive o maior aumento de vagas e sua total gratuidade, pois víamos na universidade o meio mais lógico e natural para a preparação de quadros qualificados para o país, fosse na política, na administração, fosse pelo simples exercício da atividade profissional.

Hoje, pelo que temos visto e sabido, a universidade ainda não perdeu aqueles ranços colonialistas, embora tenha sido acrescentada dos dos graves vícios do "tecnocratas" e "especialismos". Quer dizer, sacrificamos a visão global do estudante em nome de uma possível mão-de-obra qualificada com grau universitário. É quase como se tivéssemos saído da carroça de boi para o jato, só que as carrocerias dos jatos são de madeira.

Acreditamos que, juntamente com o esmagamento da vida estudantil, com o fechamento de seus diretórios, dces e uees, o meio universitário nacional está regredindo na forma e no sentido do próprio termo universidade. O decreto 477, por seu caráter coercitivo e punitivo, destrói o desenvolvimento do amplo debate, principalmente o debate político, que é fundamental para que o homem ganhe a sua real dimensão universal. Não será apenas nos partidos, por uma obrigação legal, que se restaurará essa liberdade, pois nas universidades, graças a imensa diversificação de opiniões, conseguia-se apurar e desenvolver o espírito e o sentimento de melhor servir ao país. Assim, mais do que nunca, a universidade brasileira precisa de uma reforma e de total liberdade - liberdade de cátedra, de pensamento e organização para os estudantes.

C - E no que se refere a seus postulados nacionalistas, como o deputado vê a situação nacional e a crise internacional do sistema?

JM - É claro que tem muita gente que vê nos postulados nacionalistas quase que um crime, numa natural defesa de seus privilégios como consócios de grupos internacionais, entretanto, para mim e outros deputados federais do estado do Rio de Janeiro aqueles que Chagas quer destruir -, nacionalismo, fora a intransigente luta pelos interesses nacionais, também significa a defesa dos ideais democráticos de liberdade - liberdade de associação, de pensamento e de um alto padrão de vida para o povo.

Nosso País, que faz parte, como disse Samir Amin, daquele imenso rol de países participantes da periferia do sistema capitalista monopolista internacional, está sofrendo as agruras da crise geral desse sistema. Uma crise estrutural e que deve perdurar durante certo tempo. Acreditamos que, mediante uma rápida análise do comportamento histórico dos centros do sistema, o Brasil precisa mais do que nunca marchar para uma posição autônoma e mais nacionalista, como o único meio de evitar o total deslocamento da crise para o nosso povo, pois esse é o objetivo dos centros metropolitanos.

No meio dessa crise está o petróleo, que foi e é muito bem utilizado pelos países árabes e subdesenvolvidos, produtores desse combustível líquido, como arma de pressão e de defesa dos seus interesses. Agora que o país parece caminhar para as vias da auto-suficiência petrolífera, numa coerência com nossa posição nacionalista, devemos estar atentos contra as suaves vozes que defendem os "contratos de risco", mesmo que venham resguardadas sob as mais variadas formas. Não podemos permitir nenhuma brecha no monopólio do petróleo, mesmo que os cantos de sereia sejam tentadores. Por que só agora se fala nesses contratos de risco?

Acreditamos que o país só poderá realmente deslanchar para seu destino histórico na medida que o povo for compreendido como o próprio país. É o povo que dá existência ao Brasil, e, qualquer processo de desenvolvimento terá que ver esse fato como o mais importante e o único que vale a pena ser levado em conta. Jamais se poderá aceitar como efetiva, a democracia que mantém intactos os privilégios de grupos monopolistas estrangeiros e nacionais - que forçam a continuidade da miséria do povo. Uma democracia só pode ser real se o povo viver bem e esse viver bem inclui, necessariamente, a completa liberdade política. Falar em meia-democracia é o mesmo que não falar nela. Assim, por tudo isso, nossa posição será a de defender essa visão de democracia e de liberdade, mesmo que para isso tenhamos que enfrentar as ameaças e as mentiras daqueles que se mantêm como serviçais dos determinadores do nosso subdesenvolvimento.

Ao MDB, que ganhou uma formidável representação popular, cabe a tarefa de levar aos brasileiros as teses e os princípios dessa democracia. Mas, para isso, é necessário que assumamos essa responsabilidade histórica com todas as forças. Que assumamos com coragem e vontade de fazer dessas mensagens uma realidade para todos nós. Não podemos temer o presente porque, a despeito dos inimigos do povo, o futuro está do nosso lado e ele será o nosso juiz.



Jorge Moura: falando numa assembléia de favelados.

ORKESIS

ORKESIS

POEMAS DE FERNANDO MOUSINHO

Coleção Peripécia EDITORA CRÍTICA Cr\$ 12,00

Pedidos para Editora Crítica Av. Rio Branco 156/1222 - Ed. Av. Central ou pelo telefone: 242-7395

(Façam acompanhar seus pedidos com a correspondente ordem de pagamento no valor de Cr\$ 25,00)

POR QUE nos voltamos para Hegel, nestes anos de eclipse da atividade política, de decomposição de nossa história doméstica? Preocupação de eruditos, curiosidade de arqueólogos, ou pressentimento de que Hegel ainda nos tenha alguma coisa a dizer, a nós que comemoramos, nesta década, o segundo centenário do seu nascimento?

Que esclarecimentos poderá trazer, aos que se acham no limiar da maior revolução de todos os tempos, a revolução social, científica e tecnológica, o difícil autor da "Fenomenologia do Espírito"? A bomba atômica, os computadores e ordenadores eletrônicos, a cibernética e a informática, a bi-química do cérebro e o controle do gens, a conquista do espaço cósmico, não terão tornado obsoleto esse pensamento, árduo e aparentemente obscuro, em que a metafísica ocidental teria encontrado sua plenitude e seu epílogo?

E a nós, em particular, modestos intelectuais do terceiro mundo, que lutamos ingloriamente pela lucidez e pela consciência, em meio à alienação e aos mais dolorosos e dramáticos equívocos, nesta fase noturna em que pensar, ou tentar refletir, tornou-se um delito de lesa-pátria, punido com a prisão e o martírio, que terá a nos dizer, a nós que nos obstinamos em manter acesa a débil chama do espírito, no mundo dominado pela incompreensão, pela injustiça e pela violência, esse professor rigoroso e penetrante, cuja obra, por assim dizer, abre as portas do século XIX?

Não poderá, esse retorno, ou essa tentativa de redescobrimo, ser explicado pela crise em que nos encontramos, caracterizada pela exacerbação de todas as contradições e pela intensificação, sem precedentes, do sentimento e da consciência da história? E, em nosso caso especial, pela exclusão compulsória da vida da cidade, e a redução à vida privada, que nos obrigou a considerar a história doméstica como se fosse uma realidade estranha, que se processa à nossa revelia e na qual não mais nos reconhecemos? Impedidos de exercer qualquer espécie de prática política, não fomos assim compelidos a retornar ao "momento" da teoria, da especulação, da filosofia pensada, mas não efetivamente vivida?

Voltar a Hegel, ler ou reler a "Fenomenologia do Espírito", a "Ciência da Lógica", a "Enciclopédia" ou a "Filosofia do Direito", não será voltar à própria filosofia, entendida, não como vida imediata, mas como reflexão e tomada de consciência, pelo homem, do mundo como natureza e história? A impossibilidade de agir, de contribuir efetivamente para a transformação do mundo, não explicará o recrudescimento da exigência de compreender desse mesmo mundo, do qual nos tornamos, provisoriamente, apenas espectadores? Não reproduzirá, a nossa modesta peripécia biográfica, a experiência de Platão, levado a filosofar após a morte de Sócrates e o malogro de suas tentativas de intervenção política na Sicília? A impossibilidade de realizar o pensamento não terá determinado a necessidade de pensar a realidade, inclusive para compreender a situação histórica a que fomos levados e na qual nós nos encontramos impedidos de realizar o pensamento?

NA ORIGEM do retorno a Hegel, ou à filosofia, não haverá razões, ou motivos, que poderão ser encontrados na própria filosofia, no próprio hegelianismo? Ouçamos o que nos diz o mestre, nas "Lições Sobre a História da Filosofia": "A filosofia começa pela ruína de um mundo real... Os gregos afastaram-se do Estado quando começaram a pensar; e começaram a pensar quando, no exterior, no mundo, tudo era tempestuoso e miserável, assim como na guerra do Peloponeso... a filosofia só aparece quando a vida pública não mais

ATUALIDADE DE HEGEL

ROLAND CORBISIER



satisfaz e deixa de interessar o povo, quando o cidadão não pode mais participar da administração do Estado."

Excluídos compulsoriamente, pelo arbítrio e pela violência, do universal concreto, quer dizer, da vida na cidade e no Estado, vida que era uma síntese de pensamento e de ação, de teoria e de prática, refluímos para o universal abstrato, momento anterior, e já ultrapassado, do processo de luta em que nos achávamos engajados. O retorno, porém, digamos desde logo, não era ingênuo, mas plenamente consciente e visava apenas consolidar as posições irreversíveis em que nos encontrávamos no momento em que fomos colhidos pelo golpe de Estado. Não se tratava, portanto, de uma fuga, para outro mundo, sobrenatural, ou platônico, das idéias, mas de um recuo provisório, de um ensarilhamento de armas, que nos propiciava as condições e a oportunidade de refletir sobre a nossa conduta de homens públicos, permitindo-nos tomar consciência do significado da história e da ação revolucionária que nela se processa.

No tumulto, na agitação, de que não estavam ausentes os interesses e as paixões, não só era difícil pensar, a tal ponto a ação nos absorvia, mas também temerário criticar aqueles que se achavam circunstancialmente na liderança das forças populares, e cujo primarismo e despreparo procuravam resguardar-se, inconscientemente, na demagogia e na agitação. Se não havia condições, principalmente subjetivas, para fazer a revolução, havia, no entanto, todas as condições, criadas pela desorientação das forças de esquerda e pela radicalização prematura de suas posições, para desferir o golpe de direita e esmagar as vanguardas populares. Já nessa ocasião vivemos a experiência que nos deveria ser tão útil mais tarde, do problema que está na raiz da filosofia, ou melhor, da exigência do filosofar, problema que Platão formula na famosa carta VII e Hegel no texto já transcrito.

Que opor às paixões e aos interesses que, não logrando prevalecer por meio da palavra, da razão, do diálogo, procuram impor-se pela violência? A violência também? Mas, em nome de que, dos mesmos motivos, equivalentes? Nessa hipótese, o dissídio só poderia ser resolvido pela força e pela destruição de um dos contendores, pois o fundamento da violência continua a ser o mesmo, e os contendores permanecem limitados pelo particularismo de seus interesses e de suas paixões. Nada haveria de comum entre eles, a não ser a mesma irreducibilidade e a mesma intransigência na luta por aquilo que lhes é próprio. A única possibilidade de transcender a contradição dos particularismos, evitando a violência, seria descobrir um plano comum a ambos os contendores, no qual pudessem encontrar-se e reconhecer-se. Esse plano é do logos, que, em grego, significa tanto a razão quanto a palavra. Se nossos interesses e nossas paixões nos isolam, confinando-nos na esfera do particular, a razão e a palavra nos põem em comunicação uns com os outros, permitindo o acesso ao universal.

O filosofar surge, assim, historicamente, como uma tentativa de conjurar a violência por meio da palavra que exprime a razão, ou a racionalidade universal, inserida na consciência de cada ser humano. Não se trata mais de vencer, pela força, mas de convencer, pela razão. Quando a tentativa de persuasão é bem sucedida, nenhum adversário vence o outro, ou nenhum é derrotado, porque o que ambos transcendem é a irracionalidade dos interesses e das paixões, que se traduz, ou tende a traduzir-se pela violência, e o que se afirma não é o ponto de vista particular de nenhum dos contendores, mas a universalidade da razão, por definição comum a ambos. O que ambos derrotam, ao se convencerem simultaneamente dos fundamentos e da legitimidade do discurso racional, é a violência que interrompe e torna impossível o diálogo e o converte em duelo.

Ao desafio, representado por uma situação histórica em que triunfam a incompreensão, a injustiça e a violência, quer dizer, a irracionalidade, a filosofia significa a resposta da razão, que se recusa a não dizer a verdade e a cometer a injustiça. Rejeitando o apelo dos amigos e discípulos, Sócrates se nega a fugir e a salvar, assim, a própria vida. E, respondendo às exortações de Criton, explica-lhe que, se concordasse em evadir-se, para subtrair-se à pena capital, entraria em contradição com ele mesmo, desrespeitando o compromisso que assumira de jamais "cometer a injustiça, nem responder pela injustiça à injustiça, nem retribuir um mau tratamento de que se é vítima, por outro mau tratamento".

O processo de Sócrates, que inaugura no Ocidente uma tradição de dois mil e quatrocentos anos, representa de modo exemplar, o conflito entre a violência e a razão, a violência que mantém o ser humano no estatuto da animalidade, e a razão que lhe permite transcender esse estatuto, afirmando-se naquilo que constitui a sua especificidade propriamente humana. A história, que por isso mesmo deve ser considerada até agora como pré-história, tem consistido na luta entre esses dois pólos da condição humana, e no esforço da razão, não só em compreender a realidade mas também em transformá-la, reduzindo cada vez mais o coeficiente de irracionalidade e de violência, pela organização de uma sociedade em que o direito e a justiça prevaleçam, proporcionando a todos a possibilidade efetiva da satisfação empírica e universal.

O RETORNO a Hegel, ou à filosofia, acha-se, assim explicado por essa exigência de interromper, provisoriamente, a ação, a fim de sobre ela refletir, procurando situá-la no âmbito de um processo que transcende a nossa modesta biografia e mesmo a nossa história doméstica, para inscrever-se na perspectiva mais ampla do que costumamos chamar de história universal. Já nos havíamos dito que só há uma ciência, a ciência da história, e dessa verdade estávamos há muito tempo convencidos. Havia, porém, uma distinção a estabelecer entre a história enquanto registro de fatos e acontecimentos, em sua sucessão cronológica, e a história enquanto interpretação desses mesmos fatos e acontecimentos. Mesmo que a significação dos fatos estivesse neles implícita, o trabalho de explicitação era indispensável, e requeria a adoção de critérios que não estavam incluídos nos próprios fatos e, por isso mesmo, pressupunham uma teoria ou filosofia da história. Ora, que é o hegelianismo senão a consciência da história, ou a história tomando consciência dela mesma, por meio do pensamento e da obra de um homem?

Mesmo que o retorno ao sistema, e o seu estudo metucioso, fossem provisórios, como dissemos, justificavam-se não só pelas razões constantes do próprio sistema, mas também por ser essa filosofia uma das principais componentes da teoria da praxis que, embora pretenda tê-la posto de cabeça para cima, nem por isso deixa de ser uma aplicação, à crítica da sociedade burguesa e capitalista, de suas categorias fundamentais, tais como a de totalidade, contradição, dialética, negação da negação, alienação, por exemplo. Não estaríamos seguindo o exemplo do fundador que, nos "Manuscritos de 1844", reconhece a importância da "Fenomenologia" na medida em que Hegel "apreende a produção do homem por si mesmo como um processo" e "apreende a essência do trabalho e concebe o homem objetivo, verdadeiro porque real, como resultado do seu próprio trabalho?" E não estaríamos, também, atendendo ao conselho de Vladimir Ilitch Oulianov que, nos "Cadernos Filosóficos", nos diz que "não se pode compreender perfeitamente o "Capital" e, em particular, seu primeiro livro, sem ter estudado a fundo e compreendido toda a "Lógica" de Hegel?"

ESQUINA

De quem tem medo o governo

O deputado Jerônimo Santana chegou a Porto Velho, capital do Território de Rondônia, que representa na Câmara Federal, a 12 de junho último. Casualmente se encontrou no aeroporto o governador Humberto da Silva Guedes. O jornal O Guaporé noticiou, então, que o governador fora ao aeroporto para receber o deputado. Em razão disso, o gabinete do governador fez publicar nada menos que uma nota oficial na Rádio Caiari, repetida várias vezes no dia, dizendo que S. Excia. fora ao aeroporto para receber um filho que chegava, e não o deputado. A pomposa nota oficial foi uma evidente demasia. Até porque o deputado Jerônimo Santana, eleito e reeleito sempre com a maior votação já verificada na região, tem por hábito não avisar nunca quando chega à sua capital, exatamente para evitar as estrondosas recepções com que o povo gosta de recebê-lo.

A quem foi dirigida a nota do governador? A Arena certamente é que não, pois a Arena do Território foi colocada fora do governo pelo atual chefe do Executivo. O deputado, que é eleito, nunca procurou ser recebido pelo governador, que é nomeado. Mas para não criar problemas ao governador Silva Guedes, o deputado Santana está sendo aconselhado pelos amigos a passar-lhe um telegrama avisando-o sempre que viajar, para que sua excelência não se arreque a encontrá-lo no aeroporto sem querer.

Caetano no João Caetano

Caetano Velloso, que recentemente foi vítima de uma atitude infantil da censura, ao ter apreendido seu disco "Jóia" para que a capa fosse retirada de circulação por um suposto atentado ao pudor, estará se

OS DITADORES E OS ESCRITORES.

"Aqui no Paraguai, antes da Ditadura Perpétua, estávamos cheios de escribas, de doutores, de homens cultos, não de cultivadores, agricultores, homens de trabalho, como deveria ser e como é agora. Aqueles cultos idiotas queriam fundar o Areópago das Letras, das Artes e das Ciências. Sobre eles calquei meu pé. Tornaram-se pasquinhos, panfletários. Os que puderam salvar a pele, fugiram. Escaparam disfarçados de negros. Negros escravos nas plantações da colônia. No estrangeiro, tornaram-se ainda piores. Renegados de seu país, pensam num Paraguai dum ponto de vista não paraguaio. Os que não conseguiram emigrar, vivem migrando na escuridão de seus antros. Convulsivos envaidecidos, viciosos, ineptos, não têm lugar em nossa sociedade camponesa. Que

podem significar aqui suas façanhas intelectuais? Aqui é mais útil plantar mandioca ou milho, que encher de tinta papeluchos sediciosos; mais oportuno limpar animais atacados pelo carrapato, do que carapatear panfletos contra o decoro da Pátria, a soberania da República, a dignidade do governo. Quanto mais cultos querem ser, menos querem ser paraguaios. Depois virão os que escreverão pasquins mais volumosos. A esses chamarão Livros de História, novelas, relações de fatos imaginários, preparados do gosto do momento ou de seus interesses. Profetas do passado, neles contarão suas inventadas putranhas, a história do que não aconteceu. O que não seria de todo mau se sua imaginação fosse passavelmente boa. Historiadores e romancistas encadernarão seus embustes e

os venderão a muito bom preço. Não lhes interessa contar os fatos, mas sim contar os que contam.

Por ora, não nos interessa a posteridade. A posteridade não se oferece a ninguém. Algum dia voltará a buscar-nos. Eu só obro o que mando muito. Eu só mando o que posso muito. Mas como Governante Supremo também sou vosso pai natural. Vosso amigo. Vosso companheiro. Como quem sabe tudo que se deve saber, e mais, eu os instruirei sobre o que devem fazer para progredir. Com ordens, sim, mas também com os conhecimentos que lhes faltam sobre a origem, sobre o destino de nossa Nação". ("Yo El Supremo" - Augusto Roa Bastos - Ed. Siglo XXI, pág. 38) - Trecho da memória do Ditador Francia -

apresentando no Rio, em curta temporada, no Teatro João Caetano. Os espetáculos são produzidos por Guilherme Araújo, e mostram o trabalho desenvolvido pelo compositor baiano nos últimos dois anos, e que está resumido em seus discos "Jóia" e "Qualquer Coisa".

Com referência à interdição da capa de "Jóia", a gravadora Philips informou que o motivo alegado pelas autoridades foi a presença de Moreno, o filho de Caetano, na capa.

e consumidores asfixiados

O problema do mercado interno, principalmente quanto aos produtos essenciais, e o elo que liga a produção ao consumo, vem sendo debatido, diariamente, nas casas do Congresso, pelos representantes da oposição e entre estes o deputado Antonio Bresolin (MDB-RS), cujos pronunciamentos, baseados nos fatos cotidianos, são uma constatação econômica que

exige pronta ação das autoridades responsáveis.

Diz ele: "A despeito de tudo aquilo que os órgãos do governo proclamam, muitas vezes baseados em estatísticas frias, aumenta a inflação. De outra forma, o que justificaria a desastrosa repercussão que vem tendo o aumento do preço dos carburantes, das passagens, dos medicamentos, da roupa, da carne, do leite, do vestuário, dos aluguéis e dos alimentos em geral? Quem de bom-senso será capaz de refutar isso? Só desconhecem este drama intranquilizador os que ignoram a tragédia dos trabalhadores, dos funcionários públicos, do comércio e da indústria, que pagam mais impostos do que nunca e que estão com mínima faixa de crédito. Por outro lado, o produtor vende tudo o que arranca da terra por preço vil e paga, por tudo o que compra, os olhos da cara."

"A suinocultura nacional, diz mais, foi destruída em mais de 50% por falta de providências do governo. E vejam o preço que se paga nos picadores de Brasília por um quilo de carne

de porco. Enquanto isto ocorre no Rio Grande do Sul quando muito se vende o porco vivo a 1 ou 1,50 o quilo. Vejam, de outro lado, o preço de um quilo de ovelha nos açougues de Brasília."

Segundo Bresolin, continua chocante o contraste entre o produtor e consumidor: o produtor é explorado na venda e o consumidor na compra - o único que ganha, que atulha as arcas, é o atravessador, o intermediário. Como se pode, então, falar com euforia sobre a situação do país e dos brasileiros? A medida que passam os dias, o dinheiro e os demais recursos estão se acumulando nas mãos de poucos, e o que é pior, em grande parte nas multinacionais. A grande massa do povo continua empobrecendo, conforme venho denunciando."

Artistas não têm motivos para festa

Comemorando o dia do artista, nesta terça-feira, o Sindicato dos Artistas e Técnicos em

Espectáculos de Diversões do antigo Estado da Guanabara, emitiu e fará ler em todos os espetáculos, uma nota oficial, levando sua mensagem no transcurso de uma data que é tão importante quanto esquecida. Crítica, fiel a sua linha de estar ao lado de todos os setores da vida nacional que lutam pelo aprimoramento cultural de nosso povo, transcreve abaixo a palavra dos artistas:

"Nesse dia nos dirigimos a todos os artistas e técnicos, entusiasmados, pois estamos sentindo que nossa categoria profissional começa a ter consciência de sua verdadeira função e continua, agora com mais consciência, a luta para que possamos ter para nós o lugar de respeito e importância que nos cabe. Mas, apesar disto, a categoria trabalhadora que essa entidade representa vem, mais uma vez, lançar seus reclamos pelas vidas e pelos anos que até hoje se passaram sem que as suas aspirações mais importantes fossem oficializadas para as gerações de amanhã. Representamos uma categoria cuja profissão, em que pesem todos os nossos estudos, esforços e trabalhos, até o momento ainda não foi regulamentada, apesar de estar nas mãos das autoridades, há mais de seis anos, muitas promessas, novas comissões e nenhuma solução concreta. E a ausência de uma regulamentação que codifique as nossas funções profissionais e defina as nossas relações de trabalho com gerado abusos e violências que o descaso e a indiferença pretendem eleger como a praxe, o normal e o aceitável. Deve-se lamentar, mas tem sido imperioso para nós reconhecer que o cumprimento da lei em nossas relações de trabalho não obedece ao senso comum de um comportamento social sadio. Trouxemos até vocês, público que nos prestigia, a nossa mensagem nesse Dia dos Artistas. Talvez vocês estranhem, pois não são palavras festivas para uma comemoração como esta, mas a verdade é que não temos muito a festejar."

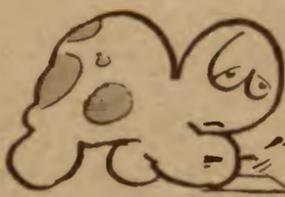
VERINHA

Ensino de 2.º grau será pago já em 76

O ensino de 2.º grau (antigo clássico ou científico) será pago a partir de 1976, segundo informou ontem a Secretária de Educação do Estado, Mirthes Wenzel. A taxa deverá ser fixada em novembro.

- O GLOBO ☆ 6-8-75 -

VERINHA enlutada, participa aos parentes e amigos o falecimento do ENSINO GRATUITO e, antecipadamente, agradece as manifestações de pesar.



Wagner

RIO COR - TEL: (021) 227-0020

PRONTO SOCORRO CARDIOLÓGICO

Centro de Tratamento Intensivo - Grupos especializados e o melhor equipamento

Resp. Dr. Mário Anache (5.278) - Dr. Raymundo Dias Carneiro (4.584).

Rua Farne de Amoedo, 86, Ipanema - Rio de Janeiro

O GOVERNO revolucionário das forças armadas do Peru expediu decreto-lei declarando de necessidade nacional e de interesse público a nacionalização do complexo mineiro metalúrgico da sucursal peruana da Marcona Mining Company. Este histórico decreto é um marco transcendental na mineração nacional, desde os alvares da revolução peruana. Uma vez mais nosso processo revolucionário se insere na denodada batalha dos países do terceiro mundo pelo resgate de seus recursos naturais, ali onde são extraídos, processados, transportados, comercializados e industrializados em sérios detrimento dos países produtores de matérias-primas, legítimos proprietários de suas próprias riquezas e verdadeiros "convidados de pedra" (marginalizados) na distribuição dos frutos genuínos que merecem receber por elas.

Foi o caso da Marcona Mining Company. Um caso típico, daqueles que falam por si só e dão mostra evidente do que é a conduta imoral dos grandes consórcios multinacionais quando não encontram o obstáculo de uma revolução autêntica que defenda os interesses do seu povo.

O sigilo, a maneira sutil de encarar a conduta empresarial e a turva eficácia com que se utiliza a debilidade dos governos que atuam de costas para o seu povo, são aproveitados sem nenhum escrúpulo pelas empresas multinacionais. Elas provocam e estimulam ao mesmo tempo essa debilidade, manipulando incessantemente a chamada "opinião pública", que elas próprias organizam através de certa imprensa falada e escrita, e através principalmente da publicidade. A esse vasto universo de ações agressivas — econômicas, políticas e culturais — nós chamamos de imperialismo.

Assim acontecia no Peru até que irrompeu a revolução nacional peruana.

Ação Imperialista

Queremos mostrar ao mundo a ação predatória do caso Marcona para que os peruanos e os cidadãos do terceiro mundo tenham uma visão certa do que significa a ação imperialista dos grandes consórcios multinacionais, de como surgem, atuam e se preparam.

A sucursal no Peru da Marcona Mining Company obteve o direito de explorar as jazidas de ferro que eram direitos especiais do Estado, atribuídas à Corporação Peruana de Santa. Esta sucursal se dedicava à fase extrativa do mineral, acrescentando logo um valor adicional à sua produção através do processo de paletização, com o qual se atinge um maior grau de concentração e menos impurezas.

No entanto, apenas uma pequena parte da produção é paletizada no país, enquanto a maior parte continua sendo exportada como simples concentrados, cujos preços são muito inferiores e enfrentam problemas de mercado, devido às normas de combate à contaminação do ambiente, impostas hoje pelos países industrializados.

Mas ocorre que a Marcona Mining Company, sucursal do Peru, transportava o minério extraído por intermédio de uma empresa constituída na Libéria, Marcona Carriers, sem nenhu-

MAIS UM CASO IMORAL DA MARCONA

GENERAL JORGE FERNANDES MALDONADO
(Ministro de Energia e Minas do Peru)

ma intervenção da Frota Nacional Mercante.

Nada de estranho haveria nisto, se a Marcona Carriers não tivesse se desenvolvido, como se desenvolveu, às custas da entrada de divisas no país, pois se oneraram os fretes pagos pela operação mineira para subvencionar o desenvolvimento da frota da referida empresa multinacional. Assim, a Marcona Carriers conta hoje com uma das frotas mais importantes do mundo, enquanto a Companhia Peruana de Vapores foi detida em seu desenvolvimento.

Além disso, e como se fosse pouco, a sucursal peruana da Marcona Mining Company buscou astutamente uma forma de pagar à Marcona Internacional, sua agente de vendas, falsas multas por demora dos barcos no país ou pelo fato de que a faixa de transporte por ela mesmo construída não apresentava a capacidade exigida, sem motivo algum, pelo seu agente, e outras formas tão sutis de reter lucros para o exterior, violando assim as normas de ordem pública e diminuindo a capacidade de inversão do país e os direitos da Comunidade Mineira da Empresa (órgão que reúne todos os funcionários da empresa e que têm participação em seus lucros).

Mas isto não é tudo. A Marcona Internacional comercializou o ferro peruano com prejuízo para o nosso país, cobrando arbitrariamente uma comissão de 4% sobre as vendas C e F, quando a lei peruana estipula claramente que nenhuma venda para filiais pode ser objeto de comissão. Seria como se cobrásemos pelo serviço de vender a nós mesmos.

O ciclo era simples e ao mesmo tempo lesivo. Simples para a mesma empresa multinacional, através de seus múltiplos braços que carregam um mesmo e sólido lucro, e lesivo para o país produtor, o Peru, que só recebia o imposto da produção extrativa, sem nenhum acesso ao resto do ciclo do negócio do ferro.

Esta é uma das múltiplas formas, através das quais se vinham debilitando os direitos do Peru a uma sólida marinha mercante, a uma sólida indústria de construção naval e ao total controle da comercialização pelo Estado dos produtos minerais, como assinala a Lei Geral da Mineração.

Atitude Agressiva

Além da cadeia de empresas montadas para extrair o máximo proveito de sua infima inversão em nosso solo, em detrimento dos interesses de nossa pátria a atitude da Marcona

Dia 22 de julho último, o governo peruano nacionalizou a Marcona Mining, empresa norte americana que extraía e comercializava a maior parte do ferro do país, e criou no seu lugar a Hierro-Peru, empresa totalmente nacional. A medida foi explicada num programa de televisão pelo ministro Fernandes Maldonado. Aqui estão os principais momentos deste histórico pronunciamento.

Mining era mais agressiva, mais imperialista, e isto se patenteava no sistemático não cumprimento dos compromissos assumidos, através de sucessivos contratos, com a Corporação Peruana de Santa.

Longa é a lista de cobranças injustas feitas pela corporação internacional. Em alguns casos, ela tentou se apresentar como favorável ao desenvolvimento tecnológico peruano, o que convinha única e exclusivamente a ela, pelo menos na forma proposta. Referimo-nos especialmente ao desenvolvimento do Peru do chamado sistema de transporte de lodos "Marcona Flow". Acontece que o desenvolvimento de tal processo no Peru, dentro da forma proposta, mostrou-se oneroso para a sucursal peruana, mas não para a Marcona Corporation, que cobrou de nós a despesa de amortização do desenvolvimento do mencionado processo. E não para aplicá-lo aqui, mas no estrangeiro, reduzindo-nos assim ao mero papel de cobaias.

O ferro, para os países industrializados, constitui a base do desenvolvimento de suas respectivas indústrias siderúrgicas, cujo papel no desenvolvimento histórico de suas economias e, em geral, no desenvolvimento de qualquer economia, é amplamente conhecido. Por isto, o Peru está interessado prioritariamente em produzir aço. Outros têm sido os propósitos da Marcona Mining, buscando enfraquecer a indústria siderúrgica nacional, à qual vendeu produtos de qualidade inferior, favorecendo assim seus clientes estrangeiros.

Por outro lado, a Marcona Mining Company tem uma série de dívidas para com o Estado peruano, o que, necessariamente, será considerado no processo de avaliação da parte apropriada. Entre elas, encontra-se a reserva ilegal por esgotamento de minas, realizada desde 1958, e que mereceu sentença favorável ao país da Corte Suprema da República. Dessa dívida, a empresa deve, hoje, um montante da ordem de 700 milhões de soles (17 milhões de dólares).

Acrescente-se, entre outras dívidas, as derivadas dos reparos fundamentados que formulou a Direção Geral de Contribuições para os exercícios econômicos de 1970 e 1974. Os reparos mencionam basicamente a dedução ilegal de 4% para determinar o preço lób, pagos a sua filial Marcona Internacional, pagamentos por demoras, gratificações ao pessoal estrangeiro, comissões de compra, impostos ao transporte marítimo e

aos dividendos etc., que tiveram incidência sobre o imposto de renda e que devem ser pagos ao fisco, a participação da Comunidade Mineira e a contribuição ao Instituto Científico de Tecnologia Mineira.

Outras dívidas advêm do grave não cumprimento do contrato de 11 de dezembro de 1966 para estabelecer a reserva intangível e temporal, assim como do fato de haver efetuado uma exploração irracional das jazidas que o Estado peruano, de boa fé, lhe permitiu explorar.

Por todos estes fatos, foi expedido o decreto-lei que supera definitivamente o problema da Marcona e salvaguarda devidamente os direitos da república.

Aqui foram expostos alguns dos principais motivos pelos quais se fez necessário nacionalizar a Marcona, assim como há um ano e meio foi preciso expropriar a Cerro de Pasco Corporation.

Mas no caso concreto da Marcona, a nacionalização foi determinada, ademais, por um imperioso motivo de interesse supremo para a nação: proteger sua indústria de ferro, fundamento da indústria siderúrgica, com a qual se obterá uma base real e autêntica de incentivo ao desenvolvimento do país. Não de um ponto de vista do mero crescimento econômico, mas da genuína liberação social que significa uma revolução em plena construção.

Com a Marcona em plena produção, com os sacrifícios que isto acarretar e qualquer que seja o custo que se deva pagar por isto, teremos a oportunidade real de desenvolver a grande indústria naval, que todo país revolucionário em pleno desenvolvimento, como o nosso, merece.

Comercialização Garantida

Nossa maneira agressiva de conceber as relações comerciais em nível mundial nos permitirá garantir os mercados tradicionais ou buscar mercados alternativos para colocar nossas exportações de ferro a prazos e preços segundo os quais a totalidade do negócio da mineração, tanto na fase extrativa como na de processamento, transporte e comercialização, seja uma magnífica inversão para o povo do Peru nas condições atuais e nas que apresente o futuro da indústria siderúrgica peruana.

Marcona é outro passo e outro símbolo do que está sendo e será a grande mineração revolucionária de nosso país. E será também, por oposição, um exemplo do que será um genuíno e leal entendimento com a verdadeira e consequente cooperação estrangeira que não agride nosso país. Nada temos contra a cooperação econômica estrangeira, quando ela respeita, em forma e fundo, o espírito e as letras de nossas leis e de nossos propósitos revolucionários. Esperamos longa e fecunda relação contratual e econômica com qualquer país que assim entenda os termos do intercâmbio conosco.

Mas deve ficar claramente estabelecido: que com esforço, a boa fé, o sacrifício e a decidida vontade revolucionária do povo peruano, não se brinca hoje, nem se brincarã amanhã. Porque cada vez mais, um povo mais alerta e uma força armada mais decidida e vigilante não o permitirão jamais.



CADE: O PODER DISCUTIDO

Dois novos processos deram entrada no Cade, movidos, respectivamente, pelo comerciante pernambucano Duarte Rodrigues Pereira e por Cury & Cury, de Anápolis, contra a Procosa S/A – representante da L'Oreal de Paris, e contra a Shell, por abuso de poder econômico. O Cade é o órgão federal encarregado de coibir esses abusos e de proteger a empresa nacional dos grandes trustes estrangeiros. Só que, em doze anos, o órgão somente condenou uma empresa e, mesmo assim, para favorecer uma grande empresa multinacional.

A explicação talvez esteja contida em um documento da ONU, divulgado em agosto de 1973: "As empresas multinacionais têm poder suficiente para desconhecer soberanias nacionais". Ou nas palavras do professor alemão e estudioso do assunto, Helmut Arndt, de que "muitas vezes elas fogem ao controle dos governos nacionais e se tornam um perigo para o país que as hospeda".

"Com seu poder", diz Arndt "as multinacionais podem ir, aos poucos, eliminando as empresas genuinamente nacionais", colocando os governos num dilema: ou aceitam a "desnacionalização" de suas empresas ou estatizam sua economia, esta geralmente uma alternativa não muito exequível para os países em desenvolvimento cujo modelo econômico foi assentado na dependência do capital estrangeiro.

Segundo o economista sueco Gunnar Myrdall, qualquer onda de estatização "afugentará novos investidores, temerosos esses de represálias idênticas no futuro". E foi confiante nessa dependência dos países em desenvolvimento que o gerente-administrativo da Companhia Geral de Eletricidade Francesa declarou, em junho de 1973, à revista Business Week que "em

1980 haverá apenas sete ou oito grandes grupos de equipamento elétrico no mundo e nós pretendemos ser um deles".

Mas, a explicação pode estar, também, em grande parte, nas deficiências estruturais do Cade, a única instância a que pode recorrer o empresário genuinamente nacional, em sua defesa contra as tentativas de dominação do mercado por parte de grupos e cartéis internacionais que na totalidade das vezes não hesitam em utilizar práticas nem sempre recomendáveis de concorrência.

Sem dinheiro, sem sede própria, sem pessoal especializado – eis o Cade com suas dificuldades. Mas as maiores estão mesmo na composição de seu quadro administrativo. Seu presidente, Gratuliano de Brito, ex-interventor federal na Paraíba, que teve como seu secretário da Fazenda o hoje presidente Ernesto Geisel, é tido como um homem cuja eficiência se limita, apenas, a fazer cumprir os prazos. Apesar do pulso que a função lhe exige, foi acusado de demitir o delegado do Cade em Minas Gerais, exatamente quando este começava a acumular provas contra a Brahma e Antártica referentes ao processo movido contra elas pela Alterosa, de Minas.

Dos conselheiros, hoje reduzidos a três, depois que Olimpio de Abreu de desligou e nenhum substituto foi nomeado, apenas um praticamente se salva: Augusto Canedo de Magalhães. Há quem o considere um burocrata mas é competente e correto, tido como o melhor dos três conselheiros.

Dos dois restantes, pode-se dizer, apenas, que Wanor Pereira de Oliveira, advogado, como os outros dois, ex-funcionário do extinto Serviço de Proteção ao Índio e mineiro, tem medo até da própria sombra. E sobre Geraldo Resende Martins, pode-se dizer, apenas, que é um caso de humanidade:

Com 78 anos e tendo sofrido um derrame que quase o inutilizou completamente, há quatro anos, foi conduzido ao posto por seu, então, amigo Costa e Silva. Sua presença no Cade é meramente decorativa e, apesar do seu precário estado de saúde, não pode se ausentar porque a quarta vaga – de Olimpio de Abreu – ainda não foi preenchida.

Os dois procuradores, José Antônio de Souza Fernandes e Vicente Tourinho, são considerados muito bons, mas o trabalho é muito para eles, tanto que o decreto 53.045, de 29-11-63 estipula a dotação de procura-

dores para o Cade como sendo de 12.

E, para exemplificar as deficiências de pessoal especializado – segundo um diretor, a iniciativa privada paga três vezes mais que o governo a um profissional qualificado – basta dizer que a diretora do Departamento de Auditoria e Revisão Contábil, à parte sua competência administrativa, é técnica de educação cujos vãos mais altos na área contábil chegaram a um diploma de contadora.

Ela substituiu o antigo diretor, Julio Raja Gabaglia, afastado do cargo depois das irregularidades que marcaram o processo da Codima contra a Brown Boveri, Suíça, em 1973. Nessa época, o primeiro relatório de Raja Gabaglia feito após um levantamento de todas as concorrências de que haviam participado as duas empresas – Codima e Boveri – havia concluído pela existência de abuso de poder econômico.

Entretanto, em um segundo relatório elaborado após novo levantamento, desta feita envolvendo apenas 30 concorrências, seu parecer foi totalmente oposto. Em virtude disso, a Codima denunciou o parcialismo com que foi feito esse segundo levantamento, alegando que

não havia sido considerado o número total de máquinas envolvidas – 170 – e que em apenas um lote, não considerado pelo Cade, envolvendo 134 máquinas, a Boveri havia apresentado preços 56,6% mais baixos, com o objetivo de alijar a Codima da concorrência.

Defesa antitruste

Nos Estados Unidos ou na Suécia, onde a legislação antitruste é das mais rigorosas, um processo por abuso de poder econômico ou por tentativa de monopolização do mercado por parte de cartéis internacionais, pode terminar em pesada punição para as empresas multinacionais.

Foi assim que, nos Estados Unidos, a Federal Trade Commission (FTC) condenou a IBM a pagar, em 1973, uma comissão de 352 milhões de dólares à Telex Corporation, sua concorrente, por "práticas predatórias". Naquele país, desde 1890, as companhias prejudicadas por abuso de poder econômico podem exigir compensações até três vezes maiores que suas perdas reais.

Entretanto, somente 13 reclamações haviam sido vitoriosas nos primeiros pouco mais de 50 anos de existência da FTC, que somente ganhou maior vitalidade a partir de 1946, depois de uma representação levantada por um proprietário de teatros contra a RKO – Radio Keith Corporation.

Teoricamente, no Brasil a situação não é muito diferente: em caso de comprovação de abuso de poder econômico uma empresa está sujeita a multa de 5 mil a 10 mil vezes o maior salário mínimo do país, além de indenização a ser paga à empresa prejudicada cujo montante será estipulado pela justiça civil. E, caso o abuso de poder continue, a lei prevê, ainda, intervenção federal na firma infratora.

Qualquer empresa que se sentir prejudicada por uma das formas de abuso de poder econômico previstas no decreto nº 52.025, de 20/5/63, é só fazer uma representação ao Cade. Inicialmente, o órgão promove investigações preliminares para verificar a possibilidade de estar havendo o abuso de poder.

Comprovada a possibilidade, instaura-se o processo, com investigações mais detalhadas. Passada a fase de inquérito, o processo é submetido ao julgamento de três conselheiros (antes eram quatro) que, juntamente com o presidente, são responsáveis pelo veredito.

As decisões do Cade (criado pela lei 4.137, de 10/9/62) são irrecorríveis, mas a verdade é que, até hoje, apenas uma condenação foi imposta pelo órgão: o processo da Coca-Cola contra a Pepsi-Cola, sua concorrente, por "concorrência desleal" (quebra de engradados e garrafas da Coca). Mesmo assim, por coincidência, beneficiando a mais forte entre duas multinacionais.

É verdade que o órgão foi muito pouco requisitado nos seus primeiros nove anos de existência, somente começando a ser mais atuante a partir de 1972, quando as reclamações começaram a aparecer em maior número. De qualquer forma, se comparado à Federal Trade Commission norte-americana, o Cade deixa ainda muito a desejar. A FTC, por exemplo, se dá ao luxo de manter uma equipe assistindo permanentemente a anúncios de televisão para verificar se eles são prejudiciais.



O ato falho multinacional: excede em tudo, até no desrespeito às leis e à economia nacional.

CREME DEPILADOR

SUPERFLU

PARA PERNAS E AXILAS

L'OREAL
DE PARIS

PESO LIQUIDO: 45g

GRATIS
NÃO PODE SER
VENDIDO

Este produto não deve ser aplicado sobre mucosas ou em regiões a elas circunvizinhas e sobre a pele ferida, inflamada ou irritada. Logo imediatamente após a depilação.

L'Oreal - Procosa:
mais um grupo estrangeiro às
voltas com o Cade.

O Cade, desde sua primeira ação movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais, de Cabo Frio, contra a Associação Técnica Brasileira de Indústrias Automáticas de Vidros e suas associadas na importação regular de barrilha, por prática de dumping, até hoje não conseguiu tomar uma decisão que viesse em benefício de uma indústria nacional.

Durante esses 12 anos, recebeu 51 representações, apesar de que apenas 16 processos foram instaurados e 35 considerados improcedentes. Desses 16, fora a condenação de Pepsi, 10 foram arquivados e seis continuam em andamento, compreendendo acusações contra o cartel elétrico, Brahma e Antártica (cervejas), Pirelli, Good-Year e Firestone (pneus), indústrias de elevadores, grandes cooperativas de leite e a Procosa em Recife.

Desde seu primeiro processo até o mais recente, houve muitas histórias curiosas, como a movida pela Funerária Esteves e Zenite Ltda, contra a Santa Casa de Belo Horizonte "por manter o monopólio de enterros da cidade", mas houve também casos sérios como o da Codima, indústria brasileira de materiais elétricos, contra a Brown Boveri, multinacional com sede na Suíça, por práticas de "dumping" e tentativa de monopolizar o mercado.

"As empresas têm medo"

Conselheiros do Cade consideram muito pequeno o número de representações recebidas até hoje, atribuindo-o, porém, ao medo que a maioria dos empresários têm de acionar uma empresa multinacional. No fundo, eles sabem que só abusa do poder econômico quem o tem e quem o tem pode muito bem responder com represálias.

O problema é que um processo no Cade pode levar anos, como o da Codima contra a Saab-Scania do Brasil, iniciado em 1971 e até hoje sem solução. Por isso, a firma que move uma causa precisa ter uma reserva muito grande para aguentar as represálias como boicote nos fornecimentos, corte de créditos etc.

Aliás, esse é um problema que o Cade poderia evitar, instaurando processos *ex-officio*, utilizando do direito que lhe dá o decreto 52.025 que diz: "A existência de abuso de poder econômico será apurada pelo Cade: I) *ex-officio*; II) em virtude de representação: a) de governa-

dor do Estado; b) da Assembléia Legislativa; c) de prefeito municipal; d) da Câmara Federal, e de órgão da administração pública federal, estadual, municipal, autárquica e de economia mista; f) de pessoa física e jurídica.

Apenas três vezes o Cade usou dessa faculdade: contra a Companhia de Cimento Portland de Goiás e outras acusadas de trabalhar com capacidade ociosa de produção para forçar o aumento de preços; contra as cooperativas de leite, que praticavam abuso de poder econômico contra as cooperativas menores, e contra as indústrias de elevadores Otis, Atlas (Indústrias Villares S/A), Schindler, e Varsal, também por abuso de poder.

O levantamento desse tipo de caso é feito pelo Departamento de Pesquisas Econômicas, órgão que elabora um cadastramento de todas as empresas do país com o objetivo de conhecer os grupos econômicos. Porém, não dispõe de verba nem de pessoal suficiente, contando o Cade com uma dotação anual insignificante (Em 1975 a dotação foi de Cr\$ 2,8 milhões).

Entretanto, nem mesmo nos casos *ex-officio* o Cade conseguiu beneficiar uma empresa nacional através de uma condenação. As explicações vão desde o fato de que durante os processos muitas empresas fazem acordo até o de que - segundo um conselheiro - mesmo a Federal Trade Commission somente condenou sua primeira empresa depois de 12 anos de existência.

Doze anos o Cade já fez. Até agora somente conseguiu beneficiar uma multinacional. Esta devendo, portanto,

O abuso de cada um

Encerrado recentemente o processo nº 12, com a absolvição, por unanimidade (4-0) das indiciadas Brahma, Antártica e Distribuidora de Bebidas Mineira (Crítica nº 45), acusadas pela Companhia Alterosa de Cervejas de tentativa de divisão de mercado, práticas monopolísticas e exigência de exclusividade, restam em andamento no Cade os seguintes processos:

● **Processo nº 10** - Movido em novembro de 1972 por Domingos F. Rachas e Capital Pneus, ambas de São Paulo, contra as multinacionais Firestone e Goodyear, encontra-se em fase testemunhal. As acusações incluem eliminação de concorrentes através de concessão de vantagens a subsidiárias como Hermes Macedo, Pneuc Benficia e outras, como manutenção de estoques permanentes, pre-

ços preferenciais, facilidades de descontos, contas bancárias em aberto etc.

● **Processo nº 13** - Movido pela Codima - Máquinas e Acessórios (Crítica nº 40) contra a Saab Scania do Brasil e sua concessionária Mesbla. Acusação: a existência de rígido monopólio de fornecimento de motores diesel, práticas monopolísticas e eliminação de concorrentes. O processo, instaurado em janeiro de 1971, encontra-se em fase testemunhal.

● **Processo nº 14** - Movido *ex-officio* (por iniciativa do próprio Cade) contra as cooperativas do leite. Por estarem as cooperativas sob a supervisão do Inera, o Cade está apurando apenas irregularidades relacionadas com o abuso de poder econômico, não podendo entrar nos aspectos contábeis. Quanto a estas, uma verificação realizada pelo Inera em 1972 constatou a reaplicação do capital dos cooperados em interesse próprio, como por exemplo na compra de uma usina. O Cade está verificando os constantes aumentos de preços no leite e o processo, aberto em setembro de 1974, ainda está no início da fase de colheita de dados, inclusive testemunhais.

● **Processo nº 15** - Movido também *ex-officio* contra as fábricas de elevadores (todas multinacionais). A acusação é de elevação irregular de preços, oligopólio de produtores e irregularidades na manutenção dos elevadores. Vários síndicos e porteiros de edifícios já foram chamados para depor. Processo recente, ainda em fase testemunhal.

● **Processo nº 16** - Movido em junho deste ano pelo comerciante pernambucano Duarte Rodrigues Pereira contra a Procosa - Produtos Cosméticos S/A, de Recife. A acusação é de exigência de exclusividade, subordinação de venda de um produto à utilização de um determinado serviço. Ainda na fase inicial.

● **Processo nº 17** - Iniciado no mês passado por reclamações do comerciante goiano de Anápolis Cury & Cury contra a Shell do Brasil S/A. A acusação é de que a Shell está impondo contratos leoninos na distribuição de combustíveis e lubrificantes, exigência de exclusividade e de dar exclusividade de propaganda publicitária. Quem tiver um contrato com a Shell por dez anos e rescindi-lo antes terá de indenizá-la pagando pelo fornecimento do tempo de contrato que restar. Fase inicial.

SÉRGIO MACEDO

AVIAÇÃO

A AMEAÇA DO DESEMPREGO

Os efeitos do processo de concentração, que já atingiu o setor de aviação civil, já começam a se fazer sentir: diminui o número de vôos e, conseqüentemente, restringe-se o mercado de trabalho. O desemprego no setor é inevitável.

Quando a Varig desistiu, no ano passado, de comprar a Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, após negociações promovidas por iniciativa do próprio governo federal, o principal motivo que impediu um desfecho favorável à transação foi a exigência, por parte das autoridades brasileiras, de que a absorção da Cruzeiro não deveria se transformar em um problema social - ou seja, não poderia haver demissão em massa de funcionários.

Afastada a possibilidade da fusão, procuraram-se outras fórmulas e quase chegou a se concretizar a fusão das duas menores, Cruzeiro e Transbrasil, com o que o mercado tenderia a se dividir rigidamente entre as três empresas - Trans-Cruzeiro, Vasp e Varig -, atuando uma no Prata, uma apenas doméstica e outra internacional.

A explicação para o fato de essa fórmula não ter vingado parece estar no resultado dos estudos de uma comissão formada por representantes dos ministérios da Aeronáutica, Trabalho e Previdência Social, que optou pela divisão e pela existência de apenas duas empresas: uma doméstica e outra internacional.

Como resultado, reiniciaram-se as negociações com a Varig, que acabou absorvendo a Cruzeiro, enquanto a Vasp se encarregaria de ficar com a Transbrasil. Segundo fontes da Diretoria de Aeronáutica Civil (DAC) a exigência governamental quanto ao problema das demissões foi mantida, em ambos os casos, para o que as duas (novas) empresas contariam com subsídio governamental.

Isso, em parte, devido à situação financeira não muito estável das duas empresas (chegou-se a comentar que um dos motivos que levou à abertura da bolsa de valores ao capital estrangeiro foi salvar algumas empresas entre as quais a Varig), mas foi principalmente devido à situação deficitária das duas empresas absorvidas.

Concentração

Quais as razões que levaram a esse processo de concentração, agora na aviação civil? A explicação pode ser encontrada no próprio comportamento do setor no ano passado.

A rentabilidade geral do setor, que havia sido de 11,86% nos nove primeiros meses de 1973, não passou de 5,45% no mesmo período do ano passado e, no caso específico do tráfego doméstico, onde as duas empresas menores concentram sua atuação, o resultado foi ainda

pior: 4,3% contra 10,5% em 1973.

Essa situação negativa foi resultante de duas causas bem definidas. Primeiro, os sucessivos aumentos nos preços dos combustíveis, muito superiores aos que esperavam as empresas, tanto que o combustível, que representou 10% dos custos em 1973, passou a representar 30% no ano passado.

A causa principal, porém, parece ter sido o excesso de otimismo das próprias empresas, baseadas numa previsão (otimista) de 25% no crescimento da demanda para 1974. Começaram, então, a aumentar e a sofisticar sua frota de tal forma que, quando as previsões não se confirmaram - a demanda não aumentou nem 20% -, já não era mais possível voltar atrás.

A Varig e a Vasp, empresas mais sólidas, ainda conseguiram ultrapassar bem a primeira fase. A Varig obteve um lucro líquido sobre o faturamento da ordem de Cr\$ 229 milhões (14%), enquanto a Vasp, com um capital imobilizado menor, conseguiu Cr\$ 45 milhões (10%). A Cruzeiro e a Transbrasil, entretanto, conseguiram juntas um lucro líquido de Cr\$ 15 milhões, o que representa apenas 2%.

Conseqüências

Foi essa situação que levou à fusão. Realista, por um lado, mas de conseqüências negativas, por outro, para economia, principalmente por suas conseqüências próprias de um processo de concentração. Por mais que o governo subsidie e por mais que as empresas queiram evitar, as demissões serão inevitáveis, cedo ou tarde.

Ainda na semana passada, a Varig anunciou uma redução de 15% nos seus vôos, o que significará menor necessidade de funcionários. Recentemente, a companhia demitiu cerca de 40 comissários-de-bordo e cerca de 20 segundos oficiais de vôo, número que, em si, nada significa face aos 1.500 comissários com que conta a empresa e, ainda mais, frente ao elevado número de pessoal de vôo - cerca de 5.000.

Fontes da empresa admitem, no entanto, que a manter-se a atual situação financeira, será inevitável uma contenção de despesas que poderá implicar na redução de até 20% do pessoal de vôo, havendo, inclusive, um estudo já elaborado que recomenda a demissão imediata de mais de uma centena de funcionários apenas do Departamento de Serviço de Bordo para equilibrar os custos.

TONI RODRIGUES

A PROTEÇÃO AO LATIFÚNDIO



OS DADOS estatísticos referentes à estrutura agrária brasileira demonstram uma grande concentração da propriedade, muito embora, desde 1964, a legislação tenha procurado equacionar o problema, em todos os seus aspectos.

O Estatuto da Terra, utilizando um raciocínio comum a todas as medidas do período, propunha "a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio". Porém, completados 10 anos desde a sua aprovação final, o Estatuto da Terra tem sido, na verdade, a barreira legal capaz de represar a inércia da estrutura fundiária nacional.

Os dados da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, realizada pela Fundação IBGE, revelam que 76,37% da área total, com utilização agrícola, em 1970, estavam compreendidos em apenas 9,2% dos estabelecimentos.

Isso quer dizer, no plano oposto, que 90,8% dos estabelecimentos agrícolas existentes no país ocupavam, então, uma área total equivalente a apenas 23,63%.

Permanecem, desse modo, nos dois pólos, o latifúndio e o minifúndio. A extinção deste último, tida como indispensável ao aumento da produtividade agrícola, segundo definição do próprio Estatuto da Terra, continua na ordem do dia.

Comparando a situação com o ano de 1960, chega-se à conclusão de que pouco ou quase nada foi alterado. Nesse ano, 10,43% dos estabelecimentos ocupavam 78,58% da área total.

No extremo oposto, figuravam os minifúndios, que, então, praticamente 90% dos estabelecimentos agropecuários do país, ocupavam apenas 21,42% da área total.

Nada mudou, portanto, em termos de estrutura agrária, apesar do Estatuto da Terra e das preocupações manifestadas, vez por outra, com as precárias condições de vida do trabalhador rural brasileiro.

Quando esse valor, chega-se à conclusão de que a subdivisão mais acentuada ocorreu entre os estabelecimentos com área inferior a 1 hectare, cujo número cresceu em 87,4%.

Estamos diante, portanto, de uma extrema subdivisão minifundiária, fenômeno que ocorre sob a égide do Estatuto da Terra, criado exatamente para promover a gradual extinção do minifúndio.

Noutro extremo, figuram as áreas superiores a 10.000 hectares, cuja participação sofreu uma redução de 12,8%, possivelmente pelo acréscimo do estrato inferior, entre 1.000 hectares e aquele limite.

Desse modo, a redistribuição foi bem maior nas camadas inferiores e ocorreu à margem do Estatuto da Terra, porquanto persistiram as grandes propriedades, ao lado do fracionamento de estabelecimentos menores, num processo de minifundação até então não verificado.

Para entender claramente o que significa o índice de 0,84, basta lembrar que, se todos os lotes rurais tivessem uma área idêntica, apresentando, portanto, igualdade absoluta, esse índice seria igual a ZERO.

De outra parte, se uma única pessoa possuísse toda a terra disponível, e um grande número de pessoas de nada dispusesse, o índice teria o valor UM. Portanto, o índice de 0,84 é suficiente para demonstrar a extrema concentração da propriedade rural no Brasil.

Os dados do cadastro de imóveis rurais do Ibra, hoje extinto, publicados em seis extratos segundo o número de módulos, revela um grau de concentração em torno de 0,75.

Ainda assim, tanto num caso como noutro, a pesquisa deixou de considerar os trabalhadores sem terra. Isso porque se trata de medir o grau de concentração da posse da terra. Fossem incluídos os agricultores sem terra, o índice de concentração aumentaria significativamente.

Persiste, pois, a desigualdade - e uma desigualdade iníqua - na distribuição da terra no Brasil, apesar das sucessivas medidas anuntadas para resolver o problema. A qualidade da reforma que se pretende implantar continua sendo a pedra de toque para solucionar a questão agrária brasileira. Medidas epidérmicas, incapazes de situar a questão em todos os seus contornos, principalmente considerando a estrutura existente, apenas demandam recursos imensos, gerando uma burocracia também inerte, que, afinal, passa a resistir à solução do problema.

Os minifúndios, que, em 1960, compreendiam 2,4% da área total, passaram a ocupar, em 1970, 3,1%. Igualmente, o número de estabelecimentos minifundiários também cresceu de modo significativo, o que demonstra ter sido reduzida a área média dessas propriedades. A participação dos minifúndios no total de propriedades elevou-se de 44,8 para 51,3%. Assim, se em 1960, pouco menos da metade dos estabelecimentos agropecuários era constituída de minifúndios, 10 anos depois esse limite foi ultrapassado. Chegamos a um valor extremamente desigual, num país de dimensões geográficas continentais e que, apesar do número de habitantes, apresenta uma densidade demográfica baixa, rarefeita em regiões marcadamente desparsas: o minifúndio é mais da metade dos estabelecimentos agropecuários do país, quando, na maioria dos casos, os métodos de utilização da terra são rotineiros e ineficazes.

Em síntese, a realidade agrária brasileira é o minifúndio, sabidamente o tipo de propriedade improdutivo. A pressão exercida sobre o solo por tal tipo de exploração esgota rapidamente a riqueza nele existente, enquanto permanecem ociosas enormes faixas de terra, não raro improdutivas e, por isso mesmo, prejudiciais ao próprio interesse social da terra.

Em síntese, a realidade agrária brasileira é o minifúndio, sabidamente o tipo de propriedade improdutivo. A pressão exercida sobre o solo por tal tipo de exploração esgota rapidamente a riqueza nele existente, enquanto permanecem ociosas enormes faixas de terra, não raro improdutivas e, por isso mesmo, prejudiciais ao próprio interesse social da terra.

Subdivisão Fundiária

Alguns dados são impressionantes e até estupefacentes. Entre 1960 e 1970, em todo o país, as propriedades com menos de 10 hectares foram as que mais surgiram dentro da estrutura fundiária brasileira, crescendo, entre um censo e outro, nada menos do que 68,9%. Ainda mais, desagre-

gando esse valor, chega-se à conclusão de que a subdivisão mais acentuada ocorreu entre os estabelecimentos com área inferior a 1 hectare, cujo número cresceu em 87,4%.

Estamos diante, portanto, de uma extrema subdivisão minifundiária, fenômeno que ocorre sob a égide do Estatuto da Terra, criado exatamente para promover a gradual extinção do minifúndio.

Noutro extremo, figuram as áreas superiores a 10.000 hectares, cuja participação sofreu uma redução de 12,8%, possivelmente pelo acréscimo do estrato inferior, entre 1.000 hectares e aquele limite.

Desse modo, a redistribuição foi bem maior nas camadas inferiores e ocorreu à margem do Estatuto da Terra, porquanto persistiram as grandes propriedades, ao lado do fracionamento de estabelecimentos menores, num processo de minifundação até então não verificado.

Ainda assim, três centésimos dos estabelecimentos dominam 11,78% da área total, todos com mais de 10.000 hectares. E apenas 0,76% das propriedades com área superior a 1.000 hectares têm uma participação de 39,2% na área total.

Portanto, antes de tudo, uma abordagem da questão da terra no Brasil exige uma atenta análise da estrutura fundiária do país, de extrema desigualdade ainda considerando apenas as propriedades, sem figurar como hipótese válida o trabalhador sem terra. Desde que o trabalhador sem terra seja colocado em evidência, o problema assume uma dimensão bem maior, porque, sendo assalariado em função do trabalho que realiza, não adere renda da terra.

A distribuição da renda familiar, segundo a situação rural, pesquisada pelo economista Carlos Geraldo Langoni, atual diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, revela outra face da questão. A fonte, sendo insuspeita, é altamente meritória.

Langoni demonstrou, a partir dos dados do Censo de 1970, que 20% das famílias detinham, à época, 50,5% da renda total, enquanto os 20% colocados na base inferior da pirâmide social recebiam apenas 5,3% da renda total.

Desse modo, um estudo da estrutura fundiária brasileira não pode estar separado da

renda da terra e da distribuição da renda no setor primário da economia. Muito embora a terra seja a base da estrutura, na verdade a questão não está isolada dos trabalhadores que não a possuem.

Um primeiro dado a respeito do nordeste indica que a região detém 44,85% dos estabelecimentos agropecuários do país. Em termos de área, a posição é bem mais modesta, abrangendo apenas 25,19% do total.

Uma comparação das informações dos censos de 1960 e 1970 indica um aumento da ordem de 57,1% no número de propriedades, enquanto a área total a elas correspondente apresentou uma ampliação de apenas 17,1%. Assim, a área média dos estabelecimentos rurais nordestinos, em 10 anos, baixou de 45 para 33 hectares, tamanho extremamente pequeno, frente às condições da região, para uma exploração rentável.

Esses dados foram acompanhados de um processo de minifundização maior, porquanto cresceu, no período, o número de estabelecimentos agropastoris com área inferior a 10 hectares, enquanto, em termos de área, o acréscimo foi bem inferior, alcançando cerca de 49%.

No que respeita às propriedades com área inferior a 1 hectare, houve um aumento da ordem de 206,5%. Já a ampliação da área correspondeu a aproximadamente a metade do total, atingindo 134,4%. A área média desses estabelecimentos diminuiu, assim, de 0,8 para 0,61 hectares entre 1960 e 1970.

Considerando as condições regionais do nordeste, de produtividade descendente, os dados chegam a ser estupefacentes. Uma área de 1 hectare, na região, é extremamente ínfima em face dos fenômenos naturais, onde a seca aparece em plano destacado. Ademais, a dificuldade de cultivar áreas assim fracionadas reduz, sem dúvida, a resistência do trabalhador rural. A população ex-

cedente é tangida para as cidades intermediárias, mais tarde para os grandes centros urbanos, ampliando, assim, a faixa dos desempregados e subempregados de todo o tipo, mantidos a níveis lamentáveis de subsistência, iguais e até inferiores aos do campo.

Fator das Migrações

O minifúndio aparece, pois, como causa básica para a corrida às cidades, especialmente no nordeste, onde a estrutura agrária, dividida e subdividida, está acima da média nacional. Em 1960, 62% dos estabelecimentos agropastoris nordestinos eram inferiores a 10 hectares. Dez anos depois o quadro tornou-se bem mais dramático: quase 70% das propriedades ficaram abaixo desse limite.

Como se observa, acima de tudo a tendência da região nordeste, revelada nos dois censos considerados, foi a da expansão do minifúndio. Tal exploração é a que menos re-

siste às dificuldades climáticas da área, especialmente as secas periódicas. Daí porque o retrocesso deve causar sérias apreensões, já que representa o crescimento, o desusado populacionais a nível inferior à subsistência e aquém da própria dignidade do homem.

Não surpreende, pois, que Recife seja, hoje, o grande estuário da miséria e da degradação humana.

Uma pesquisa sobre consumo alimentar, realizada pela Sudepe em convênio com a Universidade Federal de Pernambuco, revelou que 75% da população do grande Recife tem uma renda per capita mensal inferior ao salário-mínimo. Esse estudo demonstrou, igualmente, que, nos últimos 10 anos, houve um empobrecimento gradativo das classes de renda mais baixa.

A má distribuição da riqueza na área metropolitana de Recife é confirmada pelo fato de que mais de 50% da popula-

ção tem direito a menos de 1/5 da renda total, enquanto menos de 1/5 fica com mais da metade da riqueza gerada. Segundo a pesquisa, apenas 9% da população concentram 39% da renda pessoal. De acordo com esses dados, o recifense possui, hoje, um padrão de vida inferior em 20% à média brasileira.

No sul do país o quadro, apesar de menos dramático, não é muito diferente.

Participando com 25,84% do total de estabelecimentos de exploração agropecuária, a região detém cerca de 16% da área total, numa situação semelhante à do nordeste.

E, do mesmo modo que o nordeste, houve um acréscimo no número de propriedades, acompanhado de aumento, no caso, inferior, da área total. Em consequência, se em 1960 a área média da região era de 48 hectares, esse valor baixou, 10 anos depois, para 36 hectares.

No entanto, tomando por base as áreas inferiores a 10 hectares, o número de estabelecimentos desse tipo cresceu em 122%, ao passo que a área total foi aumentada em 115,3%.

Verifica-se, pois, que, quanto menor a propriedade, maior a tendência à subdivisão, principalmente no que respeita a estabelecimentos com menos de 1 hectare. Enquanto o total de explorações aumentou de 164,5%, a área total não seguiu idêntica proporção, atingindo apenas a 65%, em face do que a área medida, com toda a certeza, diminuiu.

Diferentemente, porém, do nordeste, a região sul apresenta como característica a predominância das propriedades entre 10 e 100 hectares, com 63,5% em 1960, continuando a predominar, apenas com declínio acentuado em 1970, quando são 53,0% do total.

As áreas inferiores a 10 hectares, entretanto, que participavam com 29,99% em 1960, atingiram 42,2% em 1970.

Pode-se perceber, assim, que o processo de minifundação é também observado no sul do país.

Persiste, pois, a desigualdade regional, porquanto o grupo de área inferior a 10 hectares, representando 42,2% dos estabelecimentos rurais, ocupa apenas 6,06% da área total da região.

No extremo oposto, 0,38% das propriedades detêm 23,52% do total da área.

Igualmente, os estabelecimentos com mais de 100 hectares, ocupando 55,7% da área total, representam tão somente 4,76 das explorações agropastoris.

Também no sul a ausência de uma reforma agrária corajosa e racional tem gerado o esvaziamento do campo e graves tensões sociais.

Basta lembrar que, nos últimos 10 anos, nada menos de 1 milhão de agricultores deixaram o Rio Grande do Sul. Metade fluiu para outros Estados e até para a Argentina e Paraguai em busca de novas terras. Os demais, à margem de uma ocupação estável e por falta de formação profissional, foram engordar o cinturão de miséria que cerca os grandes centros urbanos. Só em Porto Alegre o número de famílias faveladas eleva-se a 200 mil.

grande parte das quais oriunda do meio rural.

A margem dessa análise, indispensável à compreensão do fenômeno que degrada e abastarda o campesino brasileiro, julgo importante, também, um exame demorado do Proterra.

Retrocesso institucional

O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Nordeste (Proterra), um dos impactos do ano de 1971, completou quatro anos em julho último. Lançado de forma dramática, após a viagem do general Médici ao nordeste, onde o flagelo da seca mais uma vez descapitalizara o agricultor, o Proterra tinha como um dos objetivos principais promover o fácil acesso do homem à terra, sem mencionar a reforma agrária como tendo por base promover a melhor distribuição de terras, ficou à sombra. E o Proterra projetou-se de tal forma que a partir dele, por intermédio do impacto propagandístico, a reforma agrária passou a ser peça de museu, antes de tudo desnecessária.

Na verdade, quatro anos depois do ato de assinatura do Proterra, pouco foi feito.

Acertando, num recuo claro, a desapropriação, por interesse social, inclusive mediante prévia e justa indenização em dinheiro, o Proterra repetia os termos da Constituição de 1946, que fora modificada pelo Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969. Daí em diante, considerando que a reforma agrária, para a sua execução, reclamava instrumentos hábeis, a desapropriação da propriedade rural, mediante pagamento de justa indenização, poderia ser feita por intermédio de títulos especiais da dívida pública, corrigidos monetariamente e resgatáveis no prazo de 20 anos.

O Proterra, portanto, era um retrocesso em termos institucionais. A alteração constitucional, que fora um dos atos de maior alcance, partido do movimento militar de 1964, estava sendo, a 6 de julho de 1971, por um impacto demagógico, simplesmente ignorada. A ação dos generais Castelo Branco e Costa e Silva, no sentido de permitir melhores termos à desapropriação por interesse social, a fim de facilitar o processo de reforma agrária, fora colocada à margem, num recuo inadmissível.

Além de não se referir uma só vez à reforma agrária, o Proterra ia mais longe, no sentido de retardá-la, ao estabelecer a prévia e justa indenização em dinheiro, como forma de desapropriação por interesse especial. A própria desapropriação viria em fase posterior.

Não fosse só isso, o Proterra ainda apresentava outra distorção, que revelou, logo a seguir, todo o seu peso: o fato de ser atribuído ao Conselho Monetário Nacional o poder de decidir sobre as cláusulas financeiras de execução do Programa. Mais ainda, o Pro-

terra dependia de um conselho composto dos ministros da Fazenda, dos Transportes, da Agricultura, das Minas e Energia, da Indústria e do Comércio, do Planejamento e do Interior para aprovar os programas e critérios de aplicação dos recursos, finalmente submetidos ao presidente da República.

O Proterra, dadas as premissas em que se assentava, sendo um impacto, não precisaria de mais nada, muito menos de ser executado. Um conselho tão amplo certamente dificultaria a execução, o que logo aconteceu.

Muito embora o decreto nº 69.246, de 21 de setembro de 1971, que regulamentou o Proterra, tenha atribuído ao Ministério da Agricultura elaborar e propor ao conselho os programas e critérios de aplicação dos recursos, tal não ocorreu. Houve uma profunda divisão dentro do conselho de ministros, a respeito dos mecanismos de execução do Proterra. Enquanto uns o consideravam um instrumento de reforma agrária, portanto voltado para a divisão dos latifúndios e medidas de conjunto correlatas, outros pretendiam agir de modo indireto, envolvendo antes de tudo a produtividade agrícola, sem qualquer preocupação com o problema fundiário.

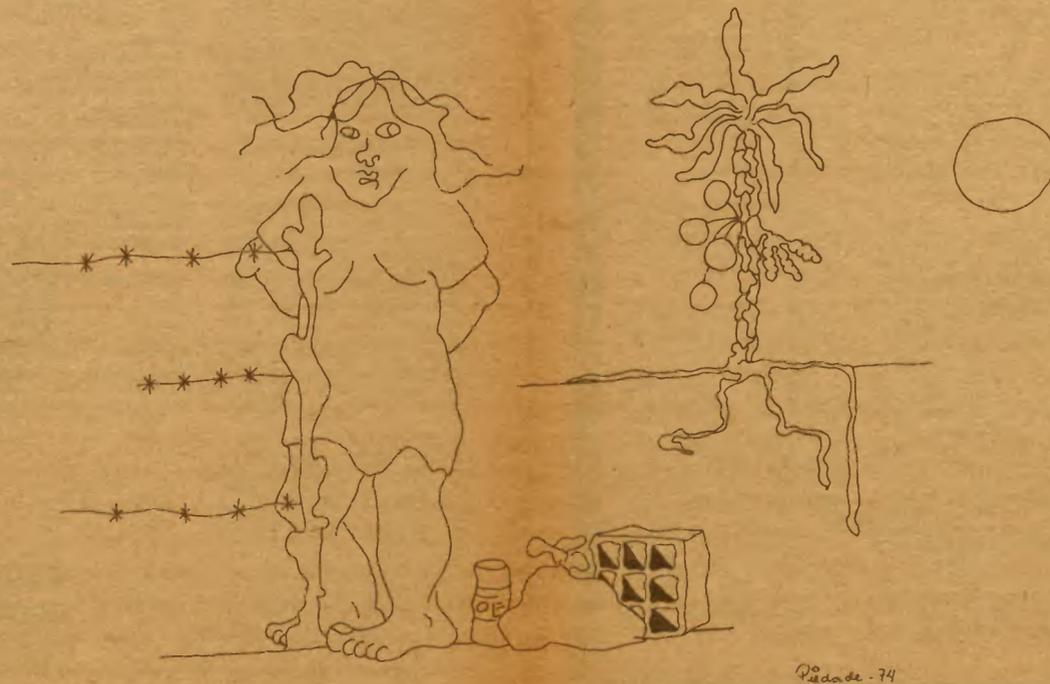
Dispersão de recursos

Assim, paralisado, o Proterra novamente regulamentado pelo decreto 70.677, de 6 de junho de 1972, viu os recursos dispersos, ainda quando tenha sido criado o Fundo de Redistribuição de Terras, no referido decreto. Nenhuma das decisões sobrepujara a outra. Os recursos, como disse, foram dispersos. O Fundo de Redistribuição de Terras recebeu 25% das verbas, enquanto 35,7% estavam destinados ao aumento da produtividade, sob a forma de financiamentos à expansão da agroindústria, inclusive a açucareira, e à produção de insumos para a agricultura, além de apoio à organização e modernização de propriedades rurais.

Em síntese, dando uma no cravo e outra na ferradura, o Proterra, se tinha algum potencial reformista, perdeu-o. A dispersão de recursos, atribuindo-se apenas um quarto deles ao Fundo de Redistribuição de Terras, dados os preços, principalmente no nordeste, reduziu o alcance do Proterra. E se este preferia o pagamento em dinheiro, talvez mais de século se passasse sem que a estrutura nordestina fosse modificada.

Logo a seguir ao decreto 70.677, portaria do Ministério da Agricultura (nº 268, de 27 de julho de 1972) recomendava ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incri a seleção de imóveis rurais classificados como latifúndios, nas áreas prioritárias definidas, compreendendo parcelas dos estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará.

A portaria do ministro da Agricultura, porém, apresentava uma novidade, ou seja,



incluía os próprios latifundiários no Proterra.

Aos latifundiários era exigido o seguinte, a fim de serem excluídos da desapropriação a ser executada pelo Inera:

1) apresentação de projeto de participação no programa, para aprovação do Inera e do Banco do Brasil.

2) deferimento pelo Banco do Brasil, segundo as normas específicas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, da operação de crédito fundiário;

3) destinação de, no mínimo, 20% da área total do imóvel ou imóveis que perfaçam 1.000 hectares; 30% quando até 3.000 hectares; 40% entre 3.000 e 5.000 hectares e 50% para áreas superiores a 5.000 hectares;

4) que as parcelas dos projetos fossem dimensionadas entre 1 e 6 módulos médios do município de sua localização;

5) o proprietário do imóvel se constitua em avalista dos beneficiários do programa até a amortização de 20% do débito contraído perante o Banco do Brasil;

6) o preço da terra não ultrapassaria os limites fixados pelo Ministério da Agricultura.

Os termos da portaria definem, precisamente, o Proterra. Não fosse o fato de iniciar um processo de redistribuição de terras a partir do latifundiário, antes de tudo profundamente lamentável, mais grave ainda era a exigência que o proprietário fosse avalista do beneficiário do programa. Por melhor que fosse a intenção, não há exemplo de aceitação passiva, por parte dos latifundiários, em nenhuma parte do mundo, de uma reforma agrária que, no mínimo, contrarie seus interesses. Na medida em que 100 por cento dos atrativos dependem dos latifundiários, a reforma agrária perde seu valor social, modernizador, passando a ser mero paliativo, incapaz de resolver a situação angustiante, como a do nordeste brasileiro, tão dramaticamente colorida, no momento do lançamento do Proterra.

Mas ainda, a demarcação das terras a distribuir ficara na dependência também do latifundiário, nos limites fixados pela portaria do Ministério da Agricultura. Não é preciso ser sábio para compreender que evidentemente os latifúndios destinariam as piores terras da propriedade, a fim de estender ao Proterra e obter benefícios, na forma do pagamento prévio e em dinheiro. É difícil imaginar melhor negócio para quem, durante anos, manteve terras ociosas, improdutivas, à espera do milagre de vendê-las a um bom preço.

Além disso, a divisão das terras de 1 a 6 módulos do município fugia ao espírito da reforma agrária, na medida em que impede o aproveitamento planejado das benfeitorias existentes na unidade de produção, criando uma colcha de retalhos desorganizada. A

concepção moderna de reforma agrária compreende a manutenção do conjunto produtivo, alterando apenas a posse da terra e propiciando melhor uso dos recursos existentes.

Qual, afinal, o resultado de tudo isso?

Um exemplo é significativo. Dos 24 parceiros colocados pelo Inera nas terras da Usina Central Barreiros, em Pernambuco, somente dois eram realmente trabalhadores rurais. A denúncia partiu do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, em março de 1974. Os 209 trabalhadores rurais dos sete engenhos da usina, sem terras para trabalhar, portanto desempregados, foram aproveitados em obras públicas na mesma região. O Inera negou a denúncia, mas segundo reportagem de O Estado de São Paulo em 1º de maio de 1975 ("Proterra, quatro anos de erros no nordeste"), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros disse a verdade. Tanto assim, informava o jornal paulista, que os novos proprietários, ao assumirem as terras, fizeram grandes investimentos, sobretudo para a região. Um adquiriu 46 bois a mil cruzeiros cada e ainda gastou 30 mil cruzeiros no plantio de cana.

Um usineiro, ao aderir ao Proterra, comentou: "Estamos com o governo, pois esperávamos essa medida há muito tempo".

Ao adquirir 5.100 hectares da Usina de Crauatá, ao preço de 670 cruzeiros por hectare - todos com benfeitorias - o Inera, em setembro de 1973, dispendeu 3.416 mil cruzeiros. Na verdade, o órgão permitiu a capitalização dos usineiros nordestinos e, ao invés de modificar a estrutura agrária do nordeste, manteve-a sem qualquer alteração profunda.

A reforma agrária, que paralelamente poderia ter sido um dos seus objetivos, não pode ser realizada. O grosso dos recursos do Proterra apenas serviu para capitalizar os latifúndios, de dois modos diferentes. O primeiro, pela aquisição das terras improdutivas das usinas; o segundo, pela aprovação dos projetos submetidos à consideração da Sudene, cujos valores superaram até mesmo a própria aquisição de terras.

O novo Proterra

Os resultados do Proterra, em termos sociais, foram um fracasso. Quer dizer, não houve resultados, tanto assim que o número de adesões, fundamental ao êxito do programa, sendo pequeno, obrigaria a desapropriação das terras, o que não ocorreu. Apenas um lado das portarias ministeriais foi posto em prática: o das adesões. Para os que não aderiram, apesar das ameaças, não houve desapropriações. Embalde, o então ministro da Agricultura, e atual governador de Pernambuco, afirmava, em agosto de 1973, aos usineiros daquele Estado que "os que não aderiram ao programa de distribuição de terras

serão punidos com a desapropriação." (Moura garante que Proterra não falha - O Estado de São Paulo, 11-8-73).

As desapropriações em títulos da dívida agrária, medida de cunho social e inscrita na Constituição brasileira, devido à ação conciliadora, deixou de ser praticada, no que atrasou o próprio processo de distribuição da terra.

Mais uma vez, os latifúndios venceram, impondo o seu pensamento e propiciando o lançamento de novos atos que, para a opinião pública, foram apresentados como um novo Proterra. É difícil, após quatro anos, acreditar que o Proterra algum dia tenha existido, quanto mais aceitá-lo revigorado, quando contém os mesmos defeitos básicos que minaram o primeiro.

O novo Proterra, assim denominado pelos dirigentes do Inera, surgiu a partir da Portaria nº 343, de 29 de agosto de 1974, do ministro da Agricultura.

Ficou mantido o mais grave dos defeitos iniciais, qual seja a adoção do latifundiário, que levou a primeira tentativa ao fracasso. Os dirigentes do setor agropecuário brasileiro acreditam que o latifundiário pode ser favorável à redistribuição de terras. Quando lhes era oferecida a oportunidade de vender ao poder público terras imprestáveis, valorizadas pela procura oficial, os latifundiários negacearam e, por fim, derrotaram a iniciativa. O que dizer agora, quando devem submeter ao Inera as "áreas próprias para aquisição no Programa de Redistribuição de Terras" acompanhadas de mapas que as caracterizem, a fim de que o órgão oficial julgue da conveniência ou não de adquiri-las? É certo que o Inera pode deixar de aceitar as áreas, desde que as considere inviáveis aos objetivos do programa. E, caso não as aceite, deverá desapropriá-las, de acordo com a legislação vigente? A hipótese é contraditória, mas depois de tudo o que tem ocorrido em relação ao Proterra é conveniente levantá-la. Melhor seria que o Inera, caso ocorresse a hipótese, selecionasse dentro do latifúndio a melhor área para redistribuir, aliás, o que deveria ser contido na medida inicial, não fosse aceita a adesão do latifúndio.

Sustento ser inaceitável, em qualquer hipótese, a adesão do latifúndio, principalmente pela dificuldade de ser uma aceitação plena da parte daqueles que são contrários, pelos próprios interesses, à reforma agrária.

Capitalização do latifúndio

Não resta dúvida de que houve um avanço, muito embora mantida a adesão do latifundiário, desde que agora, este apenas indica a área que aceita ser adquirida pelo Inera, que pode ou não aceitá-la. Além disso, os projetos de par-

celamento, que antes eram elaborados pelos proprietários das terras, ficaram a cargo do Inera. Os proprietários apenas indicam os que poderão receber os benefícios do Proterra (que podem ou não ser ocupantes das terras), sugerindo ademais as formas de aproveitamento dos mesmos nos projetos de parcelamento.

O critério, a meu ver, está errado, quanto à indicação dos beneficiários do programa. Ao Inera cabe selecioná-los, dentro dos critérios estabelecidos no Estatuto da Terra. Atribuir ao antigo proprietário a função, apenas, é negar a existência, doutra parte, dos sindicatos de trabalhadores rurais, que devem também ser ouvidos.

O mais certo, porém, é o Inera realizar a distribuição de terras, de acordo com o capítulo 11 do Estatuto da Terra, com a cooperação dos sindicatos de trabalhadores rurais e antigos proprietários.

Um aspecto que caracteriza a unilateralidade da portaria 343 está relacionado com a destinação das áreas remanescentes dos latifúndios.

As áreas não colocadas à disposição do Inera para a compra deverão, em até seis anos, ser transformadas em empresas rurais, na forma do Estatuto da Terra. O Inera, para tanto, colocará recursos à disposição dos proprietários das terras. Desse modo, a ajuda financeira ao latifundiário é extensa. Recebe pagamento pelas terras adquiridas pelo Inera e pode, caso queira se transformar em um empresário rural, solicitar recursos adicionais, a fim de capitalizar ainda mais a parcela restante da propriedade. Evidentemente, os recursos postos à disposição do latifundiário, por esse mecanismo, serão retirados do programa, de forma que a redistribuição será prejudicada.

Decorridos os seis anos, caso o latifundiário não transforme as terras em empresa rural, estas podem ser desapropriadas, nos termos de decreto lei 554, de 25 de abril de 1969, que prevê o pagamento em títulos da dívida pública.

O processo será, mais uma vez, lento, difícil, tomando por base o Proterra, estabelecer em que século teremos definitivamente implantada no Brasil a reforma agrária. Do jeito que vai, apesar das declarações otimistas dos dirigentes do Inera, de que o Proterra novo "vai corrigir todas as distorções", dificilmente os resultados serão diferentes, potquanto a redistribuição de terras está sendo vista como mais do que acessória. O que importa realmente, pode-se apreender dos atos administrativos e das explicações dadas pelos seus executores, é capitalizar o latifúndio, tentando um movimento de modernização do não moderno, o ultrapassado e incapaz de assumir uma posição empresarial, nos moldes em que se pretende.

Fica esquecida a realidade nordestina. Em palestra proferida na abertura do III Encontro do Grupo de Estudos das Migrações Internas, o sociólogo José Olímpio Marques Coelho, do Departamento de Recursos Humanos da Sudene, informava, em dezembro de 1974, que "quatro milhões de nordestinos, são migrantes em potencial. Esse número passará, em 1980, a 5 milhões."

O professor Álvaro Vieira de Melo, na mesma época em que surgiu o Proterra novo, advertia que "os mais elevados índices de desnutrição - deficiência que atinge 960 mil crianças entre zero e nove anos de idade em Pernambuco - encontram-se nas áreas mais ricas do Estado: zona da mata, agreste e grande Recife". A pesquisa foi realizada por técnicos do Instituto de Nutrição da Universidade de Pernambuco.

Capitalizar o latifundiário, a esta altura, é solidificar uma situação que coopera com os males nordestinos. A solução da reforma agrária, que o Proterra exclui e desborda, continua na ordem do dia do nordeste. A questão é fixar o homem à terra, permitindo-lhe obter a subsistência básica a fim de que, nutrido, possa melhor produzir, alcançando índices melhores de produtividade e, conseqüentemente, de bem estar social. O inchamento das cidades, na razão direta do potencial migrante do nordestino, a ninguém interessa, porquanto o subemprego, nas cidades, reduz o salário do trabalhador brasileiro, enquanto oferece ao recém-chegado vantagens que poderia obter na própria região de onde veio, caso melhoradas as condições de existência.

Na verdade a mão-de-obra barata interessa apenas àqueles que dela podem dispor. Manter a estrutura agrária nordestina ao nível em que está é estabelecer um reservatório inestigável de mão-de-obra barata, pronta a aceitar baixos salários e "dócil", conforme observou recentemente o estudo submetido à apreciação dos executivos das multinacionais no estranho encontro realizado em Brasília, no início do mês.

Dadas as premissas em que se insere o Proterra - pagamento em dinheiro das terras e adesão do latifundiário - pouco se pode esperar.

Revisto o impacto, a análise ficou na superfície, tanto que as medidas propostas não têm nenhuma profundidade.

Não houve reforma agrária, desde que o Proterra tinha outros objetivos, dentre eles o de favorecer o latifundiário que, na maior parte, achou pouco. E surgiu um novo Proterra, inócuo, sem que as bases tenham sido modificadas.

A estrutura nordestina não se modificou; o minifúndio predomina, negando até mesmo a subsistência, enquanto enormes áreas continuam ociosas, aguardando o leilão oficial de um novo Proterra.

**ENQUANTO
SE FALA, DISCUTE E DEBATE
SOBRE POLUIÇÃO,
URBANISMO, ÁREAS VERDES
E HUMANIZAÇÃO,**

A AGRIPEC TRABALHA.



agricultura, paisagismo, urbanização e construção Ltda.

MATRIZ: CAMAÇARI — BAHIA
FILIAIS
SALVADOR — BAHIA
AV. PRESIDENTE VARGAS, 622
ONDINA
FONES 7-1984 7-2101 CX. POSTAL 1706

BRASÍLIA — DF
SETOR DE DIVERSÕES NORTE
CONJUNTO NACIONAL DE BRASÍLIA
CONJUNTO 5028
FONES 24-6880 23-9652

RIO DE JANEIRO — RJ
RUA DO MEXICO, 111
CONJUNTO 601
FONES 222-3791 222-9004

EXECUÇÃO E PROJETOS DE URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, FIXAÇÃO DE TALUDES E ENCOSTAS COM COBERTURA VEGETAL
MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES COM TRATAMENTO FITO-SANITÁRIO, FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO,
DRENAGEM PLUVIAL (SUPERFICIAL E PROFUNDA)



UMA LUTA QUE SE GANHA NA PRÁTICA

Destinatário dr. Rogério Nunes – Diretor Censura Diversões – Edif. Banco Desenvolvimento Econômico – Setor Bancário 4º andar. Brasília – Distrito Federal. Sabedora resultado concurso peças Serviço Nacional Teatro classificou em primeiro lugar aspas Rasga Coração aspas original Oduvaldo Vianna Filho vg falecido recentemente vg SBAT apela vossa senhoria sentido liberar referida peça pt. Seria chocante contradição se peça que o próprio órgão governo de proteção teatro liberalmente premiou não pudesse ser aplaudido pelo público pt. Atenciosamente saudações Raymundo Magalhães Júnior presidente Sociedade Brasileira Autores Teatrais.

A liberação não veio. Muito ao contrário, mais três foram proibidas. E a SBAT, que deveria há algum tempo estar brigando pelo autor brasileiro e pelas 423 peças presas na censura em um período de 10 anos, através de Raymundo Magalhães Junior, seu presidente, envia um simples e informal telegrama onde o apelo para liberação é quase um conselho, de pai para filho. E como a SBAT, cada qual encontra uma alternativa. Alguns porque simplesmente acreditam na abertura que de repente tornou possível o diálogo, às vezes histérico, quase sempre estéril. Plínio Marcos vai a Brasília e defende individualmente seu texto proibido – «Abajur Lilás» – e, da forma que consegue, bota pra quebrar. Orlando Miranda, dirigindo o Serviço Nacional de Teatro (membro do Conselho Superior de Censura) vê o

problema por outro ângulo e sai aí pelo país comprando teatro para acabar com o monopólio dos proprietários de casas de espetáculos que transformam em um problema de especulação imobiliária o fato de o Brasil estar "culturalmente adormecido" e sem teatros.

Dos 40 espetáculos apresentados em 74 no Rio quatro fizeram sucesso. Existe no Rio 34 teatros: 12 no centro da cidade, 20 na zona sul e apenas dois nos subúrbios, o que faz com que os proprietários exijam 25% da renda da bilheteria aos produtores por casas que não dão as menores condições de trabalho; o que por sua vez exige de um empresário a visão comercial e a montagem de muitos «vaudevilles» – a receita certa para ganhar dinheiro e

não contrair dívidas. (Em um ano o repertório de Feydeau foi esgotado nos palcos do Rio). Mas a bandeira hasteada foi contra a censura e contra um conselho superior que tentará segundo o presidente Geisel "reunir gente mais capacitada para a seleção".

A alternativa encontrada pelos atores do Rio foi a participação direta dentro do Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos e Diversões, que criou uma chapa já eleita com plataforma que vai desde a luta pela regulamentação da profissão, até a divulgação das leis trabalhistas que protegem a classe, fazendo com que todos possam reagir a cada irregularidade das empresas empregadoras. Rodrigo Otávio, o presidente, fala como ator, porque entrevistas sobre assuntos do sindi-

cato só com a chapa reunida já que todos têm igual poder de decisão e o trabalho está sendo dividido sem qualquer respeito à hierarquia. Para ele, "o problema básico é o de organização, porque só assim será possível uma discussão realmente séria".

Luis Mendonça, atualmente dirigindo «A Farsa da Boa Preguiça», vem resistindo ferozmente e montando, apesar dos ventos que sopram contra, autores brasileiros e peças que falam de uma linguagem de cordel e imagens que mostram coisas de norte e nordeste. Para Luis nada foi fácil e suas tentativas pularam os limites do palco para as ruas, favelas e fábricas, na criação de grupos de teatro, alguns funcionando até hoje. Ano passado lhe deram o Molière, pelo trabalho de «Viva o Cordão

Encarnado», uma peça que ele levou dez anos para encontrar empresário que arriscasse uma montagem.

Thereza Rachel, como Luis Mendonça e Rodrigo Otávio, também está, como ela própria diz, "na luta, onde me forjo", apesar de ser acusada – como atriz e conhecedora dos problemas da classe – de cobrar de 25 a 30 mil cruzeiros pelo aluguel do Teatro Thereza Rachel. Sempre trabalhando, com todas as portas abertas, Thereza acaba de conseguir outra casa de espetáculo: na av. Rio Branco, do Club de Engenharia, alugado nas mesmas condições. Três posições tão isoladas quanto a de Plínio Marcos, o autor, que sabe que se não for lá falar bem alto não será a SBAT que o fará, e se não conseguiu a liberação, ao menos conseguiu a denúncia.

LUÍS MENDONÇA É uma briga de todo mundo

Ator e diretor pernambucano, que ajudou a criar o espetáculo hoje no calendário turístico internacional – A Paixão de Cristo, de Nova Jerusalém, feito pela gente de Fazenda Nova, que "hoje não pode nem mesmo assistir".

Levei dez anos para montar «Viva o Cordão Encarnado», e acidentalmente: um ator que trabalhava comigo conseguiu que um cara amigo dele emprestasse o dinheiro pra montar o espetáculo. Depois o cara saiu, mas já estávamos reunidos e conseguimos a produção. Falo com todo mundo. «Greta Garbo Quem Diria Acabou no Irajá», passei bem uns três anos com ela nas mãos oferecendo a um e a outro. Não dava dinheiro. Poucos são os autores brasileiros considerados pelos empresários como "os que vendem." No nordeste, que eu saiba, não tem nenhum. O próprio Suassuna o pessoal não quer montar. Aqui no Rio tem o Paulo Pontes, e em São Paulo o Plínio Marcos e a Consuelo de Castro. E todo esse mundo de peças na

censura que a gente nem tem mais conta. O pessoal nem manda mais. Escreve, sabe que não passa, engaveta. A gente já vê o que pode e o que não pode, e como é o empresário que tem que mandar, ele, por sua vez, só manda aquilo que pode ser aceito em Brasília.

Agora mesmo com «A Farsa da Boa Preguiça» de Ariano Suassuna, a censura cortou cinco páginas e chegou a um ponto que feriu o conteúdo do que Ariano queria propor. Ele queria falar sobre um incesto e foi cortado da página 128 à 134, sem nenhuma inteligência e sem qualquer preocupação. E isso é o Ariano Suassuna, secretário de Educação da Prefeitura do Recife, que foi do Conselho Federal de Cultura, um escritor representado no mundo todo. Imagina de um autor desconhecido. O que eu acho realmente é que existem duas coisas da maior gravidade para o autor brasileiro, que correm paralelas: a censura e os empresários.

● Se houvesse empresário disposto a brigar em campo aberto, defendendo uma posição, não haveria esse medo às novas experiências e tantas peças engavetadas.



Luis Mendonça: insistiu sempre.

São Paulo teve há pouco tempo cinco ou seis peças de sucesso, sendo que duas brasileiras: «Reveillon» (que continua em cartaz) e «Lampião no Inferno». E que a mentalidade do empresário paulista está mais aberta. O cara sai lá de São Paulo, vem a Niterói ver a gente e nos leva para a inauguração do Teatro Aplicado, que no caso de Lampião ficou «Aplicado à Dramaturgia Brasileira». E não é um herói. Também está a fim de ganhar dinheiro, e a peça fez sucesso. Por exemplo: o musical «Hair» ficou três anos em cartaz e os jornais brasileiros deram sempre páginas e mais páginas. Quando ela chegou ao Rio o que havia de publicidade não era normal, e todas as outras que vieram depois – «Jesus Cristo Super Star», «Rock Horror Show» – também foram badaladas antes. Para nossas peças essa promoção não ocorre e fica tudo por demais caro pra ser feito só pela produção. É uma cadeia, e a imprensa tem um papel importante dentro disso. A revista Manchete, por exemplo, e não importa o responsável, não gosta do meu trabalho e toda vez que lança uma peça ela não faz qualquer reportagem e coloca sempre uma notícia idiota, apenas de cinco a dez linhas, sem dizer nada sem uma

análise crítica (do "Cordão Encarnado" disseram que era chanchada a moda da Atlântida, o que não é de todo ruim porque pelo menos as chanchadas levavam público ao cinema brasileiro). Agora o Bloch está como "diretor dos teatros do Rio" e vai construir um estádio cultural no Rio. Poderia construir só teatros com esse dinheiro que vai gastar lá na Lagoa. Quer ser herói, quer entrar para a história. Vai ganhar 1 cruzeiro por ano.

Então eu acho, depois desse parêntese, que é uma briga de todo mundo. Da imprensa, dos empresários, dos autores, dos diretores e do próprio público. Todos os empresários que trabalharam comigo são, de certa forma, marginais, com pouco dinheiro. Tem o Rodrigo, que é um cara de visão e que segurou uma barra nossa de três meses, sem público, no Teatro Miguel Lemos. O Antonio Carlos já é outra história e se identifica mais com o bom burguês que jogou dinheiro em "A Teoria na Prática é Outra" para ganhar mais, e ganhou, então apostou na gente pensando que ganhava e não ganhou. Depois é que segurou um pouco porque a peça fez sucesso em São Paulo. Rodrigo segurou a barra porque acreditava no espetáculo.

Depois que fiz o "Cordão Encarnado" recebi uma proposta para montar "A Compadecida", de Ariano Suassuna, mas o cara só queria com o Agildo Ribeiro. Disse: "Você paga o que ele quiser". O Agildo não quis e o empresário não montou. Por quê? Porque Agildo fez enorme sucesso com o João Grilo de "A Compadecida". A peça não tinha nada com isso, mas então ele desistiu e veio me convidar para dirigir um policial brasileiro. Claro que eu nem fui lá. Existem outros problemas graves no Brasil: o vedetismo e a cama. Primeiro, os empresários têm ligações com os atores e só querem peças que sirvam para determinada atriz ou para determinado ator. Ai ele sabe que vai fazer sucesso e, por isso, investe o seu capital. E a cama, que é gravemente utilizada como critério de interesses outros que não o trabalho do ator. Gente que quer ganhar dinheiro e que não tem o nível dos empresários de indústria. Sendo mais pobres, arriscam mais. Claro que temos exceções. O Fernando Torres é uma, aqui no Rio.

● Uma coisa grave da censura é que o autor brasileiro não tem podido experimentar. "O Berço do Herói" foi a primeira peça a ser proibida em 64. E a partir daí começou todo mundo a fazer autocensura.

O Fernando Melo guardou a primeira peça dele - proibida - "Vera Maria de Jesus a Condessa da Lapa", e fez "Greta Garbo", que é inferior. Depois de "Berço do Herói", de Dias Gomes, proibida no dia da estréia, o que deu a seu empresário enormes prejuízos, todo mundo pôs as barbas de molho. Logo em seguida foi "Barrela", de Plínio Marcos, e a partir daí perdeu-se as contas. A quantidade de filmes ainda se sabe, mas difícil é garantir realmente o número de peças proibidas, porque houve durante todos esses anos uma grande confusão.

Liberava-se o texto e proibia-se o espetáculo e os prejuízos eram sempre incalculáveis, e o resultado é que se vê hoje. Havia a censura e a polícia. A censura é federal eu sei, mas existia uma super-censura que não se sabe bem o que era e por isso, às vezes, a censura liberava e depois a peça não entrava em cartaz. Agora acho que eles já arrumaram as pessoas ideais, porque isso já não ocorre. Houve o boicote de "Calabar", quando o Fernando Torres foi a Brasília pedir que eles se resolvessem a um veredito porque a firma produtora estava pagando elenco e todas as demais despesas enquanto esperava. Não adiantou nada e a Editora Tempo Brasileiro não aguentou a barra: 300 mil cruzeiros de prejuízo. Quem aguenta? Teatro no Brasil ainda é como em 1900. Para promover uma peça na televisão exigem 20% da bilheteria. Olha a doideira. O dobro do que recebe o autor, que leva 10% do faturamento.

● Ia haver o show em Nova Jerusalém. Disseram que ia ser a comemoração da vitória do MDB, e aí proibiram tudo.

Caruaru viveu uma noite tenebrosa, de medo e ameaças, os hóspedes foram mandados de volta, prenderam os responsáveis pelo espetáculo. Eu deixei Nova Jerusalém por discordar dos caminhos que a coisa estava tomando. Durante 20 anos minha família e o povo do lugar apresentaram a Paixão de Cristo na rua, gratuitamente, até que Plínio Pacheco - que foi preso antes da apresentação que teria em dezembro do ano passado - resolveu então fazer um teatro e cobrar 40 cruzeiros o ingresso. A partir daí levou-se Carlos Imperial, Denner e outros. Hoje já modificaram isso, mas durante quatro ou cinco anos foi assim.

Em 64, eu era presidente da Comissão Estadual de Teatro e achava que a gente não tinha condições de construir um teatro de arena. Era como construir uma cidade. Hoje é um acontecimento que parece popular porque vão 10 mil pessoas, mas o pessoal da vila mesmo, que criou o espetáculo, já não pode nem mesmo assistir. Éramos, só lá em casa, 12 pessoas, e tirávamos o dinheiro de nosso bolso, junto com toda a vila. O elenco era mais de 100. Hoje o elenco é do Recife e o pessoal de Fazenda Nova faz a figuração.

A última lá de casa era Diva Pacheco (que faz o figurino de "A Farsa da Boa Preguiça") e que não pode nem pensar em voltar a Pernambuco depois que viu a prisão do Plínio e viveu aquela noite de medo em Caruaru. Passaram uma noite aterrorizados, tudo por causa de uma festival de verão que não chegou a acontecer, todo mundo tendo que mostrar documento a toda hora e coisa e tal. O Chico Buarque tinha mandado uma carta apoiando publicamente o Marcos Freire e ai acharam (ia o Chico e um bando de cantores famosos) que o festival de verão poderia ser uma comemoração da vitória do MDB.

OTÁVIO AUGUSTO O que adianta tentar individualmente liberar um texto?

Ator de teatro e televisão, presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos e Diversões do Rio. Aqui fala o ator.

É da maior importância brigar seriamente pelo autor brasileiro e pensar em uma cultura nossa, que há muito tempo está bloqueada pela censura, mas quando vejo o ataque direto aos empresários discordo, porque acho que é um problema de todos os que estão envolvidos com o teatro: ator, autor, empresário etc. É evidente que o empresário tem sua responsabilidade e existe mesmo uma lei - que não é cumprida - e que obriga os empresários a apresentarem 1/3 de seus espetáculos de autores nacionais. Mas por outro lado, os textos brasileiros permitidos para montagem são de autores clássicos e a maioria - tirando comédias críticas que analisam a época em que vivem - já não têm interesse imediato junto ao público e, sem dúvida, o interesse maior seria montar autores novos ligados a um texto social que estamos vivendo, e isso há muito não se vê.

Muito difícil uma peça hoje que diga mais seriamente os problemas brasileiros, partindo para uma análise mais profunda. Não por deficiên-



Otávio Augusto:
a luta continua



Tereza Raquel:
uma atriz de garra

cia de autores, atores e empresários, porque não é difícil lembrar do Oficina, do Arena, do Opinião e de outras companhias que se interessavam e faziam montagens maravilhosas de textos de autores nossos. Foi a época do Rei da Vela. É bom voltar um pouco atrás e ver a importância desta fase do teatro do Brasil, fase em que ele começou a ser exportado para a América Latina e para a Europa.

É preciso partir do seguinte ponto: teatro no Brasil não existe como empresa. Difícil é encontrar uma companhia teatral brasileira sólida. Aqui uma empresa dá continuidade a seu trabalho, como empresa, se uma peça for sucesso, quando há então a possibilidade de se montar outra. Se é fracasso tem que montar qualquer coisa pra quebrar o galho e poder continuar. A longo prazo uma empresa não tem como sobreviver, principalmente porque existe a censura que impede que se tenha um repertório de duas ou três peças programadas. Por exemplo, o Fernando Torres, que tem uma companhia que mantém um certo ritmo de trabalho, recentemente ia montar um texto de Millor Fernandes - "O Elefante no Caos" - que não foi proibido, mas que sofreu tantos cortes que tornou impossível a montagem. O problema da peça do Plínio Marcos - "Abajour Lilás" - um dos mais sérios autores brasileiros, o único realmente de cultura popular, e que é, desconhecido até mesmo da classe teatral, e do público, por demais sofisticado. Quer dizer, um cara da maior importância que teve agora um trabalho seu censurado. E o que acontece? Lá em São Paulo tentaram se movimentar em função disso e, na realidade, nós aqui no Rio ficamos à parte, sem saber o que estava acontecendo. Na verdade todo esse problema do autor brasileiro é um pouco culpa da gente sempre fazer coisas isoladas, e no momento a gente não está organizado nem para conversar sobre o problema

mais fundamental da classe: o da censura.

O que adianta tentar individualmente liberar um texto?

O problema é muito mais sério, na medida em que sentimos a ameaça à cultura e ao autor brasileiro. A solução, sem dúvida, é sair dos limites individuais e pressionar os órgãos e as sociedades responsáveis pela classe teatral obrigando que tomem uma posição e que assumam de fato o problema.

● A SBAT está apenas e o tempo todo preocupada na coleta de seus direitos quando uma peça está em cartaz. É preciso obrigar os órgãos representativos da classe a se comprometerem com os problemas que a envolvem.

E a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais tem que tomar uma posição neste sentido, porque ou a gente se organiza mesmo em termos empresariais, como ator, como autor e coletivamente chegamos a um acordo comum, em um diálogo mais sério ou nunca resolveremos nada. E eu acho muito lógico que a maioria dos empresários nãoousem correr qualquer risco financeiro. Poderia pesquisar mais o autor nacional e levantá-lo como uma bandeira maior, como "o cara da cultura brasileira", tudo bem. Mas a gente não pode esquecer que o autor não se permite ir além do que lhe é permitido.

"Lampião no Inferno" me aparece como uma exceção. Gosto muito, acho importantíssima e respeito Luís Mendonça, um cara que tem uma proposta profissional e briga por ela seriamente, mas está sempre brigando sozinho. As pessoas

acham ele "bom, comprometido com uma ideia forte", mas ao mesmo tempo o Luís é um cara que não tem apoio de ninguém. Por isso volto ao meu velho chavão: ter apenas verbas pode ser até nocivo, o que se precisa é solicitar dos órgãos responsáveis abertura de trabalho. Comprometer a SBAT com o problema dos autores e exigir dela uma participação maior na vida profissional deles. Em síntese, uma organização de todos os núcleos.

Qualquer tentativa de liberação de textos individualmente leva a uma briga estéril com a censura. O teatro brasileiro está aí, totalmente disperso, e para comprovar isto basta pegar as peças nacionais que estão por aí e comparar com aquelas que foram grande sucesso, de público inclusive, porque ai dá pra entender quando eu digo que ao teatro de hoje está faltando construir a base. É o momento é este. Conscientizar que a partir do momento que o problema do empresário afeta diretamente o profissional, o trabalhador de teatro (autor, ator, cenógrafo, carpinteiro, electricista, etc.), este assimila a insegurança da empresa, porque realmente o cansaço da gente, a briga do dia-a-dia é terrível, tendo que se dividir em três, quatro trabalhos pra poder sobreviver.

● As pessoas brigam em função de nossa cultura, da censura e não atacam o que há de mais grave no teatro brasileiro, que inclusive cerceia o mercado de trabalho, que é o aluguel de um teatro.

Paga-se por um teatro hoje em dia, de 200 a 300 lugares, 30 mil cruzeiros mensais, 25% da renda de sua bilheteria, e ninguém pode ficar pagando isto a vida inteira. Em princípio tem que ter uma renda de mais de 100 mil para pagar folha de atores, aluguel e outras despesas, e é ai que o empresário se fecha e vai montar comédia. E tudo isto ai ainda vem em detrimento da diminuição do salário do ator. E não há qualquer obrigatoriedade de quem é proprietário, produzir alguma coisa.

Então os caras estão sempre ganhando dinheiro e ai o empresário tem mais é que ver o lucro mesmo, porque é ele que tem que pagar tudo o que está lá. E várias são as alternativas, inclusive a de se criar um plano em que tivéssemos teatros na Tijuca, no Méier, na Zona Norte, desenvolvendo um "pool" de teatros do governo, como está tentando Orlando Miranda no Serviço Nacional de Teatro, comprando teatros aqui e ali. E existe uma Associação de Empresários, que deveria estar brigando por isso, que é um problema básico. Não há teatro para alugar e quando há é muito absurdo enquanto o Bloch está com o dele fechado e não aluga a ninguém. Um direito que ele tem, mas imagino o quanto se teria que pagar por todo aquele luxo. A coisa é realmente difícil e o importante é se organizar para resolver o básico e pouco a pouco passar a outras instâncias.

TEREZA RAQUEL O Brasil é um país culturalmente adormecido

Produtora, atriz, empresária, atualmente com dois teatros, O Teatro Teresa Raquel, em Copacabana, e o Teatro do Clube de Engenharia, na Av. Rio Branco, montando "Os Emigrados", de Mrozeck, autor polonês.

A situação do ator no Brasil? É igual a do ator no mundo inteiro. A não ser nos de sistema socialista. E para dizer a verdade, no Brasil não temos atores. Encontrar atores de 50 anos para cima é uma dificuldade, e por isso ficam os jovens se caracterizando de velhos. Tenho 19 anos de teatro, dos quais apenas cinco como

UM ROMANCE DE JOSÉ BIANCO

O romance é um gênero de plenitude histórico-cultural, não do romancista, mas da realidade social que é suporte do fato romancístico. A literatura é, primariamente, poesia épica ou epopéia traduzida na simplicidade do enredo, na fluência narrativa e na pura apresentação de herói ou heróis sem maior complexidade na urdidura de fatos e ações.

produtora. Todo o resto como contratada. Uma arte que não é popular tem que estar sempre em crise, e depois da época do teatro grego, com a classe média, coisa e tal, o teatro mudou e sempre andou em crise. Fui ao encontro com o presidente Geisel em Manaus e ele próprio afirmou a incompetência da censura (...). Alegam que precisamos de freios, apelando para o paternalismo cultural e para a censura, sem qualquer critério. Na Alemanha e na Inglaterra a censura não existe e na França, é só para o cinema. Por mim não háveria, é claro, embora eu nunca tenha tido maiores problemas com a censura. Tudo isso é um problema de superestrutura e não podemos esquecer que estamos em um sistema capitalista, falando sempre das consequências. O teatro como casa de diversão não está em crise. Apenas os espetáculos em que só a diversão conta, estão faturando. "O Brasil é um país hoje culturalmente adormecido".

● Tô na briga também (a gente se forja na luta). Nunca na vida me surgiram os meios para depois acontecer a idéia. O que eu pago é o que cobro e não ganho nada

O Terezão é um teatro mais intimista e não dá para todas as montagens por isso parti pra outro. Cobro 25 milhões porque é o que eu pago, já que o espaço ali também é alugado. Eu não sou a proprietária. Tenho ali uma responsabilidade muito grande com sete funcionários permanentes. Há um mês atrás o teatro passou vinte dias fechado, e como é um espaço cênico maravilhoso não quero me desfazer dele. Para montá-lo fiz um empréstimo no banco, comprei as cadeiras do Luis Severiano Ribeiro e fui muito longe comprar prego e o material necessário mais barato. Acho que tudo depende da disposição e da capacidade de trabalho e acredito que deva haver por aí muitos espaços que possam ser transformados em teatro. Em São Paulo o Oficina não transformou uma garagem em um teatro? Não adianta é a gente ficar se lastimando. Falta coragem. Minha geração estava imbuída de um espírito de trabalho com raízes mais sólidas, de um teatro que dissesse alguma coisa ao homem, de suas falhas e seus heroísmos. Esta geração de agora é espontânea porque nasceu do nada, e o que ocorre é que anda muito difícil encontrar gente bem formada por aí.

FERNANDA MONTENEGRO

O momento não é para divisões

Da Cia. Fernando Torres Diversões, que na impossibilidade de montar um peça de autor brasileiro relança "A Mulher de Todos Nós" de Henri Becque no Hotel Glória. A primeira tentativa foi com "Um Elefante no Caos" de Millôr Fernandes, tão cortada que tornou impossível a montagem e a segunda foi "O Trivial Simples" de Nelson Xavier, por ter o autor desistido após três meses de ensaio.

"A discussão é outra. Não acho que seja hora para divisões. Estamos no Teatro Glória há um ano trabalhando da forma que podemos, reunindo cada vez maior capacidade de trabalho, sempre em uma roda-viva. O Conselho Superior de Censura é uma temeridade e acredito que só podemos combatê-lo em um processo de trabalho e, para mim, a discussão agora é principalmente no sentido de objetivar esse processo, sem que problemas individuais ou vaidades venham quebrá-lo."

● ● ●

O Conselho Superior de Censura vai começar a funcionar. 423 peças proibidas convidam ao silêncio. E muitos aceitaram a alternativa das comédias e convidaram o público: vamos morrer de rir?

TANIA COELHO

Não é estranho que a primeira manifestação literária nos países latino-americanos tenha sido, predominantemente, a poesia e também o ensaio. No campo das idéias, filosoficamente falando, pareciera que o âmbito é estreito, sem levar em conta a capacidade individual do ideólogo, para chegar ao sistema, à expressão sistemática como em países de velha cultura.

Há, porém, um momento histórico, na passagem da epopéia ao romance propriamente dito, em que este gênero fixa sua estrutura e seus instrumentos, sua temática e sua fisionomia na sua função de conferir presença literária à realidade humana. Esse momento é coincidente com o desenvolvimento — no caminho da maturidade — histórico, social e econômico do povo que produz a literatura romancística. Esta conceituação explica por que, em nossa América Latina, de repente nestas últimas décadas, vê-se surgir um conjunto de obras que chamamos ou romance ou novela e que refletem a complexidade crescente de seu dever social. Primeiro o romance de temática rural, do problema indigenista, depois de assunto urbano, que recolhendo a vitalidade da linguagem popular, ilumina, no resgate do passado, as linhas de força do tempo presente, ou fixa, na fluência do cotidiano, o núcleo da aberta sociedade contemporânea.

La pérdida del reino do escritor José Bianco mostra com linhas certas esse amadurecimento cultural de uma literatura que o contém, ao escritor. A obra, um friso da sociedade argentina, de uma camada especial da sociedade argentina, de uma sociedade argentina que nasce e respira e vive na intrincada atmosfera dos anos vinte e trinta, é um exemplo vivo do resgate, ou conquista, da realidade pela palavra. Esse friso, ou também painel, vai adquirindo relevo, cor, vitalidade e movimento em vagaroso e impausado crescendo, na busca do ser humano — um ser humano cujo comportamento de relação dá-se em espaço geográfico e tempo dados — sem, como diz o autor, dissipar por completo seu mistério, o mistério da condição humana por um lado e do indivíduo por outro.

É importante falar primeiro — e situá-lo — do escritor José Bianco. Além de autor do romance mencionado, escreveu e publicou dois outros — Sombras suele vestir e Las ratas — com longos interstícios de anos. Mais conhecido como crítico literário, sua presença é perma-

nente desde os anos de 1930 no suplemento literário de "La Nación" de Buenos Aires e na revista "Sur". A ele se deve boa parte da introdução da melhor literatura européia na América Espanhola como crítico e consultor editorial. Geracionalmente, é contemporâneo de Eduardo Mallea, de Borges, de Leopoldo Marechal e levemente antecessor de Julio Cortázar.

Aquela especialidade cultural com respeito à produção estrangeira não privaria, a Bianco, de uma estreita intimidade com pessoas e obras e coisas de sua terra. Naqueles anos mencionados Buenos Aires crescia com todas as dores da aceleração para a transformação em grande metrópole. Seus romancistas, externos enquanto criadores, e protagonistas enquanto participantes da mudança social, levariam toda a riqueza da matéria para suas obras. A prova é este romance em comentário que põe de manifesto, ao mesmo tempo que significativa habilidade de ficcionista, uma fina e permanente sensibilidade histórico-social. Unidas a arte hábil e a sensibilidade na apreensão do momento histórico, resulta que a obra, além de argentina, é universal na medida que se integra a todo o humano.

A riqueza e exemplaridade deste romance argentino começa na sua forma, segue na limpidez estilística, continua na eficiência da tessitura de fatos e ações, na fluidez narrativa e se completa na estrutura fechada da obra, fechamento estrutural significativo que todos os fatos e coisas se combinam, iluminando-se reciprocamente em estreita interdependência para construir um acabado mundo dramático.

Rufino Velazquez, personagem objeto de La pérdida del reino, pertence à peculiar burguesia urbana, que podia viver naqueles estranhos anos vinte protegida por um certo tipo de normas sociais, e também econômicas, que lhe permitiria o desenvolvimento singular de sua personalidade. Desde a infância Rufo, tal seu apelido, afez os benefícios de um status de privilégio: educação inicial em colégio privado jesuíta de elite, uma herança rural para lhe permitir o estudo universitário livre, a renda da propriedade no campo proporcionando o lazer, a complementação necessária da personalidade da burguesia portenha. Adulto, formado inevitavelmente em direito como toda a elite argentina que se prepara para mandar, Rufo vai deixando de lado esses instrumentos de trânsito social para se introjetar no âmago de seu próprio ser. Aqui cabe assinalar a singular habilidade e sutileza do romancista José Bianco: seu alvo é o protagonista e seu pleno desenvolvimento protagônico. Há, no curso da narração, escassas mas precisas alusões ao meio histórico ou político; porém, em nenhuma linha do romance deixa de ser suposto. Uma leve alusão a um presidente civil dos anos vinte, logo a outro chefe revolucionário do ano 1930, a guerra mundial são necessários dados cronológicos para enquadrar o itinerário narrativo e para explicar fatos e ações dos protagonistas. Cada passo da vida, digamos pública, de Rufino Velazquez está contido no âmbito social que o rodeia. Sempre é uma carta de recomendação, é a apresentação de um amigo a outro que o conduz ao escritório do advogado, ao lugar de



André Bealeu, José Bianco, Gerardo Mello Mourão, Jean-Guy Pillon e Fernando Onelette: no bar do Hotel L'Estrel, Montreal durante o Congresso Internacional de Escritores

professor de literatura, a correspondente em Paris de jornais e revistas argentinas. Em cada passo há a minuciosa preocupação do autor José Bianco em assegurar a subsistência financeira de Rufo mediante facilidades que a sociedade burguesa oferece àqueles saídos de seu seio mas não participantes do ciclo da geração da riqueza. É de extrema importância assinalar a sabedoria formal de José Bianco porque com esses instrumentos ele pode construir um friso de intensa humanidade, num tempo dado, da sociedade argentina. Em que medida, os tantos Rufos que houve naquela sociedade argentina da decadência ou da transição teriam explicação sem certos condicionantes sociais? Os personagens de Roberto Arlt ou de Leopoldo Marechal em Adam-buenosaires não têm menor interioridade que os de José Bianco, mas, sobressalentes de outro contexto social que os abruma, se mostram diferentes no momento da assunção da personalidade.

Não menos lúcida que a adequação histórico-social de La pérdida del reino é a expressão estilístico-formal do romance. Diz um crítico que lúcido e translúcido, a partir de Bianco, são termos afins. Certamente, a linguagem é precisa, comedida, com o comedimento da simplicidade e ainda que com recurso, nos diálogos, à fala coloquial portenha, as palavras realizam, como diria Júlio Cortázar, a conquista da realidade, uma realidade que se objetiva na medida em que se produz através da fantasia criadora.

Se assinalada a fidelidade do romancista ao quadro social de seus personagens, se assinalada sua limpeza estilística, importa marcar sua eficácia formal ou sua arte de composição. O narrador está posto fora do tempo dos sucessos e o quadro se forma pela minuciosa crônica dos pequenos fatos. Instalado na consciência alheia, é marcada a sobrevivência do menino na adolescência, do menino e do adolescente na juventude e na idade madura, sem dissipar por completo o mistério da verdade do ser humano. Pela palavra de misia Gabriela, por exemplo, se reconstrói, ou se resgata, um momento preciso das formas de vida da burguesia cordobesa revelando a nobreza do material intelectual recolhido. Porém, a arte de composição, possuída de "voluntária ambigüidade" segundo Borges, na apresentação do jogo entre homem e mulher, e entre homens mesmos e mulheres mesmos, alcança seu apogeu quando nos mostra a impossibilidade de comunicação, o muro entre seres, muro que não é vencido nem pela participação no significado comum das palavras.

No interior de La pérdida del reino há, repetida, a fórmula do romance, da arte poética romancística: a perfdia da lucidez, a adivinhação dos enigmas ou sua pura apresentação, a criação de um romance diferente da vida e parecido à vida nos momentos mais altos. Tudo isso está em José Bianco. Porém, mais do que isso é sua autenticidade no respeito à essência humana de seus personagens. É por isso que Rufino Velazquez, com suas culpas e suas graças, sobressalente do romance, tem permanência além de sua peripécia vital.

EFRAIM TOMÁS BÓ

"ESTÉTICA" MEIO SÉCULO DEPOIS

Se *Klaxon* foi uma espécie de continuação lógica, de confirmação do movimento modernista brasileiro, uma vez que começou a circular logo após a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, em 1922 (*Klaxon*, revista mensal de arte moderna, era editada em São Paulo e viveu de maio de 1922 a janeiro de 1923, contando, inclusive, com colaboradores estrangeiros, como Antônio Ferro, Guillermo de Torre, Charles Baudouin, Claudios Caligaris e outros), com o aparecimento da revista *Estética* (que teve apenas três números publicados entre 1924 e 1925), iniciou-se a segunda fase do modernismo, ainda nitidamente de combate ao academismo, então vigente em nossas letras oficiais, mas já com a preocupação não só de sedimentação dos principais cânones da nova estética, implantada pelos nossos primeiros modernistas, mas com a intenção de construir dentro dessa nova estética.

Nada mais oportuno, portanto, do que o recente lançamento da edição comemorativa do cinqüentenário da revista *Estética*, que foi realizada, com planejamento de Mário Camarinha da Silva e coordenação gráfica editorial de Lúcio de Abreu, pelas Edições Gernasa (Rio de Janeiro, 1975). Esta edição reproduz fidejussimilmente a edição original de *Estética*, isto é, que vai de 1924 a 1925, e traz uma excelente apresentação assinada por Pedro Dantas: *Vida da Estética e não Estética da Vida*, e um minucioso e cuidadoso *Glossário de Homens e Coisas da Estética*, por Mário Camarinha da Silva. A revista *Estética*, como sabe o leitor, era trimesal, tinha a direção e a administração de Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda, ambos, então, muito jovens, ainda na casa dos vinte anos de idade.

Nessa apresentação de Pedro Dantas (pseudônimo de Prudente de Moraes Neto), muita coisa esclarecedora vem à tona, a propósito daqueles dias heróicos, em que se procurava consolidar as diretrizes lançadas pelo grupo da Semana de Arte Moderna. Diz o conhecido crítico: "Órgão Nacional do movimento modernista, em sua segunda fase, *Estética* propusera-se duas metas principais: apresentar o modernismo antes em seus trabalhos de reconstrução que de demolição, deixando implícitas ou em segundo plano as contestações dos valores superados; e exercer a crítica do movimento de que participava, partindo do pressuposto de que só o próprio modernismo tinha condições para discutir e criticar suas proposições e suas obras, tão completa era, fora dos seus quadros, a incompreensão das suas técnicas e dos seus fins. Divulgaria o que se estava procurando criar, em poesia, ensaio, conto, romance (publicou em três números, uma novela inteira, de Teixeira Soares - *Vida em Espiral*) e discutiria em ampla liberdade, seu espírito sectário, os problemas ante os quais seus colaboradores pudessem situar-se diversamente. Cartas na mesa. Franqueza irrestrita. Sinceridade absoluta." E, de fato, como chega à conclusão o crítico, "ao desaparecer, com seu terceiro

número - é fácil verificá-lo hoje - tinha cumprido sua missão".

Esse aspecto crítico, que norteava os colaboradores da revista *Estética*, é fácil de ser constatado, nesses três números, através dos comentários, todos assinados, dos "rapazes" que aí apareciam. Nada escapava a eles. Lembra, ainda agora, Prudente de Moraes Neto, em sua apresentação a esta presente edição, do "caso" surgido a propósito de uma colaboração em preparo e que seria um estudo de Sérgio Buarque de Holanda sobre a obra de James Joyce. Bem, a propósito disso, "certo leitor escreveu à *Estética* uma carta provocadora. Não pensasse a turma da revista que detinha o privilégio do conhecimento de um escritor como Joyce. Pelo contrário, ali, reconhecia capacidade para tratar do *Ulysses* e seu autor. Só uma pessoa, no Brasil, poderia fazê-lo com autoridade: um escritor pernambucano, que a *Estética*, por certo, não conhecia - Gilberto Freyre - de quem, para ilustração, se juntava um artigo publicado no Recife, sobre o escritor proibido".

Ora, como acabamos de ver, já em 1924, Gilberto Freyre se preocupava com a sua glória, tendo a sua "panelinha" funcionando não em fogo brando. Essa carta, atribuída a José Lins do Rêgo - outros a atribuem a Luís da Câmara Cascudo - parece ter desaparecido e temos que confiar na memória e honestidade de Prudente de Moraes Neto, aliás um escritor da maior probidade intelectual. Prossegue ele, à página XI, da presente edição: "José Lins do Rêgo - veio-se a saber - era um rapaz nordestino, que andava muito em companhia de Lívio Xavier, de Antônio Bento, de Mário Pedrosa. Sérgio Buarque de Holanda propôs fossem os dois documentos (carta e artigo) publicados, na Seção de Transcrições, que a revista se empenhava em manter. Seria uma contribuição para o nosso nº 4" (que, infelizmente, não chegou a aparecer).

Em sua seção de registros críticos, de livros que então estavam aparecendo, entre 1924 e 1925, vários são os autores focalizados que nos dão bem a idéia de que esses nossos modernistas da primeiríssima e da segun-

díssima hora estavam muito a par do que acontecia, não só aqui entre nós, mas pelo mundo fora, no campo das letras. Encontramos aí, por exemplo, um bom artigo de Américo Facó sobre Conrad, que aliás acabava de desaparecer. Teixeira Soares assina um comentário sobre *Antic Hay*, de Aldous Huxley; Mário de Andrade tece considerações sobre *Feuilles de Route e L'Or*, ambos de Blaise Cendrars; Renato Almeida coloca-se em posição esquerda, ainda que mais ou menos suave, em relação à participação político-social de Anatole France no pós-guerra; Prudente de Moraes Neto cita, num artigo "Sobre a Sinceridade", Freud, Proust, Pirandello, Gide e a teoria de Benjamin Crémieux; Sérgio Buarque de Holanda detém-se em Panait Istrati; e, novamente, Teixeira Soares, cuja especialidade parecia ser a literatura inglesa contemporânea, passa a esmiuçar a obra de Conrad (*The Rover*, seu último livro), *England, my England*, de D. H. Lawrence, e o célebre *Kangaroo*, também de Lawrence, e que só viu a sua primeira edição brasileira depois de cinqüenta anos de sua publicação na Inglaterra, exatamente neste ano de 1975, quando *Canguru* foi lançado pela Editora Record, numa tradução do poeta português Cabral do Nascimento.

Essa preocupação em serem os próprios modernistas os críticos do que eles estavam fazendo naquela época, leva Prudente de Moraes Neto a escrever sobre um dos primeiros livros, senão o primeiro, a versar sobre a moderna poética: *A Escrava que não é Isaura*, de Mário de Andrade. Sérgio Buarque de Holanda critica *Domingos dos Séculos*, de Rubens de Moraes, onde o escritor paulista procura tirar uma média entre modernismo e academismo (ou passadismo), e a conseqüente participação do público leitor da época, tão afeito ainda aos mestres do passado, inclusive Bilac. Igualmente de grande interesse, nesse sentido em que estamos focando aspectos da revista *Estética*, o artigo de Prudente de Moraes Neto sobre *A Arte Moderna*, livro que Joaquim Inojosa publicou no Recife, nos idos de 1924.

A obra, que pretendia ser um

histórico e uma explicação do movimento modernista, parece, ainda, focalizar o nosso modernismo em sua primeira fase, não dando ao leitor exatamente o lado real do problema. Diz Prudente de Moraes Neto nesse artigo, que já fez o seu cinqüentenário: "A desorientação e a confusão de valores que ela produz são os principais defeitos desta plaqueta do sr. Inojosa, que considera modernos, os senhores Enéas Ferraz, Rocha Ferreira, Paulo Torres, Renato Viana, Mário Ferreira, Osvaldo Orico, Peregrino Júnior e Paulo de Magalhães. Nomes citados com o mesmo entusiasmo com que ele cita por exemplo Graça Aranha, Mário de Andrade, Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida." (Mais tarde, Joaquim Inojosa se tornaria um dos maiores conhecedores do nosso modernismo).

Outro item que gostaríamos de acentuar aqui, ainda a propósito do artigo de Prudente de Moraes Neto sobre o livro de Joaquim Inojosa, é a clara visão que já então possuía o crítico, a respeito da posição de "certos" modernistas e, de modo especial, da posição que realmente tinha Graça Aranha no movimento: senão, constata, por si mesmo, o leitor: "Outra coisa: o sr. Inojosa não conhece bem a história do modernismo brasileiro. A semana de arte moderna, contada por ele, só tem de exato a vaia. Além disso, logo nas primeiras páginas ele diz que "Graça Aranha, como todos sabem, trouxe para o Brasil o credo da Arte-Nova... etc". Parece que o sr. Graça Aranha chegou aqui com a conferência de São Paulo já prontinha, encontrou todo mundo parnasiano, gritou - **Sejamos modernos!** - e os atuais modernos aderiram. Ora, sem desmerecer o autor de *Malazarte*, que ninguém admira mais do que eu, e sem desconhecer o valor da atuação dele no movimento, não posso aceitar esse "trouxe para o Brasil". O sr. Graça Aranha o que fez foi dar inteiro apoio ao movimento que encontrou aqui esboçado e já em via de realização. Se o sr. Graça Aranha fosse o único modernista nosso quando chegou ao Brasil, continuaria provavelmente o único até agora. Isso porque modernismo não é um modo de ver, é um modo de ser, uma prova é que lá mesmo em Recife, alguns ex-passadistas, como os srs. Austro Costa e Raul Machado, convencidos de modernismo pelo sr. Inojosa, continuavam parnasianos em versos livres."

Realmente se atentarmos conscienciosamente para as colaborações dos modernistas, nestes três números que saíram da revista *Estética*, veremos que sem dúvida o movimento entrava em sua segunda fase, uma fase de reconstrução e de

tomada-de-posição ante seus próprios valores, que haviam emergido com a revolução provocada durante aqueles três dias - ou melhor, três noites - no Teatro Municipal da capital paulista. Se é muito fraca a peça irônica, quase propositalmente frívola, de Mário de Andrade, que surge no segundo número de *Estética: Moral Cotidiana*, do mesmo escritor aparecem aí dois de seus melhores poemas: *Danças*, que seria incluído em *Remate de Males*, publicado em 1930, e o *Noturno de Belo Horizonte*, que sairia em 1927 em *Clã do Jabotí*. A carta de Mário de Andrade a Alberto de Oliveira é uma jóia, uma verdadeira obra-prima como ironia, sarcasmo, *zeitgeist*, ao mesmo tempo que surgem, aqui e ali, ternos laivos de amor e compreensão, fortes características de Mário, e coisas que ele punha sempre em tudo que fazia ou criava.

Outros escritores também tiveram muito bem selecionadas as obras que aparecem nessas páginas de *Estética*. Destacá-los, logo de saída, os poemas de Guilherme de Almeida, aliás de sua melhor fase, especialmente *Velocidade (96 quilômetros por hora)*, além de poemas de Ronald de Carvalho e de Manuel Bandeira, sem nos esquecermos de quatro poemas de Sérgio Milliet, da mais fina ironia, já renunciando aquela atitude de blasé, que tanto peculiarizou mais tarde o escritor e que, no fundo, era uma defesa de Sérgio, um coração sem tamanho, sem medida.

Sem dúvida, através de uma grande parte dessas páginas, que ora se reeditam com tanta oportunidade, já podemos prever a conclusão a que chegaria Mário de Andrade, muitos anos depois, quando de sua conferência, realizada em 1942, aqui no Rio de Janeiro, sobre *O Movimento Modernista*, ou seja: "Não cabe neste discurso de caráter polêmico, o processo analítico do movimento modernista. Embora se integrasse nele figuras e grupos preocupados de construir o espírito modernista que avassalou o Brasil, que deu o sentido histórico da Inteligência nacional desse período, foi destruidor. Mas esta destruição, não apenas continua todos os germes da atualidade, como era uma convulsão profundíssima da realidade brasileira. O que caracteriza esta realidade que o movimento modernista impôs, é, a meu ver, a fusão de três princípios fundamentais: o direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência criadora nacional."

REINALDO BAYRÃO

**FAÇA UMA
ASSINATURA
DE CRÍTICA
pelo telefone
(021) - 242-7395**

PUREZA PROIBIDA

Dramalhão produzido e estrelado por Rossana Ghesa ex-protégida do ex-diretor do INC Durval Gomes Garcia e dirigido por Alfredo Sternheim, "Pureza Proibida" estreou no Rio de Janeiro cercado pelo entusiasmo dos críticos conservadores (vide Ely Azeredo, do JB), entusiasmo aliás que o público, o verdadeiro interessado, não pareceu acompanhar — felizmente.

Em 1962 no Brasil faziam-se filmes primários tecnicamente, mas sem dúvida alguma vivos e referentes à cultura brasileira ("Barravento" de Glauber Rocha). Hoje, em 1975, a produção brasileira já pode apresentar produtos bem embalados, mas, por outro lado, estão rompidos neste país quase todos os laços que unem nosso cinema com nossa realidade fora das telas. "Pureza Proibida" é apenas mais um dos filmes que pode comprovar esta regra.

O argumento original de Monah Delacy ("A Branca e o Negro") parece saído de meados do século passado. É difícil averiguar o que o diretor Sternheim contribuiu no roteiro final (co-assinado também pela argumentista), mas é quase impossível que pudesse ser mais inverossímil, esquemático e moralista. Num convento no litoral brasileiro, chega uma nova freira, com idéias novas e que vai ser o centro de uma tragédia, ao rebelar-se contra a autoridade da superiora e por apaixonar-se por um pescador (negro). Como se não bastasse, temos ainda mães-de-santo, mulatas ciumentas, padres compreensivos, médicos inescrupulosos, criancinhas ingênuas e outros ingredientes de dramalhão mexicano.

O anúncio de "Pureza Proibida" acenava com sexo e mais sexo. A crítica conservadora realçou um suposto erotismo a contrabalançar a grossura das chamadas pornochanchadas. Nada disso cabe no caso deste filme, terrivelmente moralista, apesar das aparências. Ao escândalo da freira apaixonada é superposto o escândalo do amante ser pobre e negro. Moralismo: não há nada demais em pessoas apaixonarem-se, sejam brancas ou negras, freiras ou pescadores. O escândalo no caso está na cabeça da senhora Monah Delacy que escreve a história, do diretor Alfredo Sternheim, que a encenou com tais intenções, ou na cabeça dos que na platéia de fato ficaram chocados. Mas o ranço não termina aí: apesar de correspondida pelo pescador, a virgindade da freira é tirada não por ele, mas por um médico alcoólatra; e mesmo depois de quase tudo resolvido, quando o casal finalmente vai partir, o pescador é assassinado no final. Nenhum gozo é permitido à platéia. Conformismo: o mal sempre acaba vencendo, lutar contra é inútil. A vida é fatalista.

Artesanalmente falando, o filme é bem fotografado e um pouco melhor enquadrado que, por exemplo, "Como nos Livrar do Saco" ou "Assim Nem a Cama Agüenta". Mas um filme não é apenas uma sucessão de planos grudados um atrás do outro. Sua forma afinal é o conteúdo, e vice-versa: algo

anacrônico e sem maiores contatos com a realidade.

No elenco a única maior surpresa é Zózimo Bulbul, até aqui um ator sem maior expressão, e que consegue dar um mínimo de verossimilhança ao pescador. Rossana Ghesa (a freira) e Carlo Mossy (o padre compreensivo) estão tão deslocados como atores de pornochanchadas que são, interpretando religiosos (mesmo liberais).

Este foi um dos filmes que tirou prêmio de qualidade do Instituto Nacional do Cinema. O que foi negado a, por exemplo, "Exorcismo Negro" de José Mojica Marins, um filme muito mais inventivo e interessante, que será provavelmente mais bem sucedido nas bilheterias.

Da falta de informação dos nossos colonistas

Há gafes que são imperdoáveis. Há um ano por exemplo, o jornalista Carlos Swann publicou na sua coluna em O Globo a notícia da morte de Candy Darlyng, uma das underground superstars de Andy Warhol, definida como uma das poucas mulheres do andrógino elenco deste cineasta. **Notícia real:** Candy Darlyng (que estrelou entre outros filmes "Women in Revolt" de Warhol e "A Morte de Maria Maliban" de Werner Schroeter) era um dos poucos travestis de renome internacional, que morreu ano passado em NY com câncer no seio, provocado por tratamento intensivo de parafina e hormônios.

Semanas atrás, o mal-informadíssimo Nelson Motta, na sua coluna, no mesmo O Globo, publicou estar o cineasta Glauber Rocha prestes a iniciar as filmagens de sua nova obra, "Claro!". **Notícia real:** "Claro!" já está pronto (como já foi anunciado aqui mesmo nesta coluna), sendo interpretado pelo próprio Glauber, sua mulher Juliet Berto e o cineasta Carmelo Bene, entre outros, vindo de ser exibido no Festival de Taormina.

Não fica aí, não: cerca de um mês, o já tristemente famoso jornalista Wilson Cunha publicou em Manchete uma reportagem enorme sobre "Hollywood Babylon", "um livro de fofocas escrito por um tal de Kenneth Anger". **Notícia real:** foi finalmente publicada a versão definitiva de "Hollywood Babylon", fruto de vinte anos de pesquisas de Kenneth Anger, aliás um dos três mais importantes cineastas independentes americanos (ao lado de Warhol e Jonas Mekas). Quem não tem competência, não se estabelece, já dizia o velho ditado.

JOÃO CARLOS RODRIGUES

ENTREVISTA



UMA CRISE DE CONSCIENCIA

"O filme fala por si mesmo. Ele está na tela. Se não entenderam, pior para vocês" (Geraldo Veloso, «Perdidos e Malditos», em cartaz no Lido II). Trata-se de um filme incluído no chamado cinema marginal, com Paulo Villaça, Maria Esmeralda, Carlos Figueiredo, Billy Davis, Marcelo França, Selma Caronezzi, Célia Messias, o próprio diretor Geraldo Veloso e uma participação especial de Dina Sfat.

"Perdidos e malditos informa uma proposta curiosa. Almeida (Villaça), diretor de jornal, atravessa uma fase de transição e definição existenciais. Ele é genro do "velho" jornalista e intelectual comprometido com velhas idéias. Almeida quer um "furo", e acompanha o policial Tavares na investigação de um crime indiretamente provocado por reportagens-bombas divulgadas no diário de Almeida. Este tem uma crise de consciência ao final e "parte para o desenvolvimento de seu próprio destino, ao desdobramento de novo ciclo de vida. Como no penúltimo plano de "Vinhas da ira", quando o personagem parte contra o horizonte em busca de sua utopia, Almeida, também contra o horizonte, abandona o quadro em direção ao seu destino. Na tela, um lamento de Quixote define o sentimento da busca infundável. E Almeida é mortal. Suas aventuras prosseguem. Sua vida estará sempre observada por nós. Aqui, ou onde estiver".

O homem é o que ele come

"Perdidos e malditos", realizado em 1970, levou cinco anos nas prateleiras dos distribuidores para ser visto, por culpa única e exclusiva dos nossos exibidores, que resolveram boicotar o ciclo udigrudi desde seu nascimento até hoje. "O homem é o que ele come", estampa o cartaz da fita na porta do cinema. Geraldo Veloso explica o seu filme.

C — Como surgiu a idéia de realizar "Perdidos e malditos"?

GV — A reunião de referências culturais de um cinéfilo inveterado, um leitor devorador de livros de todos os gêneros, um observador estético do mundo, avido de universalismo — tudo isso me levou a um determinado ponto-limite de "parir", há cinco anos, essa fita. As condições materiais de filmagem eram poucas, orçamento reduzido, equipe pequena e elenco restrito. A soma destes fatores só me levou a, através de uma magia muito específica do cinema que nos utiliza como agentes de uma ordem superior da beleza, realizar este primeiro longa-metragem, praticamente dentro de casa, em quatro dias e meio, filmando em 16mm, sem direito (um em decorrência do outro), ampliando depois para 35mm no resultado comercial final. O filme é, então, isto. O resultado do resumo de tudo isto. De toda esta cosmologia, de todas

essas escolhas estéticas, de todas essas limitações de recursos, de todas essas obsessões temáticas.

A única coisa que consigo falar sobre meu filme é sobre a sua periferia. Sobre ele é difícil. Posso resumilo, falar sobre eu mesmo, sobre as pessoas que o fizeram comigo, sobre os atores, mas sobre o filme é difícil. O filme fala por si mesmo. É como digo no cartaz: "A fita está na tela. Se não entenderam pior para vocês". A parte a agressividade, unicamente utilizada com propósitos estimulantes ao espectador comum, mantenho a frase.

Acho que os técnicos da película entenderam perfeitamente as necessidades de linguagem que tinha para transmitir meu recado. O trabalho fotográfico de João Carlos e Toninho Penido é irrepreensível; aliás, dispensa maiores comentários elogiosos. O trabalho sobressai-se, fala por si. Além de tudo, são amigos íntimos; nos entendemos quase telepaticamente. O pessoal do som, Goulart e de La Riva, são (os dois) a meu ver os maiores técnicos de som brasileiros e dos melhores do mundo. Não são apenas técnicos, mas criadores, seres cinematográficos completos.

C — E os atores?

GV — São o ponto alto do filme. Modéstia bem longe, reputo o trabalho de atores do filme, por sua descontração, sua expressividade, sua inteligência criativa (muitas vezes co-autoral), um dos melhores no cinema brasileiro. Paulo Villaça, altamente tarimbado em teatro, cinema e televisão, compreendeu perfeitamente a irreverência discreta, o leve deboche do tom do personagem de Almeida. Maria Esmeralda, atriz de teatro, faz uma Gisela energética, forte, prolixa, perfeita. Os outros, Billy Davis (um profissional de cinema respeitadíssimo, diretor, diretor de produção, assistente, produtor, ator) e Selma Caronezzi (descoberta de Nelson Pereira dos Santos em "El Justiciero" e hoje por demais conhecida em seus trabalhos no teatro e cinema), marcam presença de forma destacada no filme.

E outros menos experientes surpreendem-nos com um rendimento irrepreensível, ao nível dos outros tarimbados componentes do elenco: Marcelo França e Carlos Figueiredo da Silva (uma maravilhosa surpresa de interpretação em naturalidade, descontração, entendimento do personagem, além de argúcia nas improvisações; um gê-

nio, enfim, o que aliás, como pessoa, como personagem do meu cotidiano, já conhecia e sabia; so não o sabia como comediante). O ponto alto do filme, entretanto, como não poderia deixar de ser, é Dina Sfat, a fugacidade, a espiritualidade, a lucidez que soube entender e imprimir a seu personagem.

Cinema Marginal

C — O rótulo cinema marginal não lhe agrada muito.

GV — Cinema para mim não tem rótulo. O fato de me considerar contemporâneo, colaborador de elementos do que se convencionou chamar (não por nós) de grupo marginal, não reduz o fato de que acho este rótulo impróprio, prejudicial a nós e mesmo extremamente antipático. Uma série de pontos comuns no cinema de Rogério Sganzerla, Julio Bressane, Neville d'Almeida, Paulo Bastos Martins, Andréa Tonacci, Carlos Frederico, Sylvio Lanna, Eliseu Visconti, nos define como uma geração surgida após o acontecimento do chamado cinema novo (um rótulo também bastante impreciso, vago, impreciso).

Mas o que ocorria com cada um de nós, e ocorre até hoje, é uma tentativa de definição de um cinema absolutamente pessoal, poético e que, em última análise, estaria levando as últimas consequências as idéias originais de um dos maiores cineastas brasileiros contemporâneos (por acaso um dos maiores expoentes deste chamado cinema novo), Glauber Rocha ("para se fazer um filme basta uma câmara na mão e uma ideia na cabeça"). E fica uma necessidade vital de nos exprimir cinematograficamente. Os rótulos udigrudi, marginal, ou seja lá o que for, a mim pessoalmente não interessam. Faço cinema, imprimo impressões subjetivas, poéticas, de uma realidade objetiva em pedaços de celulóide. É so.

Mercado Interno

Geraldo Veloso não parece muito satisfeito com o mercado interno:

— Me enquadrando numa luta conjunta de afirmação da cultura brasileira em geral e do cinema brasileiro em particular, em suas batalhas mais específicas. Luto pelo fortalecimento da Embrafilme como empresa de fomento, produção, distribuição, comercialização do filme brasileiro.

principalmente agora com a presença que se dá com a sua fusão com o INC e sua consequente expansão.

Luto pela conquista do mercado interno para nossos filmes (já que sei que há pilhas de filmes - assim como o meu esteve durante cinco anos - inéditos nas prateleiras, todos eles mais interessantes que qualquer "dragão chinês", Trinity, ou apelação chanchadesca de Lando Buzanca e cia. Ltda.) através do fortalecimento da lei de obrigatoriedade de 112 dias por ano para o filme nacional como etapa para a conquista da reserva de mercado ideal. Apoio todas as iniciativas dos órgãos de governo no sentido de limitar a, somente o produto realmente de alto padrão espetacular ou cultural, a entrada do filme estrangeiro no país, numa aplicação à importação de filmes de uma antiga lei que limita, através de pesadas taxações, a importação de produtos industrializados com similar nacional (o cinema é uma indústria como qualquer outra).

Mas tenho consciência também que para enfrentar a força de uma mecânica já por demais viciada é preciso que ganhem uma coesão que envolva todos os setores da cinematografia nacional (diretores, artistas, técnicos, distribuidores, exibidores, produtores), através de uma política de estímulo integrada a uma planificação global envolvendo todas estas camadas do setor cinematográfico. Sei que para isto o governo anuncia uma política de auxílio, através da Caixa Econômica Federal, para o reparamento dos cinemas em todo o país com prazos vantajosos de crédito, ganhando assim um apoio valioso do tradicionalmente refratário à política de afirmação do cinema nacional que é o exibidor.

Uma certa tranquilidade nos dá saber que o atual governo (alias, cheio de cinéfilos em sua formação) está atenta de forma ativa para todos estes problemas, já tomando, gradativamente, as primeiras medidas, históricas por sinal, para a definitiva afirmação neste campo tão importante nas relações de poder do mundo moderno, que são a comunicação em geral e o cinema em particular.

Biofilmografia

C - Você atua no cinema a quanto tempo?

GV - Como profissional, há dez. Comecei como assistente de produção de Joaquim Pedro de Andrade ("O Padre e a moça"), que me tirou da província (Belo Horizonte) e me trouxe para o Rio, dando os primeiros impulsos em minha carreira. Mas a verdade é que o começo no cinema é uma zona da memória inatingível. Quando comecei a tender meus interesses fundamentais para o cinema? Que eu me lembre, sempre. Via de tudo. Os irmãos me influenciando, orientando. O final de adolescência me encontraria necessariamente no cine-clube mais importante da cidade, convivendo com alguns dos melhores críticos brasileiros (José Haroldo Pereira, Carlos Prates Correia, Moisés Kandler, Oswaldo Caldeira, Ronaldo Brandão, Ronaldo de Noronha, Antonio Lima, Flávio Márcio, Flávio Werneck, Paulo Leite Soares, Cyro Siqueira e mais tarde com Maurício Gomes Leite - meu futuro sócio, na Tekla Filmes - todos, hoje, cineastas, teatrológicos ou futuros jornalistas consagrados).

Fizemos, então, uma etapa da "Revista de cinema", das únicas e raras publicações especializadas de cinema já feitas no Brasil. Tentamos filmar e nos frustramos com limitações não só da província como as circunstâncias históricas. O caminho natural seria a vinda para um centro de produção onde pudesse desenvolver uma carreira, um aprendizado. E foi o que se deu. Fiz objetivamente ou sonhei mais de 70 filmes nos últimos dez anos. Trabalhei praticamente em todas as funções dentro de uma produção cinematográfica, convivi e convivo com as mais heterogêneas tendências cinematográficas do país, aprendendo o que de melhor todas estas pessoas têm para transmitir. O caminho, também natural, creio, seria este: chegaria a hora de dar o meu próprio recado. E aí está. "Perdidos e Malditos".

ALBERTO SILVA

EXPOSIÇÃO

A ARTE MAIOR DE ASSIS

Praticando uma pintura primitiva de qualidade, Assis expõe no Estúdio 186 (Rua General Polidoro) um conjunto em que documenta as manifestações artísticas, religiosas e lúdicas do povo brasileiro sem cair no lugar comum muito encontrável no gênero.



Nessa "Lavagem do Bonfim" a sucessão de planos é otimamente realizada, em contraste com o tratamento tosco das figuras.

A exposição de Assis (que não é outro senão o jurista e economista Assis Ribeiro, de longos anos identificado como professor em várias universidades brasileiras) reabre uma questão essencial entre os entendidos sobre quais seriam as verdadeiras vertentes da chamada arte ínsita. Esta mesma, que somente assim passou a chamar-se após a criação da Trienal de Bratislava, tem sido um teto bastante amplo para cobrir a arte ingênua e a primitiva, cujos praticantes, em regra, repelem essas denominações, às quais, por desinformação ou por um preconceito de gente bem-pensante, atribuem uma conotação francamente pejorativa.

E justamente esse escrúpulo de não ser chamado primitivista ou ingênuo - ou ainda neo-realista, como, com alguma originalidade o pretende Sílvia Chalreo - é o que não tem Assis.

A alma do povo

AR - Pinto assim porque gosto. A nomenclatura é coisa secundária. Quero trazer o povo e suas cores para dentro das minhas telas. Não sei perspectiva e meu amigo Abelardo Zaluar sempre me recomenda que não queira aprender. Discordo ainda de outro, e muito querido amigo, o poeta Walmir Ayala, quando atribui intencionalidade ao que seria minha

maneira. Não pinto assim porque queira ou prefira: pinto como os primitivos ou ingênuos porque é assim que sei.

C - Flávio de Aquino enfatiza, estudando sua obra, o que chama "sistemática de agrupamento das figuras", comparando-o aos muralistas mexicanos. Como, aparentemente lançando mão de recursos tão simples, resolve este, que é um dos mais intrincados problemas do figurativismo moderno?

AR - Talvez isso se deva a um processo de composição que acredito pessoal: ao iniciar o quadro já o tenho inteiramente concebido; então onde deverá haver, digamos, vermelho, preencho todos os espaços com essa cor, em seguida os azuis e assim por diante. Isso resolve o equilíbrio da composição, o que é meio caminho andado. Quanto ao agrupamento das figuras, propriamente falando, creio que isso se deva à fidelidade de minha memória, pois a congada, os sambas de roda, a capoeira, o bumba-meu-boi, o maracatu, o reizado, as favelas, o Fla-Flu são coisas do povo que não conheço por ouvir dizer. São coisas que vivi, com as quais convivo sempre que posso, embora a idade e a saúde não me ajudem muito. Como todos aqueles folguedos obedecem a um sistema, por assim dizer, coreográfico próprio, retratando-se tal qual os vi, obtenho esse resultado, essa idéia de fidelidade, esse realismo.

C - Colecionador de arte erudita e mesmo de vanguarda, como sempre se prendeu a esta temática popular?

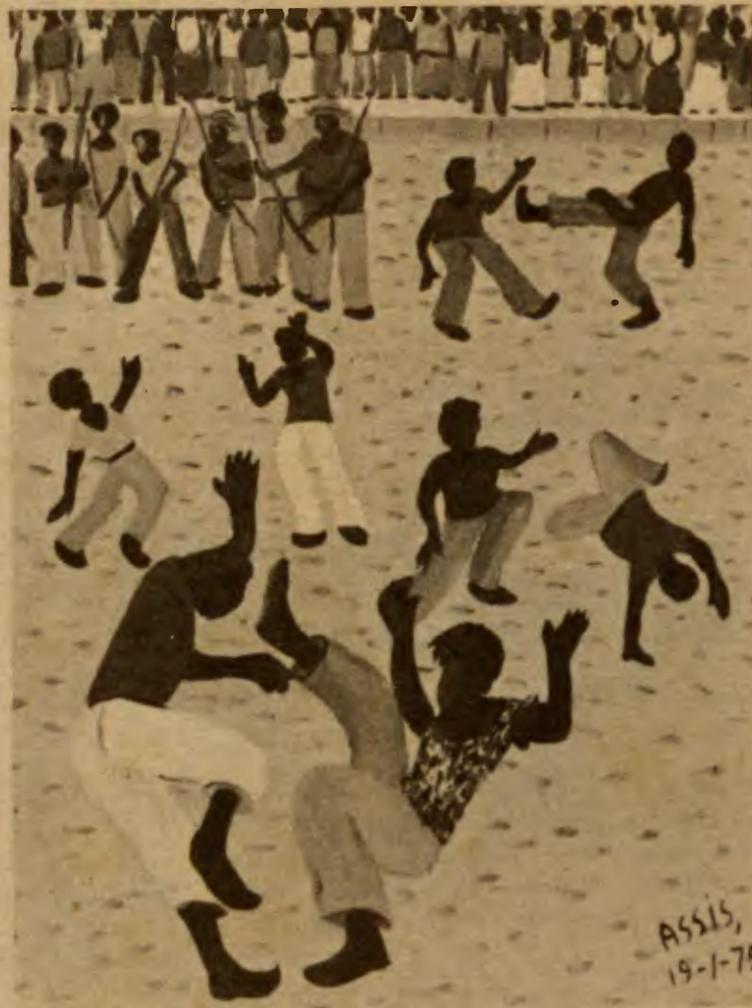
AR - Tive uma formação muito brasileira, infensa a modismos e estrangeirices. Passei a infância e boa parte de minha adolescência em Pernambuco e o Recife dos anos vinte era bem menos cosmopolita que o Rio, evidentemente. Tive mestres cuja influência no sentido de valorizar as nossas fontes culturais desempenharam um papel muito forte na minha formação. Fui aluno, inclusive, de Mário Sette. Apesar de carioca, nascido no subúrbio de Todos os Santos, posso dizer que o peso da minha formação foi o nordeste, esse nordeste que o homem comum aqui do sul recebe pelos veículos de informação como uma imagem de primitivismo e violência, esquecendo seus etnólogos, seus antropólogos, seus ficcionistas e poetas, sua dramaturgia, seus místicos e seus revolucionários histórias do Brasil adentro.

Assim, a arte erudita que aprecio e a vanguarda que acompanho com interesse e respeito não me são mais importantes que toda essa tradição que a grande maioria dos nossos estudiosos só se lembra de levantar em termos heráldicos, mas que, segundo entendo, deve ser objeto de um enfoque fundamentalmente popular, porque na alma do povo - invariavelmente poética - como em sua sabedoria que, em muitos casos se antecipa às descobertas da ciência, como se vê nas superstições populares e na medicina caseira, estão as raízes de toda uma cultura que não vemos e, em alguns casos, não queremos ver.

O joio & o trigo

A pintura de Assis não é, como a inteligência - e mais que isto: a sabedoria - de suas próprias colocações estéticas dá a ver, um exercício de diletantismo, mas a envolvente expressão de uma sensibilidade voltada para o telúrico. Seu lugar não será entre os contrafeitos fazedores de arte ínsita que estremecem ante a nomenclatura que os arrole como ingênuos ou primitivos, mas entre os que, do alto de um descortino cultural se sabem ínsitos e a partir dessa categoria criam seu mundo expressivo. São os artistas da família do embaixador Ovídio Mello - que no mundo artístico é o primitivo Juca - ou de Sílvia Chalreo, não apenas artista mas crítica de arte, cuja obra é fundamentalmente comprometida

RUY SAMPAIO



Um certo sentido de circularidade - apenas sugerido - confere extraordinário movimento a esta "Pernada Carioca", versão da capoeira baiana.



O dono da bola (de pé) Hermano com um compositor paulista e violinista, um show ao público.



Vinícius de Moraes e grande frequentador da casa. Além disto, ele é parceiro de Hermano (que é um tremendo compositor e violonista) na música «Onde Anda Você», com letra de Vinícius e música de Hermano.

MOENDA

SAMBÃO GOSTOSO COMIDAS TÍPICAS E BOA CURTIÇÃO

Reportagem de
Paulo Muller
Fotos:
Moenda.

As mais famosas personalidades brasileiras, de presidentes da República a cronistas sociais, de ministros a figuras do society, já passaram pela Moenda, casa de samba, de boa comida e boa bebida, que fica em Salvador, onde Hermano a dirige com a simpatia e cortesia que lhe é peculiar. De um modo geral, para fazer turismo na Bahia é preciso ter caixa-alta ou acertar na loteria. Mas a Moenda é uma casa da mais refinada boêmia em que os preços não alcançaram as alturas astronômicas que se tornaram comuns no Brasil, onde os grandes hotéis e os restaurantes da moda são mais caros do que em Paris ou Nova York.

Pela Moenda já passaram Ibrahim Sued, o presidente do Banco do Brasil, Angelo Sá, Yolanda Costa e Silva, Carlinhos Villar

(diretor do Banco Econômico no Rio) Milton Moraes, Moisés Azevedo (gerente do Banco do Estado aí no Rio), Luiz Gonzaga, Jorge Ben, Wilson Simonal, o entalhador Eugênio Carlos, Allison Paulinelli, de retrato na parede, Zé Trindade, Tião Motorista, Clovis Bornay, Odette Matarazzo, Maria Helena Meirelles e Nonato Buzar e muitos outros artistas famosos do Rio e do mundo, além da belíssima mulata Rosalia Bispo da Silva (a mais bela mulata baiana, hoje, no Rio).

● A GENTE DA TERRA — Marcelo Lisboa, quando solteiro, frequentava muito a casa. O governador Roberto Santos, Hilberto Silva, Raimundo Perazzo (o melhor diretor de hospital que há na Bahia, além de competente e sério), os irmãos Armando e Fernando Gonçalves, José

Maria Firmeza (até que enfim, hein dr. Nilson Holanda, ele pôde se licenciar do Banco do Nordeste), os banqueiros e irmãos Francisco de Sá Júnior e José de Sá Neto, Délio Almeida Filho, Cid Meireles, Jorge Tarquínio, Antônio Simões Celestino (foi de férias para Lisboa), Manoel Keller da Silva, Alberto Martins Catarino, Waldeimar Tourinho de Abreu, Carlos José Tourinho de Abreu, o internacional Manoel Vinhas (o homem da Skol juntamente com os irmãos Scarpa-Nicolau e Chico), Luiz Artur de Carvalho (que acabou com o contrabando na Bahia), José de Freitas Mascarenhas (o melhor partido da Bahia), José de Brito Cunha (o português mais bonito da Bahia, casou-se e foi para Lisboa), Walter Brauhn (assumiu a gerência geral do Unibanco, e

tem havido fila de gente para abraçá-lo), Zitelmann de Oliva (professor, banqueiro, jornalista, homem público, bom caráter, amigo dos amigos e cem mil qualidades mais), o ex-prefeito Cleriston Andrade, os artistas Mário Cravo, Caribé, Fernando Coelho (inaugurou uma belíssima exposição no Museu de Arte Popular), Jenner Augusto (inaugurou uma exposição no dia 13 na Galeria da Praça, no Rio, mas, como está de hepatite, não pôde ir), Carlos Bastos, o jovem banqueiro Nilton Silva (um amigão na praça), o jovem agrônomo Tito Bitencourt (as mulheres o chamam Tito Beleza), os irmãos Carvalho, Raimundo e Lolozinho, e uma centena mais de gente de bom gosto e que gosta de boa música, a verdadeira música brasileira, o samba. Há dois anos, quatro irmãs

sergipanas cantam na Moenda. No dia que um Sargentelli ou Carlos Imperial descobrir, elas vão embora da Bahia.

● AS BAIANAS — Hermano e a mulher, além de patrões, são amigos dos seus empregados. Ajudam as baianas, emprestam dinheiro, financiam casa, roupa, enfim, são dois amigos dos seus empregados — um mini INPS a serviço dos empregados. (dona Vadinha tem nove filhos e, por incrível que pareça, está esperando o 10º). As baianas mais bonitas da casa são positivamente Joselita Ribeiro Brito e Bernadete Maria de Freitas. Isto para não falar de Helida, que já deixou a casa.

De uma casinha modesta, tendo ao lado um galpão com piso de areia, comprada para que seu proprietário, o conhecido homem da noite Hermano

Tomaz, pudesse "dedilhar o pinho", beber com grupos de amigos, e divertir-se, gastando pouco dinheiro, surgiu, espontaneamente, e sem qualquer planejamento, aquela que é, indiscutivelmente, a maior e melhor casa noturna do Norte/Nordeste do Brasil: A Moenda.

Muito bem localizada na praia de Armação, a Moenda, que hoje ocupa uma área de 1.800 metros quadrados (será ampliada ainda este ano) funciona, praticamente, durante 24 horas, oferecendo, durante o dia, as gostosas comidas preparadas pelas suas selecionadas quituteiras e, à noite, apresentando três "shows" sensacionais, com o frequentador pagando, apenas, 20 cruzeiros como "couvert" artístico".

● TURMINHA ACABOU

Violonista emérito, médico-oftalmologista formado pela Escola Baiana de Saúde Pública, da Universidade Católica do Salvador, é Hermano quem diz, revelando certa nostalgia, que "a antiga moenda era mais gostosa", e que "não há mais a turminha amiga". Hoje, observa, a Moenda vive do turista e chega, na época da baixa estação, a dar prejuízo. Por isso, quero criar uma coisa menor, para que possa, também, divertir-me e melhor conviver com os amigos, que são muitos.

Mas a atual Moenda, que oferece aos seus frequentadores (sua capacidade é para 600 pessoas), todas as noites, três excelentes shows: folclórico, sambão e o quarteto Moenda, é uma tremenda curtição e não é nada fácil, se não forem feitas reservas, encontrar-se mesa, sobretudo às sextas e sábados. E lá não há necessidade de policiamento, porque a frequência, como



Eis a Moenda. Simples, tosca, porém de boa qualidade. Excelente música, maravilhosa bebida, muito boa comida, e na cortezia, Rita a gerente da casa, sabe lidar até com os Jockeis de Elefante. Em redor, Hermano já comprou tudo, para fazer chalés, e alugar para os turistas. Os arquitetos Fernando Frank, Kader Tavares e Otto Gomes, já estão fazendo o projeto de 20 chalés. Esperam '76.

revela seu proprietário, é simplesmente sensacional, com todos procurando, apenas, divertir-se e curtir uma boa.

Se na Moenda surgida a 3 de setembro de 1971, para que o seu proprietário tocasse violão o som era o seu "próprio gogo", na Moenda de hoje há um espetacular serviço de som, um frigorífico com capacidade para 10 toneladas de gelo, garagem, cozinha montada dentro dos mais modernos padrões, laboratório fotográfico, viveiro com pássaros diversos, parque infantil (enquanto os papais almoçam ou tomam "drinks" os guris se divertem), conjunto de "toilettes" para homens e senhoras, motor de luz para qualquer emergência e um transformador próprio de 75 KWA.

● COMIDAS TÍPICAS – Embora tenha nas comidas

típicas da Boa Terra o seu forte (caruru, camarão – o de moqueca é preparado por um processo extra – xinxin de galinha, efó, vatapá, peixe de quatro modalidades e lagosta, o Restaurante Moenda oferece aos seus frequentadores churrascos, o famoso "Filé Moenda" e uma carne-do-sol extra, preparada por processo que o Hermano não revela, mas que é especialíssimo.

Precedendo as refeições, as garçonetes da Moenda, todas muito simpáticas e atenciosas, e usando o traje típico de nossas baianas autênticas, oferecem acarajés (que são muito gostosos) e a Batida Moenda, que tem cor rósea, pois na sua fórmula de preparação entra o xarope de grosélia.

Não é sem motivo que, diariamente, dezenas de pessoas, mesmo de Salva-

dor, se deslocam do centro até a praia de Armação, para almoçar ou jantar lá, onde as comidas típicas, felizmente, não sofrem qualquer deturpação.

Como o restaurante funciona, praticamente, durante 24 horas, o Hermano Tomaz da Silva, médico de profissão, mas homem de larga visão comercial, achou por bem fundar a Moenda Pesca, no ano passado, e que opera com meia dúzia de barcos. Os frutos do mar, sobretudo o peixe e o camarão, são, portanto selecionados, pois "fiagados" pela equipe da Moenda Pesca.

● GALERIA – As pessoas que vão até a Moenda, além de poderem tomar "chopp" geladinho, saborear a batida da casa ou tomar qualquer outro tipo de bebida que desejar, de terem uma variedade de pratos a escolher, e de poderem curtir um sambão, indo até o palco "sacudir o esqueleto" (e quase todo mundo – velhos e moços – se mexe), apreciar o "show folclórico" ou ouvir o bom Quarteto Moenda, podem, também, apreciar os quadros de pintores baianos espalhados pelas paredes, identificar pessoas na galeria dos visitantes da famosa casa noturna (entre muitas, podem ser vistos fotos de Roberto Carlos, Jair Rodrigues, Vinicius de Moraes, Jece Valadão, Hans Bahia e sua mulher, ex-prefeito Clériston Andrade, Mário Cravo Jr., Luiz Gonzaga) ou observar uma exposição com diversas peças em cerâmica.

● CHALÉS PARA TURISTAS – Embora não afaste a idéia de criar uma casa menor, para que possa se divertir com os amigos e "dedilhar o pinho", Hermano Tomaz, que apresen-

ta muita jovialidade para os seus 42 anos de idade, está decidido a ampliar as atuais instalações da Moenda, que terá a sua capacidade aumentada de 600 para 750 pessoas. Mas para a próxima temporada turística (pois o projeto já foi aprovado pelo setor competente da Prefeitura do Salvador) os arredores da Moenda deverão contar com 10 chalés (casa campestre em estilo suíço, em que a madeira entra como principal elemento) que serão alugados a casais de turistas que aqui chegarem para Viver Bahia. Embora diariamente compareça à sua casa noturna, que é, indubitavelmente, a maior e a melhor do Norte/Nordeste do Brasil, Hermano mantém, como gerente do seu estabelecimento, o Carlinhos, que dá um duro tremendo, mas que trata a todos com muita atenção.

● VISITA OBRIGATORIA – Se você vem "Viver Bahia, sozinho ou por intermédio de uma agência de viagens, não se esqueça de pedir para incluir, no seu roteiro, uma visita noturna à Moenda, onde o sambão gostoso é legal e quente, onde as meninas do Quarteto Moenda têm boa boz, são simpáticas e comunicativas, dando, sempre, "aquele recado", e onde o "show" folclórico não sofre as deturpações que já se observam, lamentavelmente, em muitos conjuntos (e em Salvador, sem que os órgãos responsáveis adotem as indispensáveis providências há verdadeiras aberrações em matéria de conjuntos folclóricos) que pintam por aí. A comida baiana é preparada por quituteiras que entendem, realmente, do riscado. Moenda, no seu roteiro baiano, é o que recomendamos, com tranquilidade.



O conjunto folclórico da Moenda é de arrazar quarteirão. Ele dá dois shows diários. E sabem com quanto de couvert? 20 cruzeiros. E os baianos ainda acham caro



Durante o congresso de Enfermagem, todas as noites, as enfermeiras do Brasil todo, iam para a Moenda. Isto porque, a mulher de Hermano, é enfermeira formadilha da silva.



Joselita Ribeiro Brito tem perturbado muito a vida de alguns portugueses e paulistas que vão a Salvador. Belo espécime de mulher, é solteira e muito eficiente.

O DISCO É JÓIA: O PREÇO É QUALQUER COISA

Quando a tia Ciara morava ali no bairro da Saúde, todo mundo ligou o samba não com o bairro, mas com o "morro". E desde então fica difícil separar as imagens. Samba é morro. Sambista tem que nascer no alto do morro. Quem não teve essa "sorte" (e bota aspas nisso) não pode ser sambista, dizem os puristas.

Um dia Vinícius de Moraes quis fazer mais uma frase de efeito, daquelas que deixam as normalistas encantadas e que são citadas em tudo quanto é discurso de festa de quinze anos: negócio de vasto latifúndio dorsal, de muito feias que o perdoem, esses babados. Bem, aí o poetinha e redator de textos publicitários da General Motors lascou essa: "São Paulo é o túmulo do samba". A frase correu mundo. Todo mundo repetindo. Era "bem" citar Vinícius. Aliás, isso me lembra uma entrevista que fiz em 1969 com a atriz Isabela. Num determinado momento ela pediu: "bota aí que eu gosto de ler Vinícius. As pessoas gostam disso". Mas o que importa é que a tal frase chegou e ficou quase como um dogma.

Como os dogmas são constantemente desmentidos pela história, logo depois, São Paulo começa a exportar música para o resto do país. Claro que a razão era bem simples: primeira unidade da federação a entrar de rijo no processo de substituição de importações, formando um parque industrial, São Paulo logo viu em seus cofres a maior concentração da renda nacional. Com o tutu presente, começou a haver uma fermentação artística. Todo mundo estava indo pra lá. A primeira vez que eu vi Caetano Veloso cantar, foi no falecido café-concerto Casa Grande, aqui no Rio, criação do Sérgio Cabral. O baiano ainda era desconhecido aí e o Sérgio anunciou "o irmão da Maria Bethânia". Menos de um ano depois Caetano era nome nacional, com seu talento reconhecido por todos. É que ele soube que as coisas aqui no Rio não estavam boas e se mandou pra São Paulo. O quente mesmo estava acontecendo por lá. O teatro Paramount reunia multidões para assistir aos programas da TV-Record: Fim da Bossa, Bossaudade, os festivais. Tudo estava acontecendo por lá. São Paulo estava com tudo em cima. Nós aqui no Rio ficávamos numa de horror, esperando a exibição dos vídeo-tapes paulistas. Enquanto isso o Vinícius estava por lá, bem no fundo do "túmulo do samba", dando suas faturadas, a sua frase-dogma já esquecida. Ou rejeitada.

Mas não se deve julgar apressadamente a música que São Paulo distribuía não era "paulista". O preconceito ainda existia e o fato é que a criação musical paulista era quase totalmente desconhecida do público que frequentava os auditórios da Record. Isto significava na prática que o mercado de discos estava fechado à criação musical de São Paulo, pois a televisão naqueles dias era o grande veículo de divulgação da música. Ainda não tinham inventado as trilhas sonoras de novela e a Som Livre ainda não funcionava.

Um certo João Rubinato

Veze em quando, o apresentador Blota Júnior (um bom radialista e um pessimo deputado) fazia uma concessão e apresentava um cantor de voz rouca e que tinha a coragem de cantar samba paulista. A plateia dava vasão a um paternalismo e aplaudia aquele homem. Sua figura

Quando disse que São Paulo era o túmulo do samba, o poeta, cantor, compositor, ator e publicitário Vinícius de Moraes estava apenas fazendo uma frase de efeito. Ele tem muitas e como não tem nenhum pudor ou respeito com seu trabalho, vai faturando em cima delas. Faturando até automóvel. Mas não é do garoto-propaganda da General Motors que quero falar, não. É de música. O suplemento de julho-agosto das gravadoras está fraquinho. Pouca coisa se salva. O que pode ser bom porque com o preço do disco, dá até frustração quando tem muita novidade boa. Agora em julho saiu um disco que vale a pena ser comprado. Adoniram Barbosa, um sambista jóia, como nunca diria Zé Ramos Tinhorão.



simpática, o ar bonachão, a malícia da voz, compunham um "phisique du role" próprio ao "velhinho aplaudido pelos jovens".

Seus sambas formavam um bem concatenado painel fotográfico do cotidiano paulista. Da outra São Paulo que não frequenta as bienais, que nunca foi ao teatro Aquarius. O chamado "mundão", os zé maneis da vida, que frequentam as páginas policiais dos jornais, a gente que ainda não comeu a massa fina de Osvald de Andrade, encontram nos sambas de Rubinato um suporte fiel de seus dramas e alegrias.

Mas quem saca o Rubinato?

Filho de imigrantes italianos, Rubinato nasceu no interior de São Paulo mas logo foi para a capital. Ali cruzou por todas as encruzilhadas típicas reservadas aos filhos de imigrantes naquela época quando o capital acumulado nas "plantations" dos barões do café se transferia para a grande cidade, no que hoje se chama de diversificação de atividades. O capital paulista vinha

das fazendas de café, ou melhor, fugiam em busca de novas fontes. A crise mundial, especialmente o conflito europeu de 1914-18, começava a destronar o rei café e sua corte de barões.

Foi nesse período que João Rubinato começou a trabalhar na estrada de ferro inglesa São Paulo Railway. Carregando malas na estação ferroviária, aguçava o senso de observação das coisas e das pessoas, qualidades indispensáveis ao exercício de reportagem musical a que se dedicaria mais tarde. Dos trens ele partiu para diversas outras ocupações, autênticos subempregos, "bicos": garçom, balconista, entregador e por aí a fora.

Em pouco tempo Rubinato estava fazendo seus sambinhas. O instrumento era a caixa de fôforos. A matéria-prima, inacabável, a gente das ruas de São Paulo. Nascia o compositor Adoniram Barbosa, que chega agora a seu segundo long-play (Odeon - 3877).

Neste disco, que não poderia ser mais oportuno, Adoniram mostra uma música da melhor qualidade

com harmonias simples, mas com muito ritmo, traça um amplo, detalhado, malicioso e de uma certa forma triste, painel daquela São Paulo que não aparece nos programas do Amaral Neto.

Vivendo de música há quase quarenta anos, Adoniram Barbosa, ou o João Rubinato do registro civil, retrata uma cidade que está acabando: a poluição é o que caracteriza São Paulo, substituindo a garoa. As cantinas do Bexiga foram substituídas pelas lanchonetes com fórmica e o mundão onde se reuniam os filhos dos imigrantes já não existe, mas sobrevive na música que faz.

Já Mandou Muita Brasa

Adoniram Barbosa tem o cuidado de criar em cima de uma realidade, fazendo na prática o que os teóricos nos gabinetes dos cursos de comunicação pregam. Sua linguagem veio do povo. Seu samba não tem o morro, mas tem a mesma atualidade de um disco de Caetano Veloso. Ou de Suely Costa, Paulinho da Viola, Roberto Ribeiro e tantos outros que fazem música popular sem precon-

ceitos, sem medo das palavras. Há poucos dias levantou-se na imprensa a questão da linguagem e o crítico José Ramos Tinhorão mais uma vez voltou sua carga contra os baianos, não com uma apreciação do trabalho musical, mas do repertório linguístico. Fica um pouco difícil levar a sério uma discussão sobre a propriedade ou não de algumas expressões semânticas. Com o respeito que um estudioso como José Ramos Tinhorão merece, acho que esse tipo de questão é "qualquer coisa", enquanto que a criação musical que se registra no Brasil é muito "jóia". Pode crer, cara...

Mas voltemos ao Adoniram e a seu disco.

Na época da jovem guarda, Adoniram costumava garantir um cachinho no programa que Roberto Carlos tinha na TV-Record. E desse período uma frase em que ele afirma que "se agora é cinza é porque já mandou muita brasa".

Nada mais certo, menos a afirmação de que agora é cinza. A não ser que venhamos a cair na pessoa e tão desgastada imagem da Fênix, que renasce da própria cinza. Adoniram tem em seu trabalho momentos altos. Quem não conhece o "Trem das onze" ("Não posso ficar nem mais um minuto com você, sinto muito amor, mas não pode ser, moro em Jaçanã, se eu perder esse trem, que sai agora as onze horas, só amanhã de manhã...") ou "Saudosa maloca"? Para não falar do antológico "Samba do Ernesto". Este é um refinadíssimo exercício de transposição da linguagem popular para a música, sem a perigosa calda no caricatural. Ou quando aborda um assunto atual no "Samba do Metrô" (também chamado "Triste Margarida"). O tema é tradicional, consagrado e por isto mesmo de abordagem perigosa, mas Adoniram soube contar a história do desprezo amoroso com uma criatividade incrível. Só ouvindo, ("eu disse a ela que trabalhava de engenheiro e o metrô de São Paulo estava em minhas mãos: se desse tudo certo, seria a primeira passageira na inauguração") e que dá para sentir a ironia, e ao mesmo tempo a inventiva, desse homem que representa com a maior dignidade a música paulista. Que canta o que o povo de São Paulo canta.

Em certo sentido a criação de Adoniram Barbosa lembra o trabalho do carioca-paraense Billy Blanco: ambos têm a preocupação de retratar musicalmente uma cidade. O homem que disse para a mulher amada que era engenheiro do metrô, quando não passava de um operário, não seria a versão paulista do mocinho bonito de Billy, que vivia contando vantagens, dizendo que vivia de rendas e que morava em palácio, tentando esquecer o barraco do Estácio? E o passageiro do trem das onze de Adoniram não seria o típico operário paulista que veio da Bahia e depois de conseguir o emprego mandou buscar a mãe para morar com ela? A mesma mãe que não dorme enquanto ele não chegar?

Os exemplos são muitos e daria para mais uma página. Pouco importam as palavras diante da força musical desse disco. Que ninguém deixe de ouvir Adoniram cantando São Paulo, recriando o universo marginal da gente que só é objeto de estatísticas ufanas. É um disco jóia. Pena que o preço seja qualquer coisa.

ANTÔNIO OSÉAS